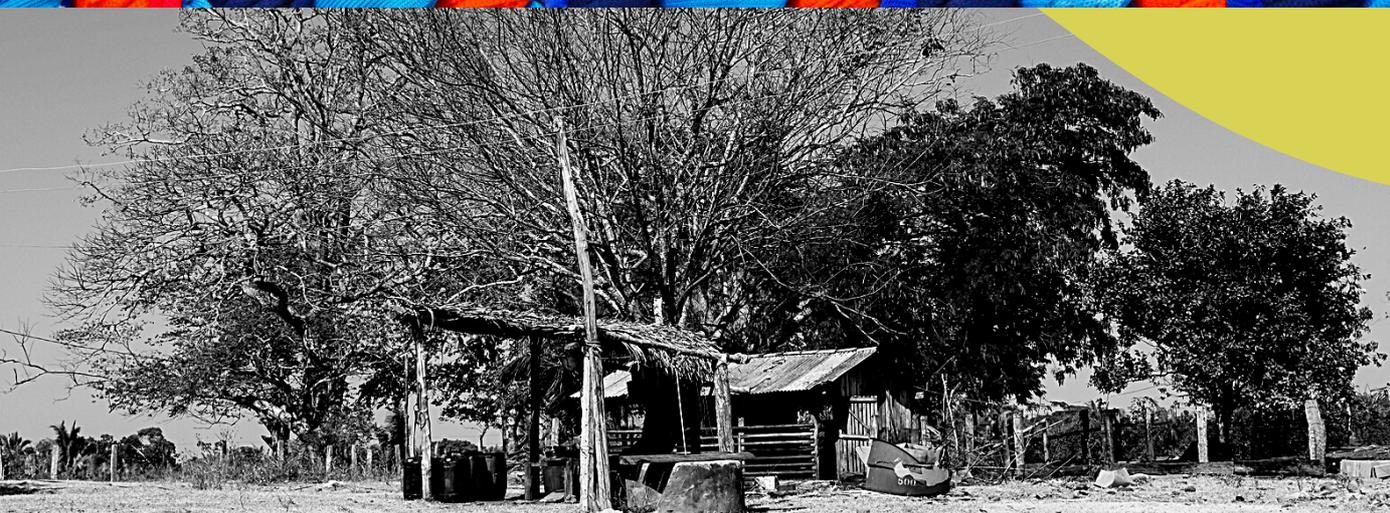


NOSSOS TERRITÓRIOS E NOSSAS PRÁTICAS

QUILOMBOLAS



**ANTONIO HENRIQUE FRANÇA COSTA - MARIA APARECIDA
MENDES - FRANCINETE PEREIRA DA CRUZ - HILTON
LUCAS GONÇALVES DURÃO - FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO**



Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DA CARTILHA:

Célia Cristina da Silva Pinto
Maryellen Crisóstomo de Almeida
Mayara Pinto Abreu
Selma dos Santos Dealdina

COORDENAÇÃO DO PROJETO:

Célia Cristina da Silva Pinto
Selma dos Santos Dealdina

CONSULTORES(AS):

Antônio Henrique França Costa
Francinete Pereira da Cruz
Franciléia Paula de Castro
Hilton Lucas Gonçalves Durão
Maria Aparecida Mendes

AGRADECIMENTOS:

Coletivo de Comunicação da CONAQ
Élida de Oliveira Lauris dos Santos
Fernando Gallardo Vieira Prioste
Kátia dos Santos Penha
Maria José Menezes
Milena Maia Oberlaender
Paulo Rogério Gonçalves
Pedro Sérgio Vieira Martins
Sandra Maria da Silva Andrade
Vercilene Francisco Dias

PÚBLICO-ALVO:

Quilombolas

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Andreia Gualberto

REVISÃO DE TEXTO:

Silmara Krainer Vitta

INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE:

Maíra Borges
Ana Toni
Gabriel Lui
Kamyla Borges

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA CONAQ:

Ana Maria da Cruz
Antônio João Mendes
Célia Cristina da Silva Pinto
Celso Araújo Isidoro
Denildo Rodrigues de Moraes
José Alex Mendes
José Carlos Galiza
Justino
Maria Aparecida Sousa
Maria Rosalina dos Santos
Sandra Maria da Silva Andrade
Sandra Pereira Braga
Valmir dos Santos

DIRETOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE QUILOMBOS PARA COOPERAÇÃO – NEGRA ANASTÁCIA

Jhonny Martins de Jesus

PALAVRAS-CHAVE:

quilombos, quilombolas, território,
racismo, ambiental, preservação, terra,
titulação, certificação, produção,
agricultura

SUMÁRIO GERAL

1. DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS DA COVID-19 EM 16 ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL, CERRADO E CAATINGA: AMAZONAS, AMAPÁ, PARÁ, RONDÔNIA, TOCANTINS, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, SÃO PAULO, ALAGOAS, CEARÁ, PERNAMBUCO, PIAUÍ, RIO GRANDE DO NORTE E SERGIPE

04

2. DIAGNÓSTICO SOBRE PROTEÇÃO DOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA LEGAL, CERRADO E CAATINGA

39

3. DIAGNÓSTICO SOBRE RACISMO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL, CERRADO E CAATINGA

62

4. DIAGNÓSTICO SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA LEGAL.

85

5. DIAGNÓSTICO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NOS BIOMAS CERRADO E CAATINGA: MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, ALAGOAS, CEARÁ, PIAUÍ E SERGIPE

121

IMPACTO DA COVID-19



IMPACTO DA COVID

DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS DA COVID-19 EM 16 ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL, CERRADO E CAATINGA: AMAZONAS, AMAPÁ, PARÁ, RONDÔNIA, TOCANTINS, GOIÁS, MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL, SÃO PAULO, ALAGOAS, CEARÁ, PERNAMBUCO, PIAUÍ, RIO GRANDE DO NORTE E SERGIPE

ANTONIO HENRIQUE FRANÇA COSTA

ANTONIO HENRIQUE FRANÇA COSTA



– Quilombola (Quilombo Urbano da Liberdade – São Luís/MA), Integrante de Comunidade Tradicional de Terreiro, Professor, Pedagogo, Mestre em Cartografia, Doutorando em Educação na UFPA - Consultor da CONAQ responsável em elaborar o Diagnóstico dos Impactos da Covid-19, em 16 Estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga: Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso Do Sul, São Paulo, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

1. Breve histórico sobre a organização das comunidades quilombolas no Brasil

As comunidades quilombolas podem ser classificadas como grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra, rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade, das tradições e das práticas culturais próprias. Têm suas origens na crescente organização dos trabalhadores do campo e na ascensão do movimento social negro (ALMEIDA, 2002). As comunidades remanescentes de quilombos vivenciam até hoje as consequências desses processos de desigualdades, fruto de uma história de exclusão de mais de 400 anos. Os territórios quilombolas tiveram seu primeiro reconhecimento com a Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/CF/88), que atribuiu ao Estado (União, estados e municípios) o dever de emitir os títulos respectivos.

De acordo com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (2012), a igualdade racial tem se constituído ao longo dos anos bandeira de luta de muitos indivíduos e organizações, na perspectiva de alterar substancialmente as condições de vida da população afrodescendente, historicamente excluída. A precariedade de políticas públicas básicas como saúde, educação, moradia e trabalho, que lhe permitam acesso a bens e serviços sociais necessários ao seu desenvolvimento, tem sido a marca desse processo. Nesse contexto de desigualdade, a luta pela terra se inscreve como uma de suas principais bandeiras de luta.

Nesse cenário, nos ancoramos no conceito legal de comunidades remanescentes de quilombo¹ destacando que um dos principais elementos a ser considerado dentro do processo de resistência da população negra é o princípio da diversidade. A diversidade a qual nos referimos pode ser construída a partir de uma ancestralidade negra que está relacionada dentre outros aspectos: à consciência cultural, à religiosidade e à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural dentro de uma diáspora africana ou seja, considerar que, embora existam elementos comuns entre si, como a relação com a terra em uma dimensão educativa, os quilombos e as pessoas que neles habitam têm especificidades relacionadas ao território e sua complexidade cultural (GOMES, 2003).

¹Conforme o Decreto 4887/2003, "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida". (BRASIL, 2003).

E essa especificidade construída ao longo da história de luta pela garantia de direitos para os quilombolas foi impulsionada na década de 1990 com a criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)², que desempenha um papel basilar na luta pela garantia de direitos.

Referente à quantidade de quilombos no Brasil, Arruti (2021, p. 1) afirma que: “há aproximadamente 6.023 localidades quilombolas no país”. Dados do Incra³(2019) e da FCP⁴(2018) sobre os quilombos no Brasil relatam que em 2019 existiam 1.747 comunidades quilombolas com processos abertos no órgão, sendo que destes 278 haviam sido contempladas com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação⁵(RTID). (INCRA, 2019, p. 03).

Segundo a FCP, existem 3.386 comunidades oficialmente certificadas como remanescentes de quilombos no país (dados do levantamento feito no período de 2015 a 2018).

2. Marcos legais referentes à garantia dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil

A partir do processo histórico de luta das comunidades quilombolas, pela garantia dos seus direitos, podemos considerar que um dos direitos basilares nesse processo, o qual irá reverberar para a garantia de outros direitos, está relacionado ao direito à propriedade das terras ocupadas pelas comunidades, que surgiu após a inclusão do artigo 68 do ADCT no texto constitucional. Ressalte-se que a constitucionalização do direito à terra e ao território das comunidades quilombolas nasceu a partir de forte mobilização das entidades dos movimentos sociais, com destaque para o movimento negro e o movimento quilombola, que tomaram força a partir da metade da década de 1980. Além disso, o artigo 68 do ADCT também é fruto de um período do direito moderno de intensa normatização dos direitos sociais e culturais de povos tradicionais (como quilombolas e indígenas) ao redor de todo o mundo. Muitas vezes encabeçada pela ONU⁶, a normatização desses direitos visa reconhecer as violações cometidas contra esses povos tradicionais, ao longo dos séculos, bem como reparar as violências praticadas e efetivar o que podemos chamar de “novos” direitos.

²A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) foi criada no dia 12 de maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, após a realização da reunião de avaliação do I Encontro Nacional de Quilombos. É uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que representa a grande maioria dos(as) quilombolas do Brasil. Atualmente participam da CONAQ representantes das comunidades quilombolas de 23 estados da federação (CONAQ, 2019).

³O Incra é o órgão responsável pela titulação dos territórios tradicionais quilombolas no Brasil (INCRA, 2019).

⁴A FCP é o órgão responsável pela certificação das comunidades quilombolas no Brasil (FCP, 2018).

⁵O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e em instituições públicas e privadas (INCRA, 2017).

⁶A Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 24 de outubro de 1945, a partir da ratificação da Carta das Nações Unidas. É uma organização internacional responsável por mediar conflitos entre países, disseminar a cultura de paz entre as nações, defender o respeito aos direitos humanos e promover o desenvolvimento sustentável e econômico dos países e a cooperação entre eles (POLITIZE, 2017).

É válido destacarmos que algumas das legislações nacionais que dispõem sobre os direitos das comunidades quilombolas no Brasil estão alicerçadas em leis e tratados internacionais, os quais foram construídos e aprovados por representantes de vários países, em assembleias gerais de organismos chamados de multilaterais (como a ONU e a Organização dos Estados Americanos). Quando os países assinam e concordam com tais convenções e tratados, eles passam a ter eficácia dentro do país, portanto, passam a ser exigíveis do ponto de vista legal. É o caso da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho⁷ (OIT).

A partir desse processo em relação ao Brasil, referente à legislação de garantia dos direitos dos quilombolas, podemos destacar:

Constituição Federal de 1988 (art. 68 ADCT; art. 215⁸; art. 216⁹); Parecer CNE/CEB nº 8/2020, aprovado em 10/12/2020¹⁰; Decreto nº 33.661, de 27/11/2017¹¹; Portaria nº 49, de 31/01/2017¹²; Decreto nº 8.872, de 10/10/2016¹³; Lei nº 13.345, de 10/10/2016¹⁴; Decreto nº 8.865, de 29/09/2016¹⁵; Lei nº 13.341, de 29/09/2016¹⁶; Decreto nº 8.786, de 14/06/2016¹⁷; Decreto nº 8.780, de 27/05/2016¹⁸; Medida Provisória nº 726 de 12/05/2016¹⁹;

⁷A Convenção nº. 169 da OIT é um dos principais instrumentos internacionais para a garantia e defesa dos direitos das comunidades quilombolas, pois garante que “às comunidades indígenas e povos tribais será assegurada a permanência em seu território”.

⁸ O art. 215 CF/88 afirma que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (BRASIL, 1988).

⁹ O art. 216 CF/88 afirma que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1988).

¹⁰Parecer CNE/CEB nº 8/2020 define as Diretrizes Nacionais Operacionais para a Garantia da Qualidade das Escolas Quilombolas.

¹¹Institui a Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão.

¹²Aprova o regimento interno do Incra, na forma do anexo desta portaria, e altera o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança.

¹³Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.

¹⁴Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

¹⁵Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Incra.

¹⁶Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016.

¹⁷Subordina a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

¹⁸Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República.

¹⁹Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.

Portaria nº 175, de 19/04/2016²⁰; Portaria Conjunta nº 1, de 29/01/2016²¹; Instrução Normativa FCP nº 1, de 25/03/2015²²; Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/2015²³; Instrução Normativa nº 2, de 18/12/2014²⁴; Lei nº 13.043, de 13/11/2014²⁵; Portaria nº 397, de 24/07/2014²⁶; Portaria Interministerial nº 210, de 13/06/2014²⁷; Portaria nº 90, de 31/10/2013²⁸; Portaria Interministerial nº 429, de 21/10/2013²⁹; Portaria Normativa nº 404, de 30/08/2013³⁰; Lei nº 12.854, de 26/08/2013³¹; Portaria nº 98, de 3/04/2013³²; Portaria Interministerial nº 9, de 19/02/2013³³; Portaria Interministerial nº 5, de 21/11/2012³⁴;

²⁰Reconhece os agricultores familiares remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e dá outras providências.

²¹Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) com escopo de elaborar propostas de normativos conjuntos e de procedimentos visando ações integradas e ao aprimoramento do intercâmbio de informações em temas de interesse comum das autarquias.

²²Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

²³Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

²⁴Estabelece os procedimentos utilizados na destinação de imóveis da União para regularização fundiária de interesse social.

²⁵Isenção de Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural (ITR) às terras quilombolas.

²⁶Instaura a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, com a finalidade de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil.

²⁷Delega ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário a competência para outorgar a beneficiários de projetos federais de assentamento de reforma agrária e a grupos remanescentes das comunidades dos quilombos a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou a transferência do domínio pleno de terrenos rurais da União, contemplados nos incisos I, III, IV e VII do art. 20 da Constituição Federal, que estejam sob gestão exclusiva da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPU/MP).

²⁸Altera o inciso XIII, do art. 9º, da Portaria nº 102, de 6 de dezembro de 2012.

²⁹Institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar proposta para a regulamentação ambiental em territórios quilombolas estabelecidos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental para esses territórios.

³⁰Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de analisar e propor soluções para os casos de sobreposição entre unidades de conservação federal e territórios quilombolas, tratados no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, vinculada à Advocacia Geral da União (CCAF/AGU).

³¹Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.

³²Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar proposta para a regularização ambiental em territórios quilombolas estabelecidos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que concerne ao CAR e para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental para esses territórios.

³³Altera a Portaria Interministerial nº 35, de 27 de janeiro de 2012, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia livre e informada.

³⁴Associa e promove a articulação entre o “Selo Quilombos do Brasil”, instituído pela Portaria Seppir/PR nº 22, de 14 de abril de 2010, e o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf), instituído pela Portaria MDA nº 7, de 13 de janeiro de 2010, e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 8, de 20/11/2012³⁵; Decreto nº 7.775, de 4/07/2012³⁶; Instrução Normativa do Incra nº 73, de 17/05/2012³⁷; Portaria nº 114, de 3/04/2012³⁸; Portaria Interministerial nº 35, de 27/01/2012³⁹; Portaria Interministerial nº 419, de 26/10/2011⁴⁰; Lei nº 12.512, de 14/10/2011⁴¹; Instrução Normativa do Incra nº 63, de 11/10/2010⁴²; Decreto de 15/09/2010⁴³; Decreto nº 7.280, de 31/08/2010⁴⁴; Decreto nº 7.255, de 04/08/2010⁴⁵; Lei nº 12.288, de 20/07/2010⁴⁶; Norma de Execução Conjunta nº 3, de 21/06/2010⁴⁷; Lei nº 12.212, de 20/01/2010⁴⁸; Lei nº 12.188, de 10/01/2010⁴⁹; Instrução Normativa nº 57, de 20/10/2009⁵⁰; Instrução Normativa Incra nº 56, de 7/10/2009⁵¹; Lei nº 11.952, de 25/06/2009⁵²;

³⁵A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20/11/2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

³⁶Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.

³⁷Estabelece critérios e procedimentos para a indenização de benfeitorias de boa-fé erigidas em terra pública visando a desintração em território quilombola.

³⁸Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Grupo de Trabalho para identificar conflitos territoriais que tenham relação com as unidades de conservação federais e propor plano de ação para a resolução dos conflitos identificados.

³⁹Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia.

⁴⁰Regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental, de que trata o art. 14 da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.

⁴¹Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

⁴²Dispõe sobre o procedimento administrativo de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos estados na faixa de fronteira.

⁴³Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado), altera o Decreto de 3 de julho de 2003, que institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para os fins que especifica.

⁴⁴Altera o início da vigência do Decreto nº 7.255, de 4 agosto de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴⁵Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dá outras providências. Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴⁶Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

⁴⁷Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desintração de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objeto do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas.

⁴⁸Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nº 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

⁴⁹Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

⁵⁰Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

⁵¹Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do ADCT e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

⁵²Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

Decreto nº 6.872, de 4/06/2009⁵³; Portaria nº 992 de 13/05/2009⁵⁴; Instrução Normativa Incra nº 49, de 29/09/2008⁵⁵; Instrução Normativa STN nº 1, de 02/04/2008⁵⁶; Norma de Execução Incra nº 69 de 12/03/2008⁵⁷; Portaria MDS nº 86 de 12/03/2008⁵⁸; Lei nº 11.645, de 10/03/2008⁵⁹; Portaria MDS nº 76, de 06/03/2008⁶⁰; Instrução Normativa STN nº 09, de 21/12/2007⁶¹; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007⁶²; Decreto nº 6.261, de 20/11/2007⁶³; Ato Regimental da AGU nº 7, de 11/10/2007⁶⁴; Instrução Normativa Incra nº 41, de 11/06/2007⁶⁵; Portaria PGF nº 144, de 19/03/2007⁶⁶; Decreto nº 6.040, de 7/02/2007⁶⁷; Decreto nº 5.999, de 26/12/2006⁶⁸; Decreto nº 5.928, de 13/10/2006⁶⁹; Medida Provisória nº 292, de 26/04/2006⁷⁰; Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006⁷¹;

⁵³ Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

⁵⁴ A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída pela Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, visa garantir a equidade e a efetivação do direito à saúde de negras e negros.

⁵⁵ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do ADCT e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

⁵⁶ Altera dispositivo da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira.

⁵⁷ Dispõe sobre a execução de projetos de assentamento. Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma agrária.

⁵⁸ Publica o regimento interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁵⁹ A Lei nº 11.645/08 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008).

⁶⁰ Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos estados ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, e para o apoio à gestão estadual desses programas.

⁶¹ Altera dispositivo da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, disciplinadora da celebração de convênios de natureza financeira.

⁶² Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.

⁶³ Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola, no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.

⁶⁴ Entre outras determinações, este ato regimental confere a atribuição ao Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa a atuação em ações desapropriatórias, possessórias, reivindicatórias de titulação de áreas de remanescentes de quilombos (art. 8º, inciso III, alínea c).

⁶⁵ Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 hectares, limitadas a 15 módulos fiscais, mediante concorrência pública.

⁶⁶ Cria o Conselho de Assessoramento Institucional da Procuradoria-Geral Federal.

⁶⁷ Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁶⁸ Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

⁶⁹ Dá nova redação aos arts. 8º, 11, 14, 15, 16 e 17 do Anexo I do Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Incra.

⁷⁰ Altera as Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências.

⁷¹ Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Resolução FNDE nº 09, de 28/03/2006⁷²; Decreto nº 5.735, de 27/03/2006⁷³; Instrução Normativa Incri nº 20, de 19/09/2005⁷⁴; Portaria nº 267, de 13/04/2005⁷⁵; Decreto de 8/11/2004⁷⁶; Resolução nº 1, de 17/06/2004⁷⁷; Decreto nº 5.051, de 19/04/2004⁷⁸; Instrução Normativa Incri nº 16, de 24/03/2004⁷⁹; Decreto nº 5.011, de 11/03/2004⁸⁰; Parecer nº 03/2004, de 10/03/2004⁸¹; Portaria FCP nº 6, de 1/03/2004⁸²; Decreto nº 4.887, de 20/11/2003⁸³; Decreto nº 4.886, de 20/11/2003⁸⁴; Decreto nº 4.885, de 20/11/2003⁸⁵; Decreto nº 4.884, de 20/11/2003⁸⁶; Decreto nº 4.883, de 20/11/2003⁸⁷; Decreto de 22/08/2003⁸⁸; Decreto de 6/06/2003⁸⁹; Lei nº 10.683, de 28/05/2003⁹⁰; Decreto de 13/05/2003⁹¹; Lei nº 10.639, de 09/01/2003⁹²; Decreto de 21/03/2002⁹³;

⁷²Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do ensino fundamental, em áreas remanescentes de quilombos, para o ano de 2006.

⁷³Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Incri e dá outras providências.

⁷⁴Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

⁷⁵Cria Subgrupo Executivo de Regularização Fundiária e Ambiental e de Moradia no âmbito do Grupo Executivo Interministerial.

⁷⁶Altera o Decreto de 27 de agosto de 2004, que institui Grupo Executivo Interministerial para articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do município de Alcântara, Maranhão.

⁷⁷Resolução nº1/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004. (BRASIL, 2004).

⁷⁸Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais.

⁷⁹Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT.

⁸⁰Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Incri e dá outras providências.

⁸¹O Parecer nº 03/2004, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aponta o papel da escola nesta narrativa, uma vez que ela é convocada a conceber projetos, currículos e programas que visem a atender à determinação da lei. (BRASIL, 2004).

⁸²Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares.

⁸³Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT.

⁸⁴Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.

⁸⁵Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e dá outras providências.

⁸⁶Altera os arts. 1º e 4º do Decreto nº 4.723, de 6 de junho de 2003, e os arts. 8º e 15 do Decreto nº 4.705, de 23 de maio de 2003, que aprovam, respectivamente, a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incri.

⁸⁷Transfere a competência referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

⁸⁸Acresce dispositivo ao Decreto de 13 de maio de 2003.

⁸⁹Acresce dispositivo ao Decreto de 13 de maio de 2003.

⁹⁰Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

⁹¹Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências.

⁹²A Lei nº10.639/03 altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nos arts. 26 A e 79 B, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira e Africana" (BRASIL, 2003).

⁹³Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor e implementar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências.

Decreto nº 3.912, de 10/09/2001⁹⁴; Resolução MEC/FNDE nº 14, de 16/05/2001⁹⁵; Portaria nº 24, de 25/10/2001⁹⁶; Portaria FCP nº 40, de 13/07/2000⁹⁷; Portaria MINC nº 447, de 2/12/1999⁹⁸; Portaria nº 69, de 6/09/1999⁹⁹; Portaria nº 45, de 19/03/1999¹⁰⁰; Portaria nº 44, de 19/03/1999¹⁰¹; Portaria nº 69, de 16/07/1998¹⁰²; Lei nº 9.636, de 15/05/1998¹⁰³; Portaria nº 46, de 19/05/1998¹⁰⁴; Portaria nº 49, de 30/12/1996¹⁰⁵; Portaria nº 89, de 18/11/1996¹⁰⁶; Lei nº 9.393, de 19/12/1996¹⁰⁷; Portaria nº 88, de 18/11/1996¹⁰⁸; Portaria nº 314, de 24/11/1995¹⁰⁹; Portaria Incra nº 307, de 22/11/1995¹¹⁰; Decreto nº 536, de 20/05/1992¹¹¹.

⁹⁴Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

⁹⁵Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito dos Programas de Correção do Fluxo Escolar – Aceleração de Aprendizagem e Paz na Escola, da Educação Escolar Indígena e das Áreas Remanescentes de Quilombos, para o ano de 2001.

⁹⁶Aprova a proposta de destinação para assentamento de agricultores do imóvel rural Gleba Mamia e cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Área das Cabeceiras.

⁹⁷Estabelece normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação, levantamento cartorial e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.

⁹⁸Delega a competência à titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares.

⁹⁹Cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Erepecuru.

¹⁰⁰Cria o Projeto Especial Quilombola Jamary.

¹⁰¹Cria o Projeto Especial Quilombola Santa Maria dos Pinheiros.

¹⁰²Cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Itamauari.

¹⁰³Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do ADCT e dá outras providências.

¹⁰⁴Cria o Projeto Especial Quilombola Área Trombetas.

¹⁰⁵Cria o Projeto Especial Quilombola Rio das Rãs.

¹⁰⁶Cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Água Fria.

¹⁰⁷Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.

¹⁰⁸Cria o Projeto de Assentamento Especial Quilombola Pacoval.

¹⁰⁹Cria o Projeto Especial Quilombola Boa Vista.

¹¹⁰Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do Incra, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas.

¹¹¹Cria a Reserva Extrativista do Quilombo Frechal.

A partir dos marcos legais anteriormente citados podemos estabelecer uma cronologia que ajuda a compreendermos o processo de luta do povo negro e dos quilombolas, para terem os seus direitos assegurados, e os principais avanços na legislação brasileira. É válido destacar que o processo de vigilância deve ser constante, principalmente quando reivindicamos o acesso dos negros a uma educação de qualidade e a serviços de saúde que respeitem as suas especificidades.

30. Breve descrição dos 16 estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga onde foi realizado o Diagnóstico dos Impactos da Covid-19

Foram acompanhados neste diagnóstico lideranças quilombolas de 16 estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga sendo eles: Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

3.1. Amazonas

O estado do Amazonas está situado na região Norte e é o maior do país em extensão territorial, com área de 1.559.167 km². Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 4,2 milhões de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹², o Amazonas tem 184 localidades quilombolas.

3.2. Amapá

O estado do Amapá está situado a nordeste da região Norte, no Platô das Guianas. O seu território é de 142.828 km², o que o torna o 18º maior estado do Brasil. É limitado pelo estado do Pará, a oeste e sul; pela Guiana Francesa, ao norte; pelo Oceano Atlântico a nordeste; pela foz do Rio Amazonas, a leste; e pelo Suriname, a noroeste.

Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 877.613 habitantes. Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹³, o Amapá tem 73 localidades quilombolas.

3.3. Pará

O Pará está situado na região Norte, sendo o segundo maior estado do país em extensão territorial, com área de 1.245.870 km², constituindo-se na décima terceira maior subdivisão mundial. Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 8,7 milhões de habitantes, é o estado mais populoso da região Norte e o nono mais populoso do Brasil.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹⁴, o Pará tem 528 localidades quilombolas.

¹¹²ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹¹³ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹¹⁴ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

3.4. Rondônia

O estado de Rondônia é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na região Norte e tem como limites os estados de Mato Grosso, a leste; Amazonas, a norte; Acre, a oeste; e a Bolívia, a oeste e sul. Tem 52 municípios e ocupa área de 237.590 km². Segundo estimativas do IBGE (2021), sua população é de 1.815.278 habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹⁵, Rondônia tem 18 localidades quilombolas.

3.5. Tocantins

O estado do Tocantins está localizado a sudeste da região Norte e tem como limites Goiás, ao sul; Mato Grosso, a oeste e sudoeste; Pará, a oeste e noroeste; Maranhão, a norte, nordeste e leste; Piauí, a leste; e Bahia, a leste e sudeste. Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 1,6 milhão de habitantes, é o quarto estado mais populoso da região Norte e o vigésimo quarto mais populoso do Brasil.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹⁶, Tocantins tem 87 localidades quilombolas.

3.6. Goiás

O estado de Goiás situa-se na região Centro-Oeste, no Planalto Central brasileiro. Seu território é de 340.257 km², sendo delimitado pelos estados de Mato Grosso do Sul, a sudoeste; Mato Grosso, a oeste; Tocantins, a norte; Bahia, a nordeste; Minas Gerais, a leste, sudeste e sul; e pelo Distrito Federal, a leste. Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 7,2 milhões de habitantes, é o estado mais populoso da região e o 11º mais populoso do país.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹⁷, Goiás tem 120 localidades quilombolas.

3.7. Maranhão

O estado do Maranhão está localizado na região Nordeste, englobando a sub-região Meio-Norte do país. Faz divisa com três estados: Piauí, a leste; Tocantins, a sul e sudoeste; e Pará, a oeste, além do Oceano Atlântico, ao norte. Com área de 331 937 km², segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 7.153.262 habitantes e é o 11º estado mais populoso do país.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹⁸, o Maranhão tem 864 localidades quilombolas.

¹¹⁵ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹¹⁶ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹¹⁷ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹¹⁸ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

3.8. Minas Gerais

O estado de Minas Gerais está localizado na região Sudeste do país, limitando-se com os estados de São Paulo, a sul e sudeste; Rio de Janeiro, a sudeste; Mato Grosso do Sul, a oeste; Goiás e Distrito Federal, a noroeste; Bahia, a norte e nordeste; e Espírito Santo, a norte e leste, tendo um total de 4.727 km de linha fronteira. A área do estado, segundo o IBGE, é de 586.522 km² e a população é estimada em (2021) 21.411.923 de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹¹⁹, Minas Gerais tem 1.027 localidades quilombolas.

3.9. Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul localiza-se no sul da região Centro-Oeste. Limita-se com cinco estados: Mato Grosso, a norte; Goiás e Minas Gerais, a nordeste; São Paulo, a leste; Paraná, a sudeste; dois países sul-americanos: Paraguai, a sul e sudoeste; e Bolívia, a oeste. Segundo estimativas do IBGE (2021), sua população é de 2.839.188 de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²⁰, o Mato Grosso do Sul tem 45 localidades quilombolas.

3.10. São Paulo

O estado de São Paulo está situado na região Sudeste e tem por limites os estados de Minas Gerais, a norte e nordeste; Paraná, ao sul; Rio de Janeiro, a leste; e Mato Grosso do Sul, a oeste; além do Oceano Atlântico, a sudeste. Possui uma área total de 248 219 km² e, segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 46,6 milhões de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²¹, São Paulo tem 142 localidades quilombolas.

3.11. Alagoas

O estado de Alagoas está situado no leste da região Nordeste e tem como limites Pernambuco, ao norte e nordeste; Sergipe, ao sul; Bahia a sudoeste; e o oceano Atlântico ao leste. Ocupa uma área de 27.778 km². Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 3.365.351 de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²², Alagoas tem 183 localidades quilombolas.

¹¹⁹ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹²⁰ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹²¹ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹²²ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

3.12. Ceará

O estado do Ceará localiza-se no norte da região Nordeste e tem por limites Rio Grande do Norte e Paraíba, a leste; Pernambuco ao sul; e Piauí, a oeste. Sua área total é de 148.894 km². Segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 9.240.580 de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²³, o Ceará tem 183 localidades quilombolas.

3.13. Pernambuco

O estado de Pernambuco está localizado no centro-leste da região Nordeste e tem como limites os estados da Paraíba, ao norte; Ceará, a nordeste; Alagoas, a sudeste; Bahia, ao sul; e Piauí, a oeste; além de ser banhado pelo oceano Atlântico, a leste. Ocupa uma área de 98.149 km² e, segundo estimativas do IBGE (2021), tem população de 9.674.793 de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²⁴, Pernambuco tem 383 localidades quilombolas.

3.14. Piauí

O estado do Piauí localiza-se no noroeste da região Nordeste, englobando a sub-região Meio-Norte do Brasil. Limita-se com cinco estados: Ceará e Pernambuco, ao leste; Bahia, ao sul e sudeste; Tocantins a sudoeste e Maranhão a oeste. Delimitado pelo Oceano Atlântico ao norte, o Piauí tem o menor litoral do Brasil, com 66 km. Sua área é de 251.577 km². Segundo estimativas do IBGE (2021), sua população é de 3.289,290 habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²⁵, o Piauí tem 223 localidades quilombolas.

3.15. Rio Grande do Norte

O estado do Rio Grande do Norte está situado a nordeste da região Nordeste e tem por limites o Oceano Atlântico, a norte a leste; a Paraíba, ao sul; e o Ceará, a oeste. Tem área total de 52 809 km², o que equivale a 3,42% da área do Nordeste e a 0,62% da superfície do Brasil. Segundo estimativas do IBGE (2021), sua população é de 3.560.903 habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²⁶, o Rio Grande do Norte tem 70 localidades quilombolas.

¹²³ ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹²⁴ ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹²⁵ ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

¹²⁶ ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

3.16. Sergipe

O estado de Sergipe está situado na região Nordeste e tem por limites o oceano Atlântico, a leste; a Bahia, a oeste e sul; e Alagoas, ao norte, do qual está separado pelo rio São Francisco. Tem área total de 21.910 km². Segundo estimativas do IBGE (2021), sua população é de 2,3 milhões de habitantes.

Segundo pesquisa feita por Arruti (2021)¹²⁴, Sergipe tem 134 localidades quilombolas.

4 Metodologia e atividades realizadas durante a elaboração do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19

As atividades do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 foram realizadas de maneira on-line, pois seguimos as recomendações dos protocolos sanitários e de segurança recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e os decretos publicados pelo governador do estado do Maranhão.

Este diagnóstico tem como objetivo geral realizar o levantamento e a sistematização de informações (preeexistentes e novas informações a serem identificadas) sobre os impactos da Covid-19 em 16 estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga, sendo eles: Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Optamos por adotar na realização deste diagnóstico a pesquisa qualitativa, que tem como pilar a interpretação de dados que estão relacionados com o nosso olhar de pesquisador(a) e com os aportes teóricos e metodológicos utilizados. Para Terragini (2005, p. 146), esta é uma condição essencial para que possamos fazer análise de dados durante todo o processo de execução. Acreditamos que tanto a análise como a interpretação dos dados estão interligados no que Minayo (2008) define como “ação recíproca de captar atenciosamente os fenômenos”, por essa razão, este diagnóstico foi realizado em três etapas:

1ª Etapa:

- Planejamento das atividades;
- Estabelecimento de contato com os coordenadores estaduais da CONAQ, lideranças quilombolas e parceiros na área de abrangência do diagnóstico.

2ª Etapa

- Coleta de dados, através de aplicação de questionários (on-line);
- Realização de reuniões (on-line) com os coordenadores estaduais da CONAQ, lideranças quilombolas e parceiros na área de abrangência do diagnóstico.

¹²⁴ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

Descrição das atividades realizadas no período de junho a outubro/2021

ATIVIDADE	PERÍODO
Início dos contatos telefônicos com os coordenadores estaduais da CONAQ nas áreas onde serão realizadas o diagnóstico	06/2021
Criação do Grupo de WhatsApp dos quilombolas acompanhados no processo de elaboração do diagnóstico	06/2021
Aplicação de questionários (on-line) de coleta de dados referente ao diagnóstico	05 a 11/2021
1ª reunião com os coordenadores estaduais da CONAQ, para apresentação da metodologia a ser utilizada na elaboração do diagnóstico	07/2021
Participação na reunião referente ao Diagnóstico Racismo e Preservação Ambiental – realizado pela CONAQ	08/2021
Reunião com representantes do ISA, referente à elaboração do diagnóstico da Covid-19	08/2021
Participação na Oficina CAR em Territórios Quilombolas: debates e ações para a garantia de direitos	08/2021
Realização de reuniões on-line com os coordenadores estaduais da CONAQ e lideranças locais de 11 estados: Rondônia, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Ceará, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Amazonas e Amapá.	08 e 09/2021
Reunião com a Coordenação da CONAQ e demais consultores	11/2021

3ª Etapa

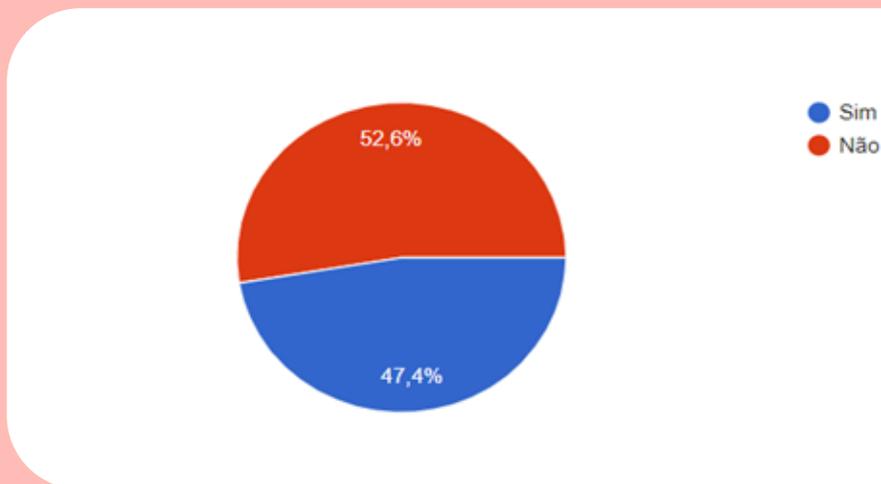
Realização da tabulação, análise e interpretação dos dados coletados durante a realização do diagnóstico.

4. Tabulação e análise dos dados identificados durante o Diagnóstico dos Impactos da Covid-19

Durante a elaboração deste diagnóstico, realizamos a aplicação de dois questionários e 12 reuniões on-line com lideranças quilombolas e coordenadores estaduais da CONAQ dos estados incluídos na pesquisa.

Abaixo descreveremos as perguntas com as respostas obtidas durante o processo de pesquisa, no qual pudemos contar com a colaboração de 200 lideranças quilombolas e coordenadores estaduais.

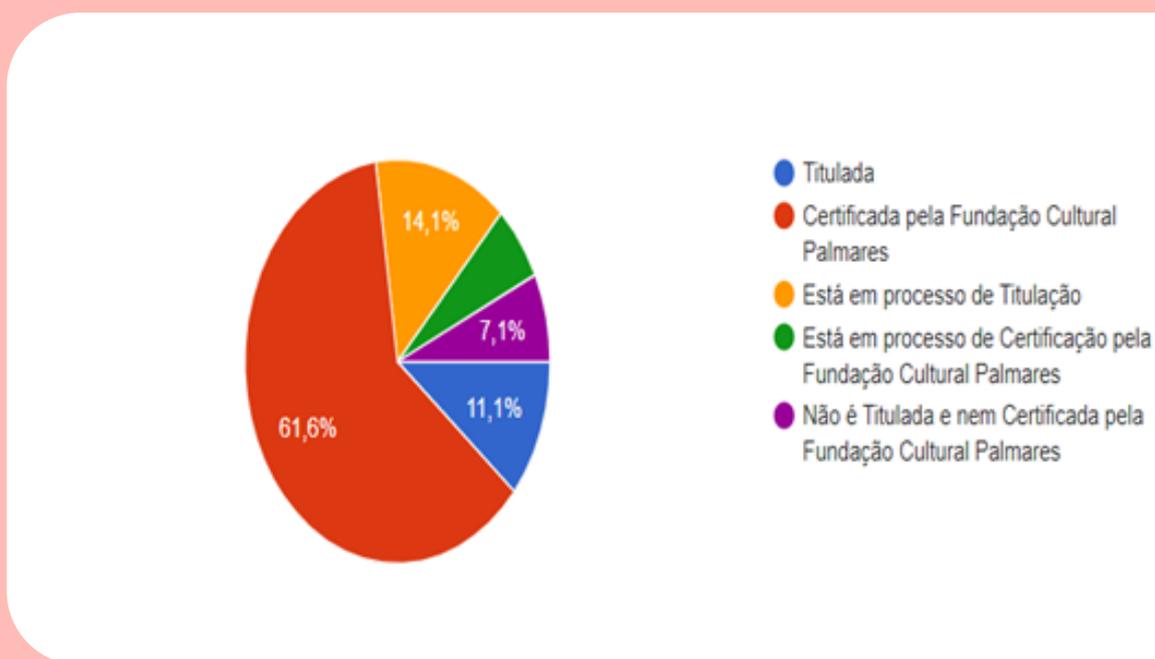
I. Você faz parte da Coordenação Estadual da CONAQ em seu estado?



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Como mostra o gráfico anterior, tivemos a participação de 47,4% dos coordenadores(as) estaduais da CONAQ, dos Estados pesquisados, e essa participação foi essencial para que tivéssemos a participação das demais lideranças quilombolas locais.

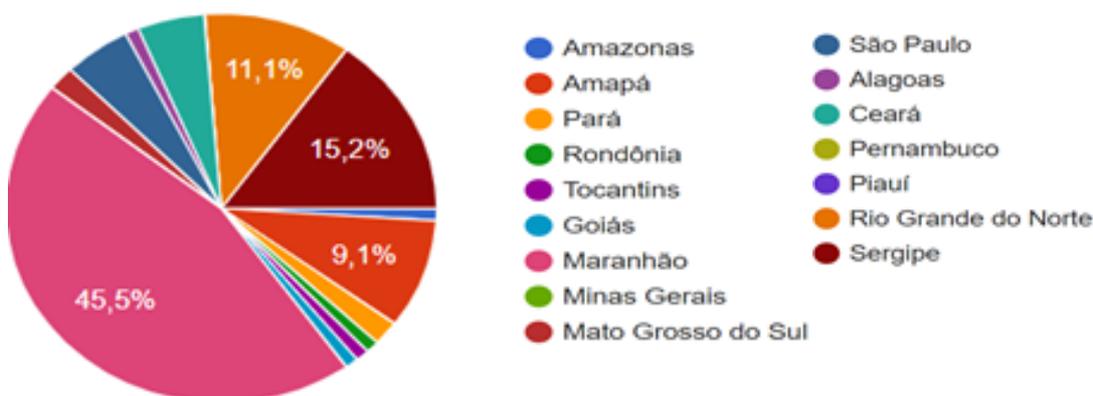
I. Referente à sua comunidade, marque uma das opções abaixo:



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

As respostas acima nos ajudam a identificar a situação das comunidades pesquisadas com relação à titulação e certificação, bem como as que não são tituladas e nem certificadas, e estão em processo.

III.A sua comunidade está localizada em qual estado?



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Referente à participação das lideranças quilombolas na elaboração deste diagnóstico, a partir do gráfico acima destacamos a porcentagem por estado: Maranhão (45,5%), Sergipe (15,2%), Rio Grande do Norte (11,1%), Amapá (9,1%), São Paulo (5,1%), Ceará (5,1%), Pará (2%), Mato Grosso do Sul (2%), Rondônia (1%), Goiás (1%), Alagoas (1%), Amazonas (1%), Tocantins (0,5%), Minas Gerais (0,5%), Pernambuco (0,5%), Piauí (0,5%).

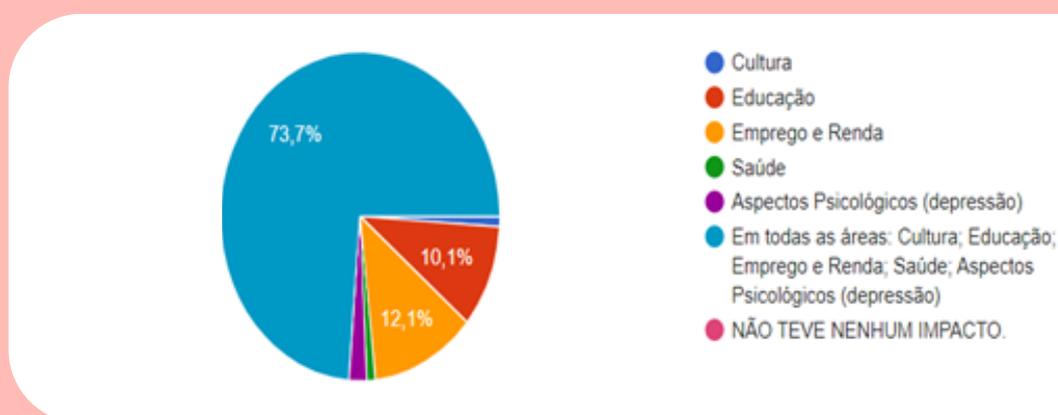
IV. Quais foram as dificuldades que já existiam em sua comunidade que foram agravadas com a pandemia de Covid-19?

A pandemia de Covid-19 afetou diretamente as comunidades quilombolas e contribuiu de forma direta para agravar dificuldades que já existiam. Nesse sentido, descrevemos abaixo, a partir dos relatos dos quilombolas, as principais dificuldades que foram agravadas:

- Entrada de pessoas no nosso quilombo sem autorização;
- Falta de medidas de acesso ao quilombo, visto que não temos autonomia, referente a este acesso, pelo quilombo localizar-se em área de exploração de turismo;
- Negação por parte do gestor municipal que se posicionou contra a vacinação das comunidades quilombolas, negando a nossa existência, e, mesmo negando a nossa existência, recebeu as vacinas destinadas aos quilombolas;
- A questão da intolerância contra os terreiros de matriz africana;
- As queimadas que aumentaram, tendo impacto direto na geração de renda, pois destroem o bioma, afetando diretamente as comunidades ribeirinhas que vivem da pesca e da agricultura familiar;
- Dificuldade de acesso ao trabalho, alimentação, educação, atendimento médico;

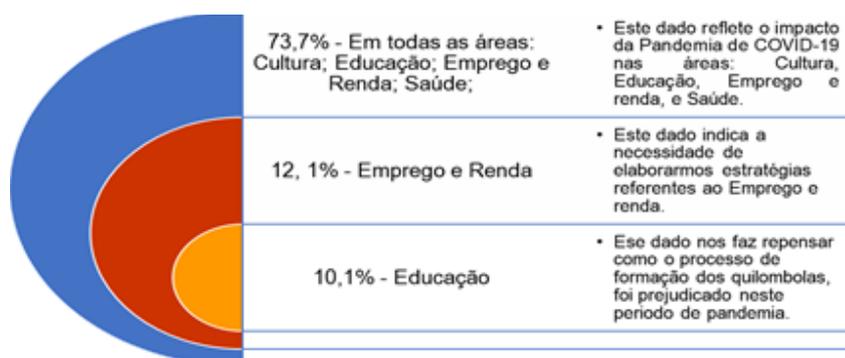
- Dificuldade para comercialização do artesanato de capim dourado produzido em nossa comunidade quilombola;
- Falta de apoio para a cultura dos quilombolas;
- Falta de políticas públicas para os quilombolas;
- Falta de recursos financeiros e de assistência social para as famílias quilombolas;
- Geração de emprego e renda, pois muitas comunidades sobrevivem do trabalho braçal, principalmente as que dependem das obras realizadas no município, do corte de cana, da colheita do café em outros estados e por conta da pandemia os quilombolas não puderam viajar;
- Dificuldade para escoar produtos da agricultura familiar, inclusive para alimentação escolar, porque as escolas ficaram sem funcionar e, dessa forma, a produção que era vendida para o município que ia para as escolas parou de ser feita;
- Neste momento de pandemia não podemos realizar os encontros regionais das comunidades quilombolas do Ceará;
- O processo de isolamento ocasionado pela pandemia foi uma das principais dificuldades para o nosso povo porque diminuiu a forma de trabalho, pois a grande maioria costumava comercializar os seus produtos tirados da agricultura nas feiras das cidades, o que já era difícil de ser feito antes, e a pandemia acabou com esse ritmo e começamos a ter dificuldades com a alimentação e precisamos ter ajuda dos órgãos públicos e de outras instituições para suprir essa necessidade dentro das comunidades quilombolas;
- Questões referentes à falta de educação de qualidade e acesso à alimentação foram agravadas diretamente nesta pandemia;
- Todas as áreas foram afetadas, principalmente a do consumo, as coisas ficaram muito caras. Antes da Covid-19 já percebíamos, com a pandemia isso só piorou;
- Todas as situações foram agravadas, mas piorou a questão da falta do trabalho formal e informal, as questões referentes ao acesso à saúde, transportes e a educação de qualidade, e a falta de alimentos para as famílias quilombolas.

V. Referente aos impactos da pandemia de Covid-19 nas comunidades quilombolas, em sua opinião, teve um maior impacto em qual área?

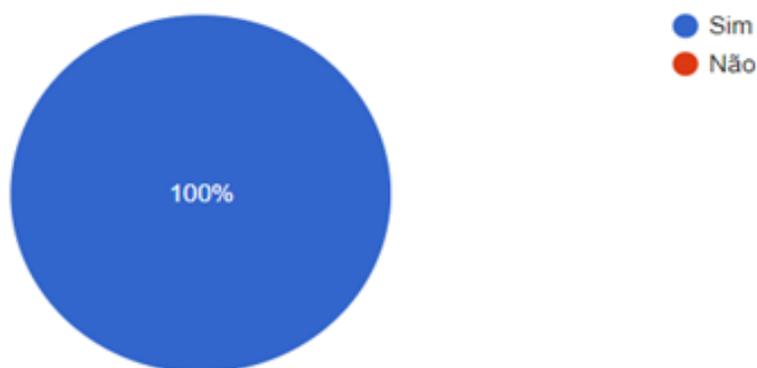


Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Referente aos impactos da Covid-19, destacamos os três que tiveram maior destaque nas respostas, mas faz-se necessário informar que foram identificados também, em percentual menor, os impactos referentes aos: Aspectos Psicológicos/depressão (2%), Cultura (1%), e Saúde (1%).



VI. Você considera importante, no pós-pandemia, a CONAQ e as comunidades quilombolas se articularem com parceiros nacionais e internacionais para cobrarem da gestão municipal, estadual e federal a implementação de políticas públicas para os quilombolas, no sentido de combatermos os impactos causados pela pandemia de Covid-19?



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

A partir da resposta, consideramos importante que, na pós-pandemia, a CONAQ¹²⁸ e as comunidades quilombolas, através de suas lideranças, se articulem com os parceiros nacionais e internacionais para cobrar da gestão municipal, estadual e federal a implementação de políticas públicas para os quilombolas, no sentido de combater os impactos causados pela Covid-19.

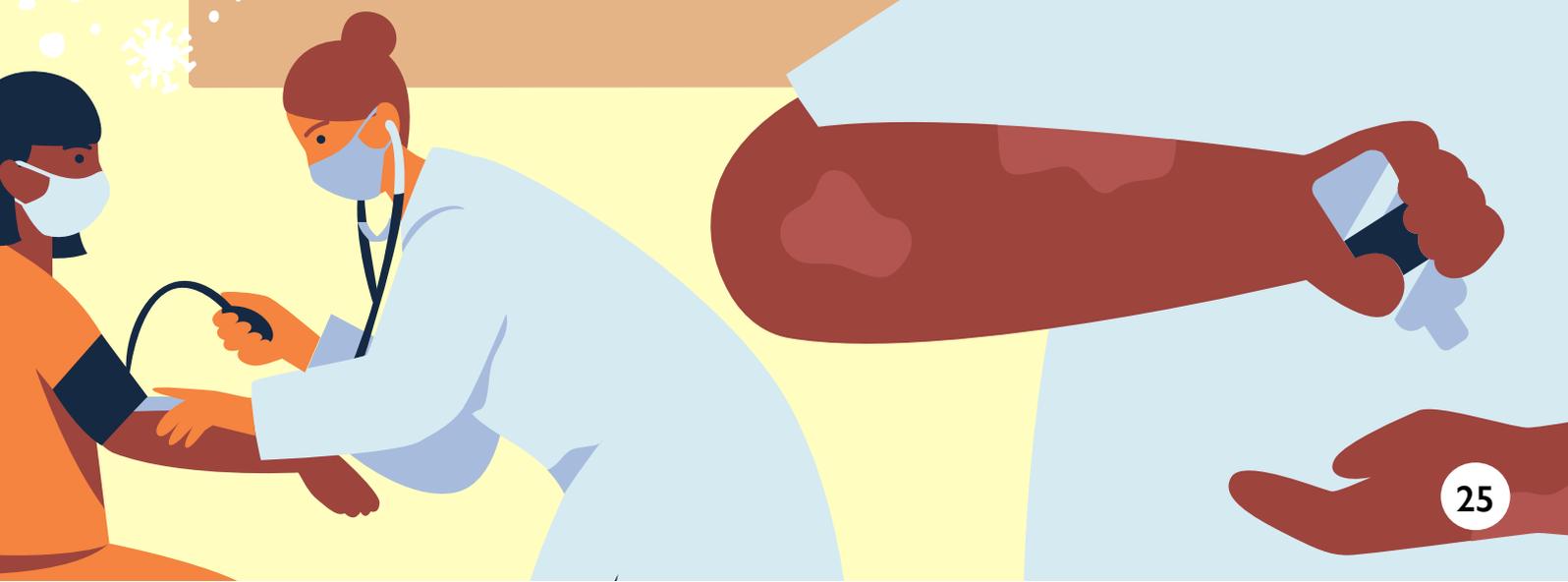
VII. Em sua opinião, quais ações mais urgentes deverão ser realizadas para superarmos os impactos da pandemia de Covid-19 nas comunidades quilombolas?

As respostas abaixo descritas nos ajudarão a pensar e executar ações para superar os impactos identificados anteriormente. Para melhor entendimento, agrupamos as respostas abaixo descritas em categorias, sendo elas: Saúde; Educação; Cultura; Geração de renda; Saúde mental (Aspectos psicológicos/depressão); e Atividades presenciais (Reuniões/atividades em grupo); Questão do território/impactos ambientais; Segurança alimentar (acesso a alimento).

¹²⁸ É válido destacarmos que a CONAQ vem desenvolvendo ações de articulação e de elaboração de estratégias para superação dos impactos da pandemia e de reivindicação de políticas públicas para as comunidades quilombolas e estabelecimento de parcerias. Também vem realizando diagnósticos dos impactos da Covid-19 em áreas quilombolas.

SAÚDE

- Acesso a serviço de saúde para tratar as sequelas da Covid-19;
- Ações na área da saúde para prevenção de doenças;
- Assistência à saúde e informações sobre os cuidados pessoais que não foram orientados pelas secretarias de saúde dos municípios;
- Conclusão da vacinação para quilombolas;
- Continuar vacinando e garantindo água potável nos quilombos; Investimento nas políticas públicas de saúde;
- Manter os cuidados: uso de máscara, álcool gel e distanciamento, entre outros;
- Mais atenção para a saúde voltada para os quilombos, como por exemplo, carreta da saúde;
- Ter ações na área de assistência social, pois as famílias quilombolas ainda se encontram em situação de vulnerabilidade;
- Mais vacinas, atendimento médicos, remédios e atendimento de psicólogos para os quilombolas;
- Primeiro imunizar todo mundo (quilombolas) e continuar com cuidados e começar a buscar parceiros para apoiar as comunidades em todos os aspectos saúde, educação, geração de renda e cultura;
- Saúde e alimentação, pois há famílias que precisam de assistência médica para se alimentar devido ao desemprego;
- Um carinho maior com a saúde dos quilombolas idosos.



EDUCAÇÃO

- Ter um olhar para a educação, pois esses dois anos de pandemia causaram atraso bastante significativo no processo de educação;
- É urgente fazer algo pela educação dos quilombolas pois os anos de pandemia levaram ao fechamento generalizado de escolas nos territórios quilombolas;
- Buscar realizar ações educacionais no pós-pandemia;
- Investimento da educação escolar quilombola;
- Investimento nas políticas públicas de educação;
- Recuperação de escolas quilombolas;
- Retomada da consulta prévia para garantia dos direitos e acesso às políticas públicas e decisões que afetam as comunidades;
- Retorno das aulas nas escolas, garantindo estrutura e segurança para os alunos;
- Ter um carinho maior com a educação das crianças e jovens quilombolas;
- Voltar às aulas presenciais.



CULTURA

- Combater a intolerância religiosa e valorizar a cultura do povo negro;
- Implantação de projetos culturais;
- Parar com a aglomeração, porque os quilombos estão sendo afetados por festas e organizações inadequadas, nas quais as pessoas não usam máscaras;
- Ter ações de comunicação e cultura voltadas para os quilombolas;
- Ter um carinho maior com a cultura;
- Trabalhar a educação, cultura, esporte, lazer, saúde;
- Valorização da cultura, educação, emprego e renda.



GERAÇÃO DE RENDA



- Ações que proporcionem a expansão da produção dos produtos, pois, com isso, a renda voltará a circular com mais força;
- Ações voltada para geração de emprego e renda, tendo um olhar para os jovens;
- Acompanhamento técnico em saúde e para produção nas comunidades;
- Cobrar dos gestores a implementação de políticas públicas que gerem renda nos quilombos e a melhoria na qualidade de vida das famílias;
- Construção de uma minibarragem para ajudar na plantação de hortaliças, entre outras;
- Criação de emprego e renda para os jovens que estão dispersos e sem nenhuma ocupação;
- Desenvolver ações e projetos que gerem renda dentro das comunidades de acordo com os interesses de cada morador;
- Viabilizar cursos gratuitos para população quilombola na perspectiva de geração de emprego e renda;
- Incentivo financeiro para as comunidades desenvolverem a agricultura familiar;
- O retorno do auxílio emergencial, pois a falta de renda e os preços dos produtos estão um absurdo e isso está acabando com o nosso povo;
- Realização de reuniões informativas, que enfoquem questões relacionadas a mais oportunidades de trabalho;
- Ter ações de distribuição de cestas básicas para quilombolas;
- Ter ações de geração de renda integrada às demais políticas públicas;
- Ter ações de geração de renda, já que os programas de fomento à agricultura, que são as principais fontes de renda dos quilombolas, foram diretamente afetados com o desgoverno;
- Ter mais ações referentes à titulação das terras quilombolas;
- Ter mais linha de crédito para os quilombolas;
- Ter programas de assistência e de fortalecimento da agricultura familiar.





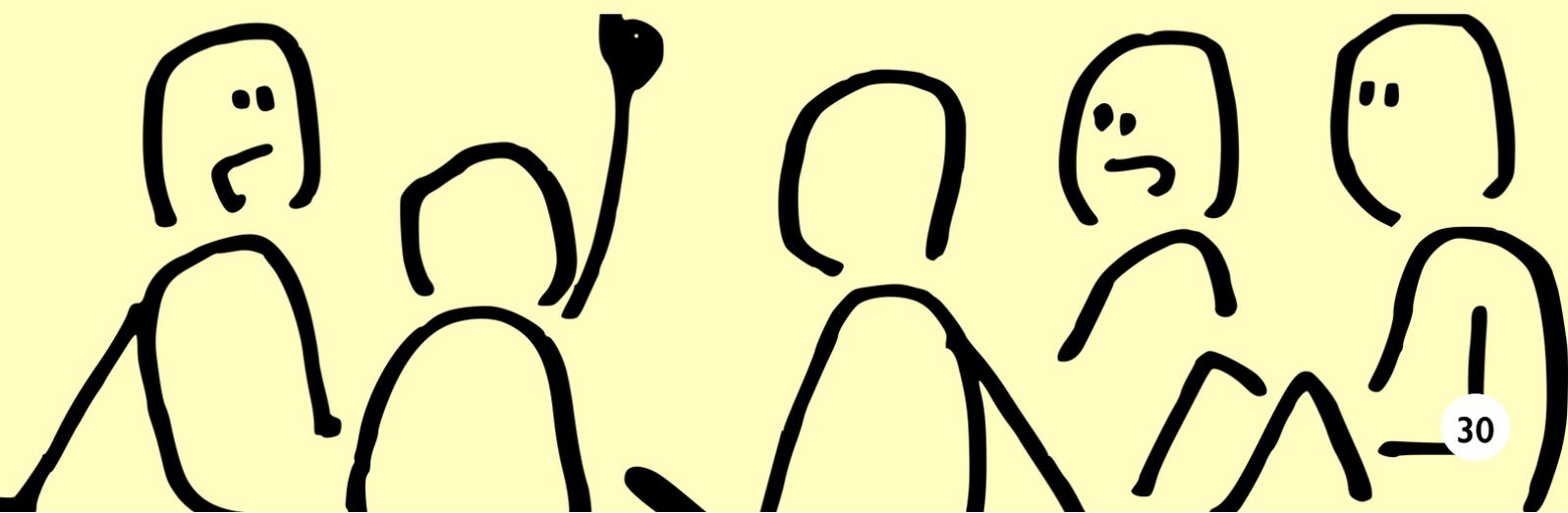
SAÚDE MENTAL (ASPECTOS PSICOLÓGICOS/ DEPRESSÃO)

- Ação de fortalecimento psicológico para quilombolas;
- Reabertura dos CRAS quilombolas, que se encontram sem atendimento para qualquer atividade, nas áreas de assistência social, cultural e psicológica;
- Conseguir realizar ações conjuntas através das políticas públicas para combater as consequências da Covid-19 em relação à saúde mental dos quilombolas;
- Ter ações voltadas para os jovens quilombolas que estão sofrendo com as questões relacionadas ao uso de drogas (substâncias psicoativas);
- Ter ações voltadas para trabalhar a saúde mental e os aspectos psicológicos nos quilombos;
- Ter acompanhamento psicológico para quilombolas.



ATIVIDADES PRESENCIAIS (REUNIÕES/ ATIVIDADES EM GRUPO)

- Exigir dos gestores a realização de mutirões de saúde, de assistência social e de cultura nas comunidades quilombolas;
- Realizar reuniões com toda a comunidade, chamando representantes de conselhos de saúde e da gestão, para incentivar as conversas sobre como podemos nos prevenir. Muitos falam que depois da vacina não precisa mais usar máscara e temos que conscientizar os quilombolas que a pandemia ainda não acabou e que vamos sofrer as consequências disso por muito tempo;
- Voltar a realizar as atividades presenciais de organização gradualmente, porque de forma virtual não chega até as comunidades mais necessitadas;
- Voltar a realizar as atividades presenciais gradativamente, isso fará com que o nosso povo volte a viver como antes, sair, visitar os vizinhos, com a pandemia todos ficaram presos, para a sua proteção e proteger o outro, com todos já vacinados podemos fazer tudo isso, mas com os cuidados que ainda são necessários;
- Voltarmos aos poucos às normalidades, com segurança e responsabilidade;



QUESTÃO DO TERRITÓRIOS/ IMPACTOS AMBIENTAIS

- Com a pandemia, tivemos a migração de muitos quilombolas que haviam saído da comunidade em busca de melhor condição de vida nas grandes cidades, pois aqui é diferente, vivemos a coletividade, sobrevivemos juntos, dividimos as dificuldades e juntos buscamos minimizar os impactos. Precisamos pensar formas de fazer com que as comunidades quilombolas sejam além de um refúgio momentâneo, que essas pessoas não tenham que ir embora porque a comunidade não apresenta uma oportunidade. Está na hora de virar essa página, e fazer do quilombo um território de acolhimento, para isso temos que ter a titulação de nossas terras;
- Titulação das terras já em processo, agilização dos processos que estão parados no Incra;
- Em relação aos processos de regularização fundiária, que os órgãos competentes esclareçam para os quilombolas, porque tantos desmatamentos e tantos despejos de famílias quilombolas estão acontecendo e os órgãos responsáveis não dizem nada;
- Investimentos nas políticas de agricultura;
- Investimentos na regularização fundiária dos quilombos e nos serviços de saúde e de alimentação;
- Mais agilidade por parte dos órgãos responsáveis nas titulações das terras quilombolas;
- Ter ações de preservação do ambiente e ações de reflorestamento nas áreas quilombolas;
- Ter mais políticas públicas, que o Estado dê assistência para comunidades quilombolas;
- Urgência no processo de regularização e titulação dos territórios quilombolas.



SEGURANÇA ALIMENTAR (ACESSO A ALIMENTO)

- Ações de combate à fome;
- Alimentação;
- Apoiar agricultores, pescadores, quebradeiras de coco e demais produtores de alimentos para suprir o sustento da família e criar sua renda abastecendo o mercado;
- Combater a falta de alimento nas comunidades;
- Distribuição de cestas básicas nas comunidades;
- Garantia da segurança alimentar nos territórios quilombolas;
- Garantir água potável para as comunidades quilombolas que não tem;
- Precisamos ter acesso aos alimentos e políticas públicas de segurança alimentar;
- Ter ações de sustentabilidade;
- Trabalhar a segurança alimentar nas comunidades quilombolas é um dos pontos-chaves porque sem alimentos não temos saúde, e sem saúde não tem como estudar, isso é uma realidade.

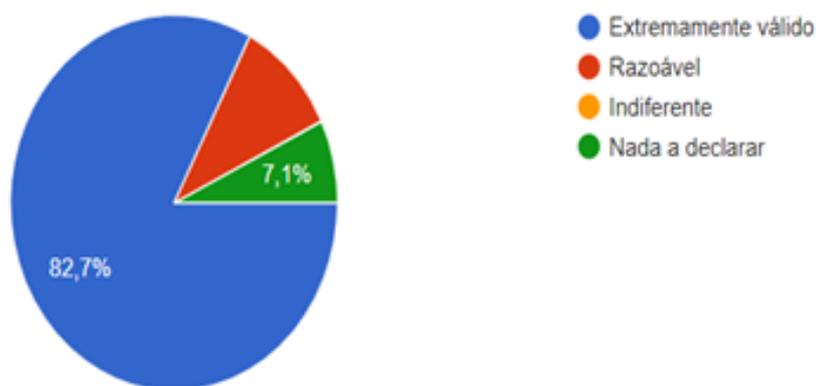
VIII. Você considera importante retomarmos de forma gradual a realização de atividades presenciais nas comunidades quilombolas, levando-se em consideração os protocolos de segurança da Covid-19?



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Através das respostas anteriores, percebe-se as expectativas dos quilombolas em relação à retomada das atividades presenciais, mas que é importante que o retorno seja feito com responsabilidade, interligado com o avanço da vacinação contra a Covid-19.

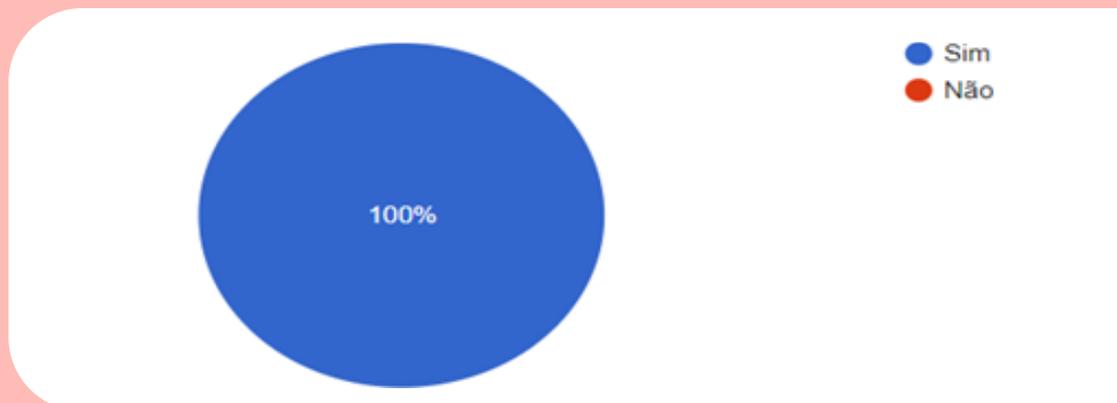
IX. Em sua opinião, a elaboração deste Diagnóstico sobre os Impactos da Covid-19 em 16 estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga, pode ser considerada.



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Ao observar as respostas dos quilombolas referente à importância da realização deste diagnóstico, das quais 82,7% o consideram extremamente válido e 7,1% razoável, fica evidenciado que a CONAQ acertou ao realizar um diagnóstico que pudesse identificar os impactos da pandemia nas comunidades quilombolas, pois, através dele, foi possível coletar informações para elaborar estratégias de combate.

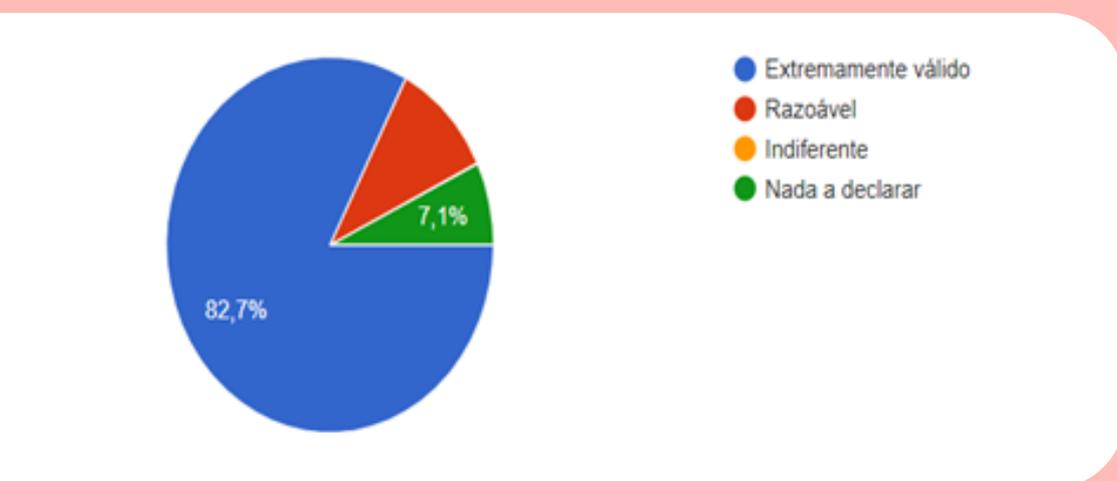
VIII. Você considera importante retomarmos de forma gradual a realização de atividades presenciais nas comunidades quilombolas, levando-se em consideração os protocolos de segurança da Covid-19?



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Através das respostas anteriores, percebe-se as expectativas dos quilombolas em relação à retomada das atividades presenciais, mas que é importante que o retorno seja feito com responsabilidade, interligado com o avanço da vacinação contra a Covid-19.

IX. Em sua opinião, a elaboração deste Diagnóstico sobre os Impactos da Covid-19 em 16 estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga, pode ser considerada.



Fonte: Arquivos do Diagnóstico dos Impactos da Covid-19 em 16 estados, consultor prof. mestre Antonio Henrique França Costa (2021).

Ao observar as respostas dos quilombolas referente à importância da realização deste diagnóstico, das quais 82,7% o consideram extremamente válido e 7,1% razoável, fica evidenciado que a CONAQ acertou ao realizar um diagnóstico que pudesse identificar os impactos da pandemia nas comunidades quilombolas, pois, através dele, foi possível coletar informações para elaborar estratégias de combate.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Dados disponibilizados no dia 18/11/2021 pela CONAQ e o ISA, através da plataforma Observatório da Covid-19 nos Quilombos, referente aos casos registrados de Covid-19, destacam os dados abaixo descritos:



Fonte: Dados do Observatório da Covid-19/CONAQ (18/11/2021).

Varga (2020) diz que a pandemia de Covid-19 potencializou ainda mais as vulnerabilidades sociais e institucionais nos territórios quilombolas, uma vez que os serviços do SUS que lhes são disponibilizados já não conseguiam dar respostas minimamente efetivas a suas demandas antes mesmo da pandemia (VARGA, 2020).

Por essa razão, faz-se necessário a realização deste Diagnóstico sobre os Impactos da Covid-19 em Comunidades Quilombolas para compreender como elas estão sendo afetadas e quais são as principais estratégias e perspectivas de superação desses impactos.

¹²⁹ Cf. SHIMIZU, H. E.; TRINDADE, J. S.; MESQUITA, M. S.; RAMOS, M. C. Avaliação do Índice de Responsividade da Estratégia Saúde da Família da zona rural. Rev Esc Enferm USP, n. 52, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017020203316>

6.REFERÊNCIAS

PALMARES. Fundação Cultural. Ministério da Cultura; Governo Federal. Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). 2015 (com atualização em 2018). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Casa Civil da Presidência da República; Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária; Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ). 2019. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento_processos.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

POLITIZE, site. ONU: o que é a Organização das Nações Unidas. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/onu-organizacao-das-nacoes-unidas/> Acesso em: 29 ago. 2021.

VARGA, István van Deursen; CARDOSO, Raimundo Luís Silva; VIANA, Rosana Lima; COSTA, Antonio Henrique França; SANTOS, Marina Santos Pereira. FERREIRA; Dulcinéia de Fátima; DEURSEN, Maria Alice Pires Oliveira van; FERREIRA, Luiz Alves (in memoriam). Impactos em Populações Tradicionais: Quilombolas, Ribeirinhos e Ciganos 68. Vulnerabilidade em Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas Frente à Covid-19. Cientistas sociais e o Coronavírus [recurso eletrônico] / Miriam Pillar Grossi e Rodrigo Toniol (organizadores). 1. ed. – São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS. Observatório da Covid19 nos Quilombos. S/l, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3pQJ7IB>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Quilombos: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002
GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. Revista Brasileira de Educação. maio/jun/jul/ago, nº 23, 2003.

HASENBALG, C. A., 1992. O negro na indústria, proletarização tardia e desigual. Ciências Sociais Hoje, 1992, Rio de Janeiro: Anpocs.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 ago jan. 2020.

HUMANOS, Sociedade Maranhense de Direitos. Cartilha do Projeto de Capacitação de Lideranças Quilombolas. São Luís/MA, 2012.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Revista eletrônica Quilombo? Quem Somos Nós! 2019. Disponível em: <<http://conaq.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 1º ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 7.668, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Presidência da República, 23 ago. 1988.

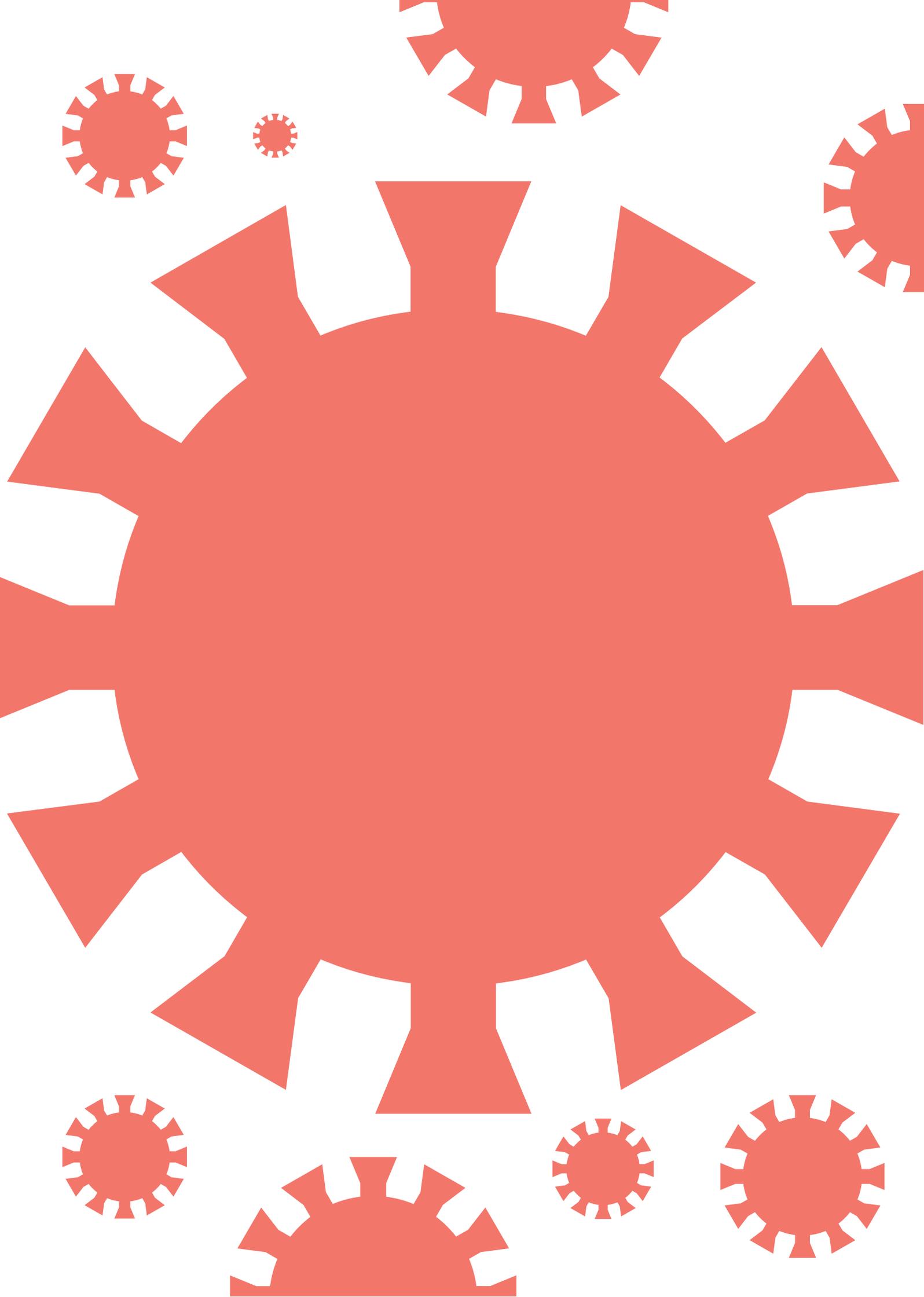
ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 6, 2021.

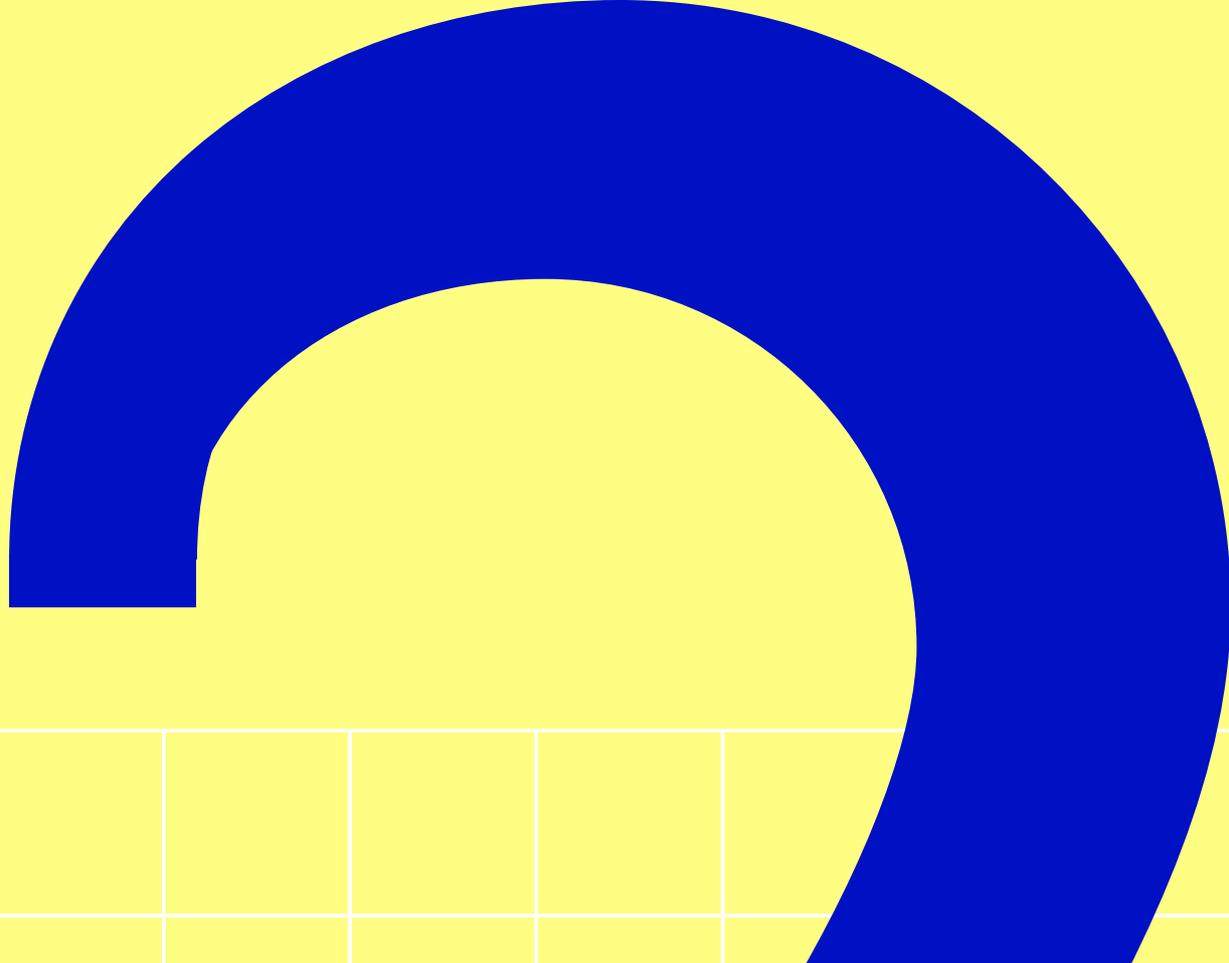
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Ministério da Cultura; Governo Federal. Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs). 2015 (com atualização em 2018). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Casa Civil da Presidência da República; Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária; Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ). 2019. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/andamento_processos.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

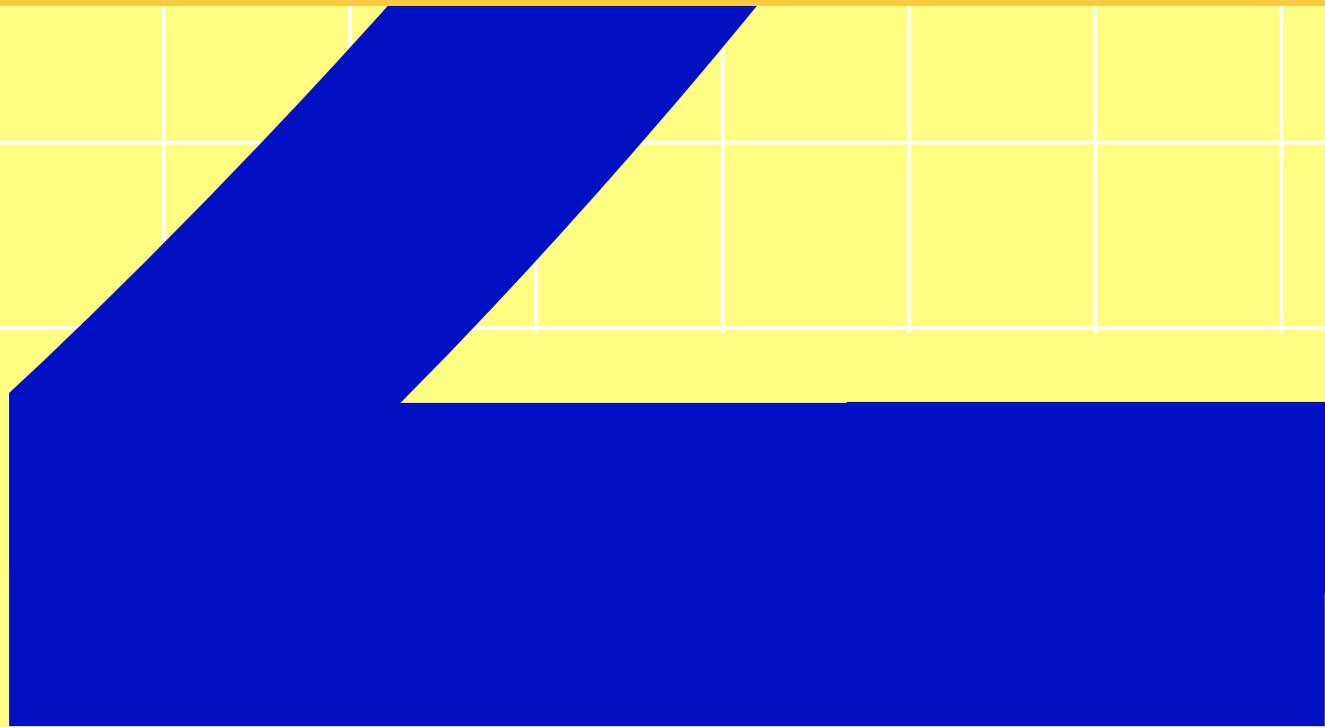
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

MARANHÃO. Política Estadual de Saúde Integral da População Negra e das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Quilombola do Maranhão - 2017.





PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL



PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

CONSULTOR:

HILTON LUCAS GONÇALVES DURÃO

*DIAGNÓSTICO SOBRE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NOS
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA LEGAL.*



HILTON LUCAS GONÇALVES DURÃO

– Quilombola, pertencente ao território quilombola de Porto Alegre (Cametá, Pará). Engenheiro agrônomo, especialista em Biodiversidade Amazônica e mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, ambas as formações pela UFPA. Consultor da CONAQ para a elaboração do Diagnóstico sobre preservação ambiental nos territórios quilombolas da Amazônia Legal.

1. INTRODUÇÃO

Somente na região amazônica, existem 187 territórios quilombolas titulados ou em processo de titulação, totalizando uma área de 2.401.559,69 hectares (0,48% do território amazônico). No entanto, a Fundação Cultural Palmares apresenta o registro de 1.197 comunidades quilombolas certificadas e o IBGE registra 1.831 localidades quilombolas.

Essas áreas são manejadas e conservadas há séculos pela população quilombola, por meio de uma relação que alia saberes e práticas tradicionais harmoniosas. Com isso, os territórios quilombolas integram o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), por meio do Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que preconiza, em suas diretrizes, a garantia dos direitos territoriais como instrumento para a conservação da biodiversidade.

Mesmo com tais garantias, os quilombolas, em muitos casos, não são assistidos por políticas públicas voltadas para a questão ambiental, nem sequer participam do processo de construção delas.

O presente diagnóstico apresenta informações contundentes acerca da preservação ambiental nos territórios quilombolas inseridos em sete estados da Amazônia legal (AM, PA, AP, RO, TO, MT e MA), demonstrando o quantitativo de áreas protegidas em cada território, por meio de análise de uso e cobertura do solo. Também mostra pesquisa qualitativa a respeito do modo como os quilombolas protegem essas áreas.

2. METODOLOGIA

2.1 Amostragem e análise de uso e cobertura do solo

Nesta análise, foram considerados apenas os 147 territórios quilombolas que possuem seus perímetros delimitados e constam da base cartográfica do Instituto Socioambiental (ISA), numa compilação de dados dos órgãos públicos responsáveis pela regularização fundiária dos territórios, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e institutos de terra estaduais (Iterpa e Iterma), em 2021.

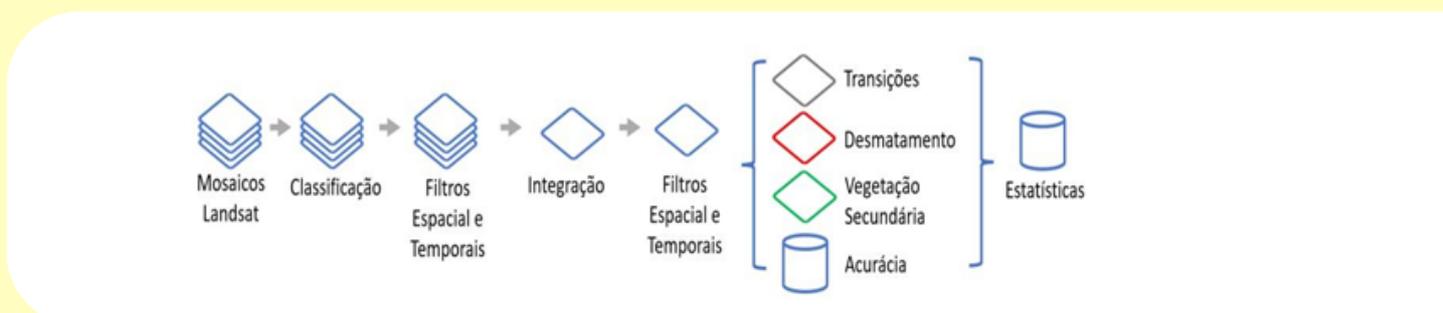
Tabela 1. Quantidade e área dos quilombos analisados por UF

UF	QUANTIDADE DE QUILOMBOS ANALISADOS	QUILOMBOS CERTIFICADOS	ÁREA OFICIAL DOS QUILOMBOS (HA)
Pará	78	261	1.230.523,63
Maranhão	46	762	157.660,60
Amapá	7	40	58.283,71
Tocantins	6	45	128.327,58
Mato Grosso	4	73	20.551,52
Rondônia	4	8	58.551,84
Amazonas	2	8	747.696,81
Total	147	1.197	2.401.559,69

Fonte: Inkra, Iterpa, Itermã (2021).

A análise de uso e cobertura do solo foi realizada a partir de dados obtidos do projeto Mapbiomas, coleção 5.0 , publicada em agosto de 2020.

Figura 1. Diagrama com as etapas do processo de geração e construção dos mapas de uso e cobertura do solo do projeto



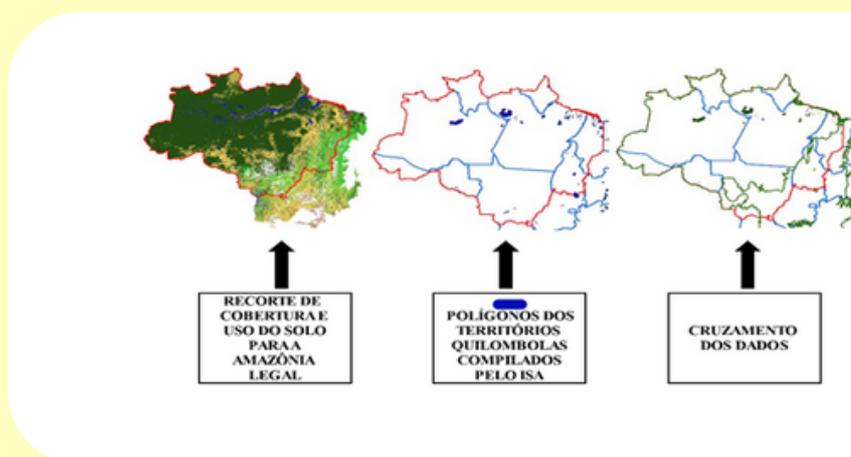
Fonte: Mapbiomas (2021).

Foi realizado o cruzamento dos polígonos dos territórios quilombolas com a imagem raster obtida a partir do Mapbiomas 5.0¹³⁰ para quantificar e classificar as categorias de uso e cobertura do solo em cada território, utilizando o software livre Qgis versão 3.16.8¹³¹. Desse cruzamento, foi gerada uma tabela com os respectivos dados e seus códigos de legenda, totalizando o quantitativo de cada categoria de cobertura e uso do solo em hectares. Ao mesmo tempo, foram construídos mapas detalhados de alguns quilombos selecionados por estado de abrangência.

¹³⁰ <https://mapbiomas.org>.

¹³¹ QGIS.org, 2021. QGIS Geographic Information System. QGIS Association. <http://www.qgis.org>.

Figura 2. Procedimentos para obtenção de dados de uso e cobertura do solo em cada território quilombola



Fonte: Durão (2021).

2.2 Levantamento de dados a respeito do modo como os quilombolas protegem suas áreas

Com a finalidade de analisar a percepção dos quilombolas sobre o tema “preservação ambiental”, foi elaborado um formulário¹³² no aplicativo Google Forms, contendo perguntas sobre como utilizam, conservam e preservam a biodiversidade em seus territórios. Ele chegou até as comunidades com a colaboração das coordenações estaduais da CONAQ. No entanto, devido a dificuldades de acesso à internet, apenas 46 comunidades preencheram o formulário, possibilitando compreender, de modo geral, quais ações são realizadas para promover a preservação ambiental nos territórios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os quilombolas da Amazônia estão intimamente interligados com a terra e exercem uma compreensão diferenciada acerca da floresta e da biodiversidade.

“Para nós é muito importante que a floresta esteja preservada, porque a nossa sobrevivência depende dela, pois é dela que tiramos nosso sustento” (liderança do quilombo de Santo Antônio do Guaporé/RO).

“A floresta é nossa vida, pois sobrevivemos dos recursos que ela nos oferta, nada mais justo do que retribuir os cuidados” (liderança da comunidade remanescente de quilombo São José do Icatu/PA).

“Preservamos a floresta porque o território é o nosso espaço sagrado e também é o nosso meio de sobrevivência” (liderança do território quilombola Mata Cavalu/MT).

“É extremamente importante a proteção das nossas matas, igarapés e nascentes [...] nós, povos quilombolas, tiramos nosso sustento da natureza e sem ela deixamos de existir” (liderança da comunidade quilombola Cariongo/MA).

¹³² https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdJUlCCT-9khB_KVioEqzVmrJwqC1FUpmTXPLe7hBtMRyHkA/viewform?usp=sf_link.

A confirmação dessas falas pode ser observada nos dados compilados sobre o uso e a cobertura do solo desses territórios, os quais apontam que 90% da cobertura do solo nos territórios quilombolas analisados é constituída por florestas naturais, distribuídas em formação florestal (87%), formação savânica (3%) e mangue (1%), totalizando 2.186.168 milhões de hectares. No mais, 3% das áreas analisadas são de formação natural não florestal, 3% de rios, lagos e oceano, e apenas 4% da cobertura do solo é utilizada para fins agropecuários e de infraestrutura.

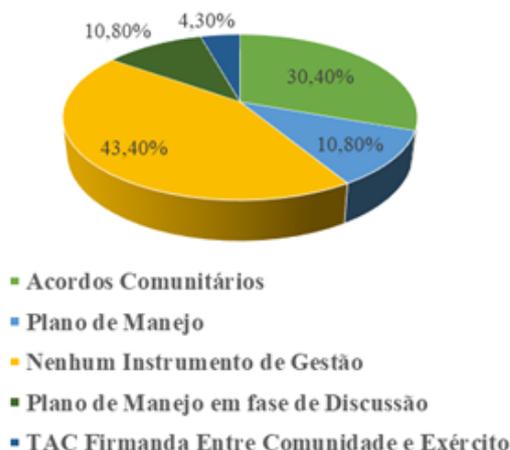
No âmbito da produção agrícola, 83% dos territórios quilombolas contactados produzem alimentos por meio das roças de corte e queima. Esse modelo de agricultura é caracterizado pela abertura de pequenas clareiras na floresta para serem cultivadas por períodos mais curtos, para descanso e regeneração da terra. As roças apresentam alta diversidade de espécies vegetais, como milho, arroz e mandioca, garantindo a segurança e a soberania alimentar das famílias, caracterizando-se como atividade sustentável.

Entre os quilombos, 68% complementam as atividades agrícolas com a pesca e atividades extrativistas de diferentes frutos regionais, como açaí, jussara, castanha-do-pará, cupuaçu e cacau, dentre outros. A atividade extrativista é um importante meio de proteção das florestas, pois a coleta de recursos florestais é feita de forma seletiva e pouco compromete o ecossistema.

A conduta preservacionista do povo quilombola advém de um processo no qual a coletividade institui regras de uso do solo e dos recursos naturais, em muitos casos de forma subjetiva. Analisando os instrumentos de gestão nos territórios de abrangência da pesquisa, observou-se que 40% das comunidades não têm nenhum instrumento de gestão efetivo, como por exemplo plano de uso ou de manejo, 30% das comunidades têm acordos de uso e proteção das florestas, 10% estão em fase de discussão do plano de manejo e 10% já possuem plano de manejo finalizado.

Figura 3. Instrumentos de gestão das áreas protegidas nos territórios quilombolas da Amazônia

Instrumento de gestão das áreas protegidas



Fonte: Dados da pesquisa.

As cinco comunidades que têm plano de manejo estão sobrepostas a unidades de conservação (UC), são elas: quilombo do Tambor, sobreposta à UC Parque Nacional do Jaú, localizada em Novo Airão (AM); Santo Antônio do Guaporé, sobreposta à Reserva Biológica do Guaporé, município de Guaporé (RO); quilombo Cuani, que está em sobreposição ao Parque Nacional do Cabo Orange, em Calçone (AP); e Alto Trombetas e Alto Trombetas II, sobrepostas à Reserva Biológica do Rio Trombetas, Floresta Nacional Saracá-Taquera e Floresta Estadual Trombetas, em Oriximiná (PA).

3.1 Pará

Os 78 territórios quilombolas do estado do Pará presentes nesta pesquisa somam 52% de toda extensão territorial quilombola analisada na Amazônia. Ali se sobressai a cobertura florestal, que compreende 91% da área total dos territórios, como podemos observar na tabela a seguir.

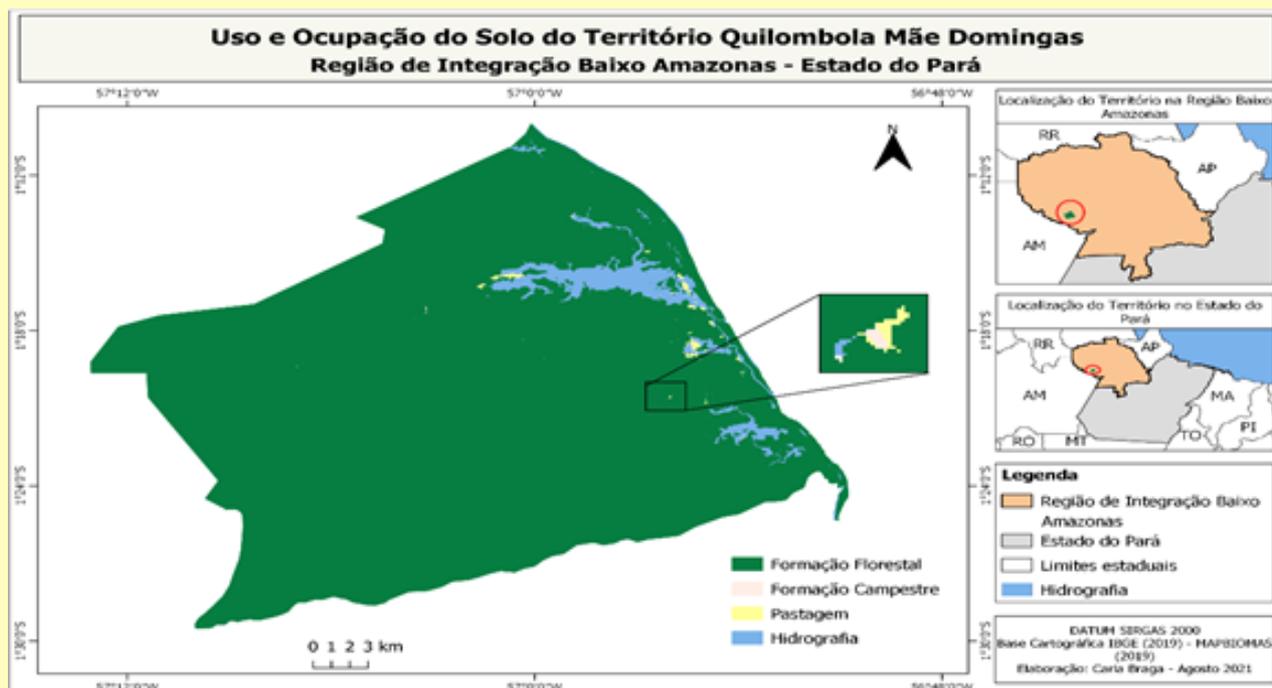
Tabela 2. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas do Pará

TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	1.123.281,09	91,28
Mangue	1.107,47	0,09
Floresta plantada	12,3	0,00
Formação campestre	22.149,42	1,80
Pastagem	34.085,50	2,77
Infraestrutura urbana	12,3	0,00
Mineração	492,2	0,04
Apicum	1,23	0,00
Outras áreas não vegetadas	1,23	0,00
Outras lavouras temporárias	369,15	0,03
Soja	159,96	0,01
Rios, lagos e oceano	48.851,78	3,97
Total	1.230.523,63	

Fonte: Mapbiomas (2019)

O maior quantitativo de extensão de terras quilombolas no estado do Pará está concentrado na região de integração do Baixo Amazonas, nos municípios de Oriximiná, Santarém e Óbidos, onde estão presentes 16 territórios, que abrangem área de 985.285,68 mil hectares e compreendem 80% de toda extensão territorial quilombola do estado. Ali os índices de florestas são elevados, com destaque para os quilombos do município de Oriximiná, que possuem 90% dos seus territórios com formação florestal.

Figura 4. Mapa de uso e cobertura do solo no território quilombola Mãe Domingas, Pará



Fonte: Base cartográfica: IBGE, Mapbiomas (2019). Elaboração: C. Braga, H. L. G. Durão (2021)

Os quilombos do estado estão distribuídos em diferentes tipos de ecossistemas, como em áreas ribeirinhas, terra firme, zonas periurbanas e áreas costeiras. Muitos enfrentam a pressão do agronegócio, grandes fazendeiros, mineração e os grandes empreendimentos, como é o caso da implantação das duas maiores usinas hidrelétricas do Brasil, a UHE de Belo Monte, no sul, e a UHE de Tucuruí, no nordeste do estado. O Pará é pioneiro na emissão de títulos de terras quilombolas e na expropriação de terras particulares sobrepostas aos quilombos.

3.2 Amazonas

No estado do Amazonas, fizeram parte do levantamento, os quilombos Tambor e Rio Andirá. O primeiro tem o maior percentual de formação florestal (99%) de todos os quilombos analisados, e o segundo, 91%.

Tabela 3. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas do Amazonas

TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	732.144,71	97,92
Formação campestre	8.894,69	1,19
Pastagem	2.762,47	0,37
Rios, lagos e oceano	3.887,47	0,52
Outras lavouras temporárias	7,47	0,00
Total	747.696,81	

Fonte: Mapbiomas (2019).

O território quilombola do Tambor é o maior em extensão territorial da região amazônica, foi o primeiro reconhecido no estado e está em sobreposição ao Parque Nacional do Jaú. De acordo com o Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde Neepes/Fiocruz¹³³, existe tensão entre o reconhecimento formal do quilombo e o fato de sua localização estar em uma “área de proteção integral”; o caso provocou a saída compulsória de centenas de famílias ribeirinhas quilombolas que viviam à margem do rio Jaú. Muitas delas foram obrigadas a recomeçar a vida nas periferias de zonas urbanas do Amazonas.

O mapa a seguir ilustra a grandiosidade desse território e a imensidão de floresta presente no local.

Figura 5. Mapa de uso e cobertura do solo no território quilombola do Tambor, Amazonas



Fonte: Base cartográfica: IBGE, Mapbiomas (2019). Elaboração: C. Braga, H. L. G. Durão (2021)

3.3 Rondônia

Em Rondônia foram analisados os territórios Pedras Negras, quilombo de Jesus, Santo Antônio do Guaporé e Santa Fé. Estão situados nos afluentes do rio Guaporé e se sobrepõem à Reserva Biológica do Guaporé, criada em 1982. Nessa região existe uma amostra representativa do ecossistema de transição entre o Cerrado e a Amazônia, além de ecossistemas aquáticos e florestas inundáveis.

¹³³<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/am-comunidade-quilombola-do-tambor-aguarda-titulacao-para-ficar-livre-das-imposicoes-e-da-discriminacao-por-funcionarios-do-ibama/> .

Atualmente essas comunidades sobrevivem da agricultura, pecuária de subsistência, extrativismo (principalmente da castanha-do-pará) e do turismo. Quanto à gestão e acordos para a proteção dessas áreas, além da conduta preservacionista das comunidades, existe um acordo de uso firmado entre as comunidades e o Exército brasileiro, que estabelece regras sobre caça, pesca, uso de áreas para a agricultura, criação de animais, turismo, utilização dos portos, entre outras categorias.

Na tabela abaixo podemos verificar que o quantitativo de formação florestal dentro dos territórios está acima de 80%. De acordo com as lideranças dessas comunidades, a conservação da floresta é uma essencialidade, pois é dela que eles sobrevivem. No entanto, foi relatada a existência de pressões externas de desmatamento ao redor dos territórios.

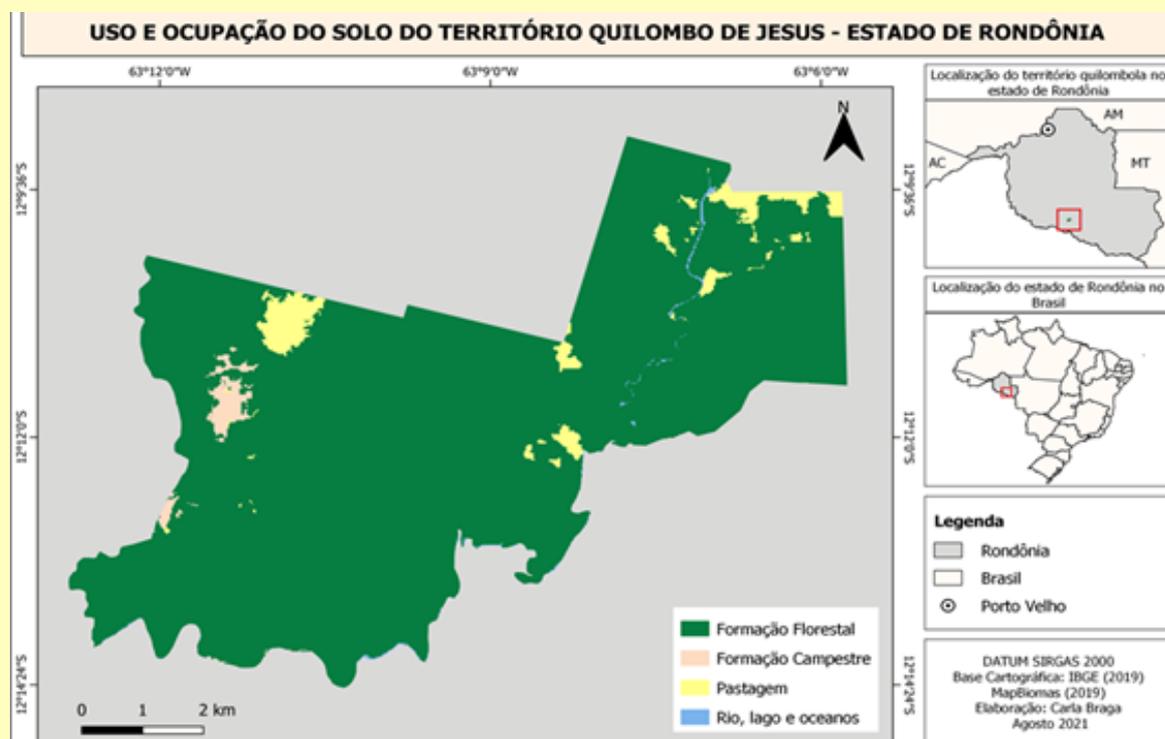
Tabela 4. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas de Rondônia

TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	48.403,94	82,67
Formação campestre	6.693,23	11,43
Pastagem	311,74	0,53
Rios, lagos e oceano	3141,52	5,37
Outras lavouras temporárias	1,46	0,00
Total	58.551,89	

Fonte: Mapbiomas (2019).

A seguir será apresentado o mapa do território quilombola de Bom Jesus, com o propósito de exemplificação e visualização da quantidade de formação florestal nos territórios quilombolas de Rondônia.

Figura 6. Mapa de uso e cobertura do solo do quilombo de Jesus, Rondônia



Fonte: Base cartográfica: IBGE, Mapbiomas (2019). Elaboração: C. Braga, H. L. G. Durão (2021)

3.4 Maranhão

No Maranhão, 70% da área analisada dos 46 territórios quilombolas constitui-se de formação florestal. O valor é expressivo, porém, observa-se porcentagem grande de pastagem, que totaliza mais de 21.500 hectares.

Tabela 5. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas do Maranhão

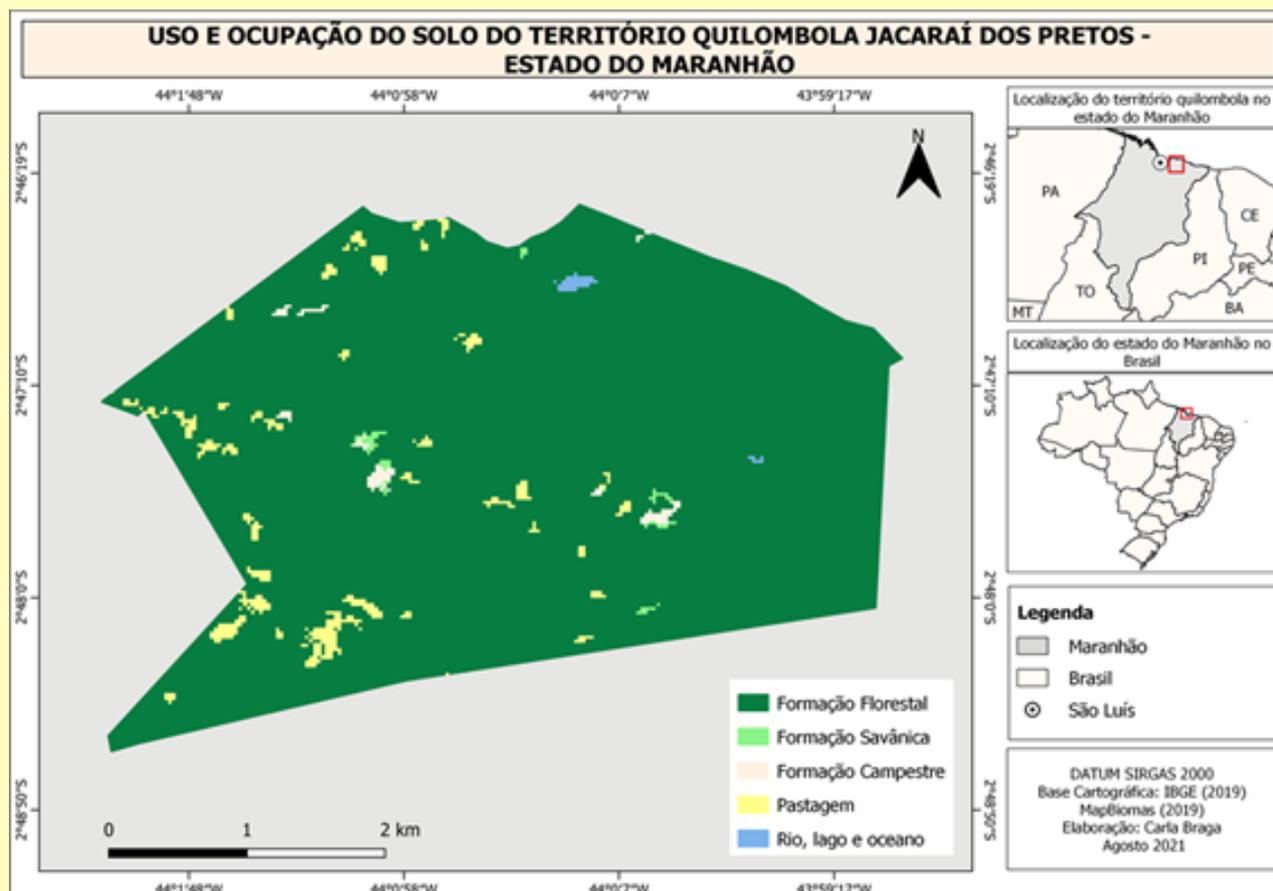
TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	117.236,42	74,36
Formação savânica	1.072,09	0,68
Mangue	13.527,27	8,58
Formação campestre	1.340,11	0,85
Pastagem	21.567,97	13,68
Praia e duna	31,53	0,02
Infraestrutura urbana	15,81	0,01
Outras lavouras temporárias	15,76	0,01
Apicum	536,04	0,34
Rios, lagos e oceano	2.270,31	1,44
Outras áreas não vegetadas	47,29	0,03
Total	157.660,60	

Fonte: Mapbiomas (2019).

Lideranças quilombolas do estado apontaram a existência de diversas ameaças externas às áreas protegidas pelas comunidades, dentre elas: fazendeiros e grandes empreendimentos que pressionam os quilombos Cariongo, o território quilombola do Acre, o quilombo Joaquim Maria, dentre tantos outros; madeireiras no quilombo Barro Vermelho, município de Chapadinha, e estradas, hidrelétricas e ferrovias no quilombo São Roque, município de Anajatuba.

Dentre os quilombos com significativa área de formação florestal, exemplificamos em um mapa o território quilombola Jacaré dos Pretos, no município de Icatu, litoral leste maranhense. Ele dispõe de 1.468 hectares de florestas, equivalentes a 96% do território.

Figura 7. Mapa de uso e cobertura do solo do território quilombola Jacaraí dos Pretos, Maranhão



Fonte: Mapbiomas (2019).

3.5 Tocantins

Os seis territórios quilombolas do estado do Tocantins que fizeram parte desta pesquisa têm 58% de sua cobertura do solo constituída por formação savânica, pois o estado tem tanto o bioma Amazônia quanto o Cerrado. Dessas áreas, 17% são compostas de formação florestal e 13% de pastagem.

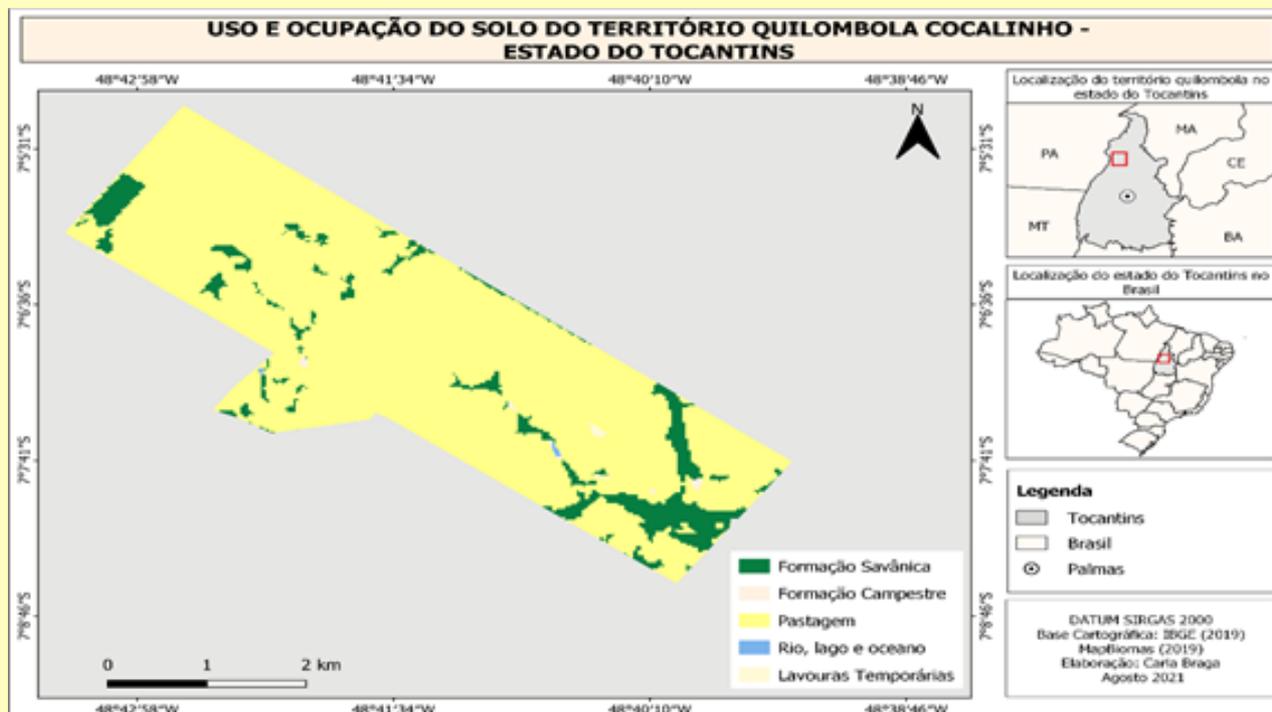
Tabela 6. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas do Tocantins

TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	22.601,41	17,61
Formação savânica	74.583,93	58,12
Formação campestre	12.781,63	9,96
Pastagem	17.693,33	13,79
Outras áreas não vegetadas	166,82	0,13
Rios, lagos e oceano	153,99	0,12
Soja	230,98	0,18
Outras lavouras temporárias	115,49	0,09
TOTAL	128.327,58	

Fonte: Mapbiomas (2019).

Em alguns quilombos verificou-se altos índices de pastagem. São áreas que sofreram ações antrópicas e perderam a cobertura de vegetação nativa. O quilombo de Cocalinho, localizado no município de Santa Fé do Araguaia, obteve o maior índice desse tipo de cobertura, totalizando 88% do território.

Figura 8. Mapa de uso e cobertura do solo do território quilombola de Cocalinho, Tocantins



Fonte: Base cartográfica: IBGE, Mapbiomas (2019). Elaboração: C. Braga, H. L. G. Durão (2021)

3.6 Mato Grosso

O estado do Mato Grosso é constituído por três biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônia. Ao analisarmos o percentual de formação florestal na tabela abaixo, é importante considerarmos as formações vegetais provenientes dos biomas Cerrado e Pantanal, pois o quantitativo inferior de florestas não é sinônimo de degradação ambiental.

Tabela 7. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas do Mato Grosso

TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	3.220,93	15,70
Formação savânica	9.121,22	44,46
Formação campestre	22,56	0,11
Pastagem	7.976,43	38,88
Outras áreas não vegetadas	133,35	0,65
Rios, lagos e oceanos	14,36	0,07
Outras lavouras temporárias	26,67	0,13
Total	20.515,52	

Fonte: Mapbiomas (2019).

Um quantitativo expressivo de áreas classificadas como pastagem advém de desmatamentos ocasionados por pressões externas aos quilombos. As lideranças locais relatam o enfrentamento a ameaças, principalmente pelo avanço do agronegócio e por grandes latifundiários. Outro fator é o avanço da mineração, como é o caso do território quilombola Mata Cavalão. De acordo com as lideranças locais, esses empreendimentos são implantados sem qualquer tipo de consulta prévia, livre e informada, o que é proibido pela legislação brasileira.

3.7 Amapá

No estado do Amapá foram analisados sete territórios quilombolas: Conceição do Macacoari, Cunani, Curiaú, Mel da Pedreira, Rosa, São José do Mata Fome e São Raimundo da Pirativa. Eles têm mais de 68% da cobertura do solo com formação florestal e 27% com formação campestre.

Tabela 9. Tipo e área de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas do Amapá

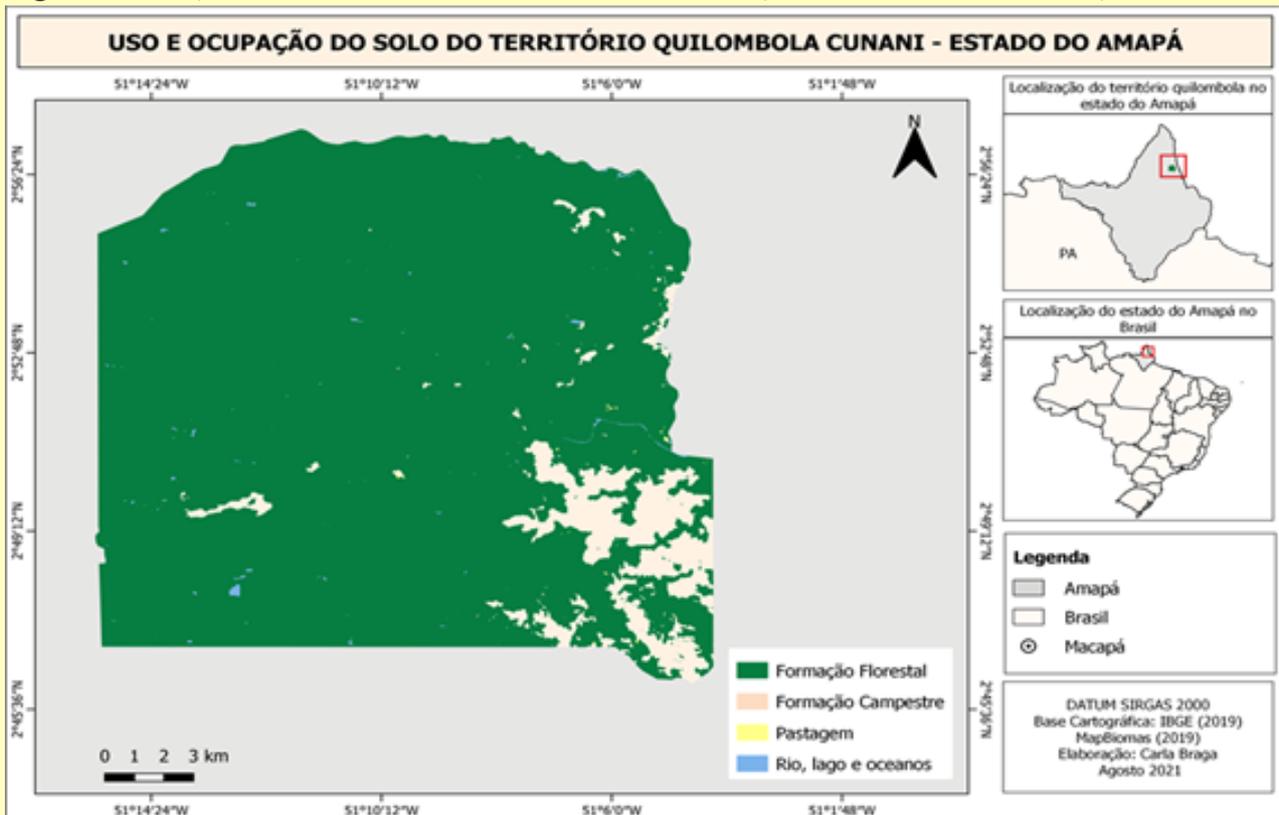
TIPO	ÁREA (ha)	(%)
Formação florestal	39.739,43	68,18
Floresta plantada	116,56	0,20
Formação campestre	16.255,32	27,89
Pastagem	460,44	0,79
Infraestrutura urbana	50,28	0,09
Soja	40,79	0,07
Outras lavouras temporárias	1.363,83	2,34
Rios, lagos e oceano	257,06	0,44
Total	58.283,71	

Fonte: Mapbiomas (2019).

Formações campestres na Amazônia são denominadas localmente de savanas amazônicas, campos de natureza ou campos naturais, e estão distribuídas ao longo de todo o bioma. Dessas áreas os quilombolas extraem espécies muito utilizadas para artesanato e para o consumo na medicina popular.

A diferenciação desses dois tipos de cobertura do solo e a efetividade na preservação ambiental podem ser observadas no mapa abaixo.

Figura 10. Mapa de uso e cobertura do solo do território quilombola de Cunani, Amapá



Fonte: Base cartográfica: IBGE, Mapbiomas (2019). Elaboração: C. Braga, H. L. G. Durão (2021)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados compilados neste diagnóstico possibilitaram quantificar o tamanho das áreas protegidas nos territórios quilombolas da Amazônia. Uma importante ferramenta de compreensão da realidade quilombola na região, que demonstra efetividade da titulação de terras quilombolas frente à preservação desse bioma.

O estudo também é de extrema utilidade para o processo organizacional das comunidades, no sentido de criação de planos de manejo e ações de enfrentamento ao desmatamento e queimadas que ainda persistem em alguns territórios. Espera-se que a pesquisa seja um ponto de partida para o processo de monitoramento ambiental e que futuramente se tenha um panorama anual de dados socioambientais dessas comunidades, como subsídio para políticas públicas.



ANE

XOS

Tabela 10. Quantitativo em hectares de cada tipo de uso e cobertura do solo nos territórios quilombolas analisados

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS ANALISADOS	QUANTITATIVO EM HECTARES DE CADA TIPO DE USO E COBERTURA DO SOLO														
	3	4	5	9	12	15	23	24	25	30	32	33	39	41	Total Geral
AbacaAbacatal-Aurá	513,03					49,60									562,63
Água Fria	444,03				29,64	43,66						34,98			552,31
Aguiar	694,46					220,02									914,48
Alcantara	53.284,20	9,54	14.143,85		781,87	7.661,00	32,98	10,49			555,00	2.066,98		2,51	78.548,42
Aliança/Santa Joana	5.636,17		20,21		26,21	1.948,05			25,04			4,67			7.660,34
Altamira	709,11					515,78								1,61	1.226,50
Alto Trombetas I	158.554,98				189,09	364,30						3.356,43			162.464,80
Alto Trombetas II	170.122,84				409,84	1.423,75				546,29		18.158,22			190.660,94
Arapema	1.297,09				122,82	14,92						2.410,65		0,09	3.845,57
Arapucu	519,31				10,62	233,54						7,52			770,99
Ariramba	11.339,80				147,03	861,77						36,33			12.384,94
ARQMG - Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Município Gurupá	82.141,96	82.141,96		7,36	1.015,22	1.602,74						764,81			85.532,09
ARQUINEC - Comunidades Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia do Pará	4.598,82	4.598,82							0,45			2,69		1,97	5.817,29
Bacabal	409,31				0,23										517,36
Bailique	7.886,47				3,50							39,59		8,88	9.707,50
Barra da Aroeira	10.384,92	34.030,12			9.837,07	8.071,05			102,97			2,95	230,27	113,97	62.773,33
Barreira	638,71					254,69			1,88						895,29
Bela Aurora	1.719,62				0,09	680,38						32,19			2.432,29
Bem Posta	238,25				2,13	143,42									383,80
Benfica	2.581,88	47,23			14,34	919,23						0,54			3.563,22
Boa Vista	1.002,84				21,73	54,23						40,31			1.119,11
Bom Jardim	1.359,56				123,74	558,55						454,19	148,08	19,51	2.663,64
Bom Jesus dos Pretos	177,57				3,07	17,48									198,11
Cacau e Ovos	2.218,62		852,31		176,97	86,38						246,30		0,54	3.582,19
Cachoeira Porteira	217.341,52				78,05	221,06						592,65			218.233,28
Caeté	1.400,05					87,29									1.487,34
Cajueiro	149,18					116,31									265,49
Camiranga	173,91					148,08						0,16			322,16
Campina de Pedra	151,78	567,68			1,04	1.065,00			0,60					1,29	1.787,40
Campo Redondo	672,03				12,81	721,02						118,17			1.524,02
Caranduba	555,42					95,44									650,86
Carangueijo	172,84					103,16									276,00
Cariongo	384,06	0,99			0,98	172,78						0,45			559,25
Castanhalzinho	132,52					159,74									292,26
Centro Ouro	4.592,03					728,22								0,72	5.320,97

**TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS
ANALISADOS**
QUANTITATIVO EM HECTARES DE CADA TIPO DE USO E COBERTURA DO SOLO

	3	4	5	9	12	15	23	24	25	30	32	33	39	41	Total Geral
Charco	506,39					845,50						0,44			1.352,34
Cocal	0,43					17,60									18,03
Cocalinho	169,34				5,95	1.419,19						1,25		2,32	1.598,04
Conceição do Macacoari	3.220,99			42,38	5.100,77	296,30						10,15		777,93	9.448,53
Contenda	726,95					326,92								1,26	1.055,12
Cotovelo	1.157,62					69,14									1.226,77
Cruzeiro	142,00					160,12									302,13
Cunani	33.425,15				2.848,36	56,71						203,19			36.533,41
Curiau	1.140,06			0,63	1.718,50	99,84		58,03				33,76		79,83	3.130,66
Erepecuru	216.669,39				2.574,03	2.294,41						5.665,13			227.202,96
Espirito Santo	265,48					11,31						0,22			277,01
Estiva dos Cotós	3.412,48	412,08			133,81	137,74			0,54			40,67		11,74	4.149,06
Ferreira	201,79					109,25									311,04
Grotão	321,79	744,39			593,93	368,15			50,47						2.078,73
Guajará Miri	806,99					179,31						9,52		1,08	996,89
Gurupá	7.521,38		277,12		2.206,01	87,03						130,91		0,45	10.222,91
Igarapé Preto e Baixinha	18.256,09				1.734,81	4.051,91		7,80				80,32		44,49	24.175,42
Ilha de São Vicente	1.101,01	13,85			11,53	1.276,45						105,92			2.508,76
Ilha Grande de Cupijó	702,93				1.111,05	128,11	8.071,05								1.942,09
Ilhas de Abaetetuba	8.952,49				131,34	531,30	254,69					122,66		3,77	9.741,56
Imbiral	8,87					37,87	680,38								46,74
Ipiranga do Carmina	1.190,02	41,33			33,05	163,37	143,42								1.427,77
Itaboca-Quatro Bocas e Cacoal	287,83					160,08	919,23								447,91
Itamoari	5.235,72					99,36	54,23					41,67			5.376,75
Itancuã Miri	846,39					125,64	558,55								972,03
Jacareí dos Pretos	1.468,44	5,83			8,91	42,05	17,48					3,32			1.528,54
Jacarequara	409,76				0,01	761,01	86,38					0,20			1.170,98
Jacunday	1.313,08					401,66	221,06								1.714,75
Jamari dos Pretos	13.923,50				25,53	828,81	87,29		4,85			13,10			14.795,80
Jurussaca	63,06				14,53	124,23	116,31								201,83
Kalunga	36.289,26	148.456,58			49.469,02	26.566,65	148,08		1.326,11			493,30			262.600,93
Kalunga do Mimoso	10.172,13	38.570,09			2.312,71	6.482,12	1.065,00		8,18			39,75			57.585,00
Lago Grande	1.914,00	101,22			0,63	131,13	721,02		2,51						2.149,48
Lagoinha de Baixo	780,94	393,00			0,87	1.335,52	95,44		0,22					13,82	2.524,35
Lajeado	547,56	1.561,09			83,07	170,76	103,16		1,05						2.363,54
Laranjal	497,72	359,86				617,36	172,78		0,76					3,02	1.478,71
Laranjituba e África	1.066,69					44,89	159,74								1.111,58
Macapazinho	65,76					27,70	728,22								93,46
Mãe Domingas	75.886,66														79.405,66

**TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS
ANALISADOS**
QUANTITATIVO EM HECTARES DE CADA TIPO DE USO E COBERTURA DO SOLO

	3	4	5	9	12	15	23	24	25	30	32	33	39	41	Total Geral
Maria Ribeira	2.001,63				2,86	63,51						8,97			2.076,98
Maria Valentina	4.766,70				322,26	877,17						4.958,93		23,59	10.948,66
Mata Cavalo	1.803,98	7.837,28			20,38	4.990,85			133,31			15,20		8,22	14.809,23
Mata de São Benedito	1.064,09	0,63			0,37	71,11			0,11			2,15			1.138,45
Matias	873,18				247,53	332,04								1,17	1.453,92
Matões Moreira	4.962,88	147,07				462,89			9,67						5.582,52
Mel da Pedreira	199,40			14,55	2.261,78									168,33	2.644,05
Menino Jesus	170,09					124,33									294,43
Mocambo	355,70					284,86						4,64			645,21
Mocorongo	88,19	30,88				45,53			0,89						165,50
Muju-Miri	828,87					49,36						6,65		0,54	885,42
Monge Belo	3.886,50	6,81			291,31	1.491,48						2,33		1,88	5.680,32
Mucambo	271,27					127,50									398,77
Murumuru	853,42				98,47	387,23						451,73	13,71	13,53	1.818,07
Muruteuazinho	452,25					178,78									631,03
Narcisa	363,38				0,45	255,24						2,33		0,09	621,48
Nossa Senhora da Conceição	1.660,44					583,60									2.244,04
Nossa Senhora da Graça	422,98				121,32	0,90						33,60			578,79
Nossa Senhora do Livramento	65,64				48,69	26,60			0,45						141,37
Paca e Aningal	1.101,84				0,07	186,47						14,95			1.303,34
Pedras Negras	35.218,87				7.023,37	274,79						1.081,64		4,36	43.603,03
Pedrinhas	39,93					89,37									129,30
Peruana	1.649,64					304,87									1.954,51
Pitoró dos Pretos	3.906,88	105,48				309,02			3,04						4.324,43
Porto Alegre	1.731,40				486,67	627,07								0,72	2.845,86
Queluz	65,39					180,30									245,70
Quilombola de Jesus	5.658,80				75,99	228,93						30,46			5.994,17
Ramal do Piratuba	723,71				0,72	238,99									963,42
Ribeira do Jambu-Açu	1.174,15					85,52									1.259,67
Rio Andirá	25.396,18				238,26	2.224,23						163,13			28.021,80
Rio dos Peixes	26,96					27,55									54,51
Rosa	828,68			53,19	3.519,87	0,02							43,01	311,60	4.756,38
Rosário	367,99				3.460,72	2,39						20,20			3.851,31
Samaúma	207,48					6,32									213,81
Santa Fé	1.197,85				4,82	164,30						89,68			1.456,65
Santa Fé e Santo Antônio	719,86					137,74						3,49			861,08
Santa Helena	473,03	3,21				4,25									480,48
Santa Izabel	859,53					130,62									990,14
Santa Luzia	386,53		0,06		20,72	117,20						0,00			524,52

**TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS
ANALISADOS**
QUANTITATIVO EM HECTARES DE CADA TIPO DE USO E COBERTURA DO SOLO

	3	4	5	9	12	15	23	24	25	30	32	33	39	41	Total Geral
Santa Luzia do Tracuateua	228,16					112,39									340,55
Santa Maria do Mirindeua	1.579,06					248,06									1.827,13
Santa Maria do Traquateua	714,96					114,90									829,86
Santa Maria dos Pinheiros	897,93	0,34				127,70									1.025,97
Santa Maria dos Pretos	4.810,36	163,05			46,57	574,49						1,01			5.595,48
Santa Quitéria e Itacoázinho	597,77					50,95									648,72
Santa Rita de Barreiras	187,32				4,37	124,78						3,70			320,17
Santa Rita do Vale	251,54	3,82			2,25	64,37									322,79
Santa Rosa dos Pretos	6.271,44	9,77			8,43	1.199,09			3,81			28,10			7.520,64
Santa Rosa I	731,70					198,07									929,78
Santana	186,49					14,66						0,84			201,99
Santana Axé do Baixo Jambuaçu	1.486,45	7,08				70,06						6,46			1.556,51
Santana e São Patrício	557,54				6,98	708,27						271,98		0,44	1.286,33
Santo Antônio do Guaporé	4.328,12				2.177,90	49,32								0,08	6.827,77
Santo Cristo	1.415,85					345,01									1.760,93
Santo Inácio	872,26	32,40				531,95									1.404,22
São Francisco Malaquias	1.002,26					57,58									1.092,24
São José de Icatú	1.339,35				307,87	160,85						0,34		2,42	1.810,83
São José do Mata Fome	841,25			6,82	779,07	5,59						9,78		23,77	1.666,29
São Judas Tadeu	1.546,52					407,62								0,04	1.954,18
São Manoel	1.436,69				0,09	157,52									1.594,30
São Miguel Arcaño de Nova Ludiceia	2.371,37				12,36	1.963,38						2,52		1,97	4.351,60
São Raimundo da Pirativa	19,20				2,81	1,32						0,26			23,59
São Sebastião	783,11					182,17									965,28
São Sebastião dos Pretos	1.345,50	1,36			3,68	467,46			0,72			78,87			1.897,57
Saracura	1.147,94				311,76	8,09						1.337,67		0,99	2.806,44
Segundo Distrito Porto Grande	11.088,14				2.741,44	1.200,11						93,68		20,63	15.144,00
Sítio Bosque	1.030,83					63,20									1.094,03
Tambaí-Açu	1.464,49				1,06	362,98						0,45		4,02	1.832,99
Tambor	720.259,37				122,80	45,04						2.555,86			722.983,07
Terra da Liberdade (Tomazia, Tachizal, Itapocu, Mola, Bonfim, Frade, Laguinho e Itabatinga Médio)	7.878,77				2.552,44	1.560,71								16,51	12.008,43
Tingu	1.604,19				165,22	821,20						1.651,32		31,01	4.272,94
Tipitinga	439,06					196,99									636,06
Trombetas	93.458,28				1.862,49	2.259,88						6.529,48			104.110,13
Total geral	2.175.865,70	233.664,06	15.293,54	124,93	112.528,41	113.552,05	32,98	76,32	1.677,64	546,29	556,08	57.917,99	435,07	1.727,51	2.713.998,58

Quadro 1. Códigos de legenda de cada tipo de uso e cobertura do solo apresentados na tabela anterior

1. Floresta	1
1.1. Floresta natural	2
1.1.1. Formação florestal	3
1.1.2. Formação savânica	4
1.1.3. Mangue	5
1.2. Floresta plantada	9
2. Formação natural não florestal	10
2.1. Campo alagado e área pantanosa	11
2.2. Formação campestre	12
2.3. Apicum	32
2.4. Afloramento rochoso	29
2.5. Outras formações não florestais	13
3. Agropecuária	14
3.1. Pastagem	15
3.2. Agricultura	18
3.2.1. Lavoura temporária	19
3.2.1.1. Soja	39
3.2.1.2. Cana	20
3.2.1.3. Outras lavouras temporárias	41
3.2.2. Lavoura perene	36
3.3 Mosaico de agricultura e pastagem	21
4. Área não vegetada	22
4.1. Praia e duna	23
4.2. Infraestrutura urbana	24
4.3. Mineração	30
4.4. Outras áreas não vegetadas	25
5. Corpos d'água	26
5.1. Rio, lago e oceano	33
5.2. Aquicultura	31
6. Não observado	27

Fonte: Mapbiomas (2019).



RACISIMO
AMBIENTAL





RACISMO AMBIENTAL

FRANCINETE PEREIRA DA CRUZ

*DIAGNÓSTICO SOBRE RACISMO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS
QUILOMBOLAS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL, CERRADO E CAATINGA*



FRANCINETE PEREIRA DA CRUZ

– Quilombola de Alcântara/MA, Mestre em turismo-UNB. Gestora de Turismo-IFMA; MBA Liderança: gestão, resultados e engajamento-UNESC. Analista de projetos sociais e Militante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ no apoio a pauta de Gestão Territorial e Ambiental dos territórios quilombolas e elaboração de projetos. Consultora responsável pela elaboração do Diagnóstico sobre Racismo Ambiental nos Territórios Quilombolas nos estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga.

1. APRESENTAÇÃO

A realização do Diagnóstico sobre Racismo Ambiental, com foco nos impactos dos grandes projetos, é parte do estudo de validação de informações relacionadas com o desmonte da política pública de atendimento à população quilombola, que diariamente vem perdendo seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

Os impactos e meios de mitigação ofertados pelos grandes empreendimentos requerem a não priorização e a desvalorização dessas áreas, em grande parte desestruturadas pelos impactos dos grandes empreendimentos, oriundos do agronegócio e investimentos internacionais.

O não reconhecimento das populações tradicionais ainda existentes nos territórios, no decorrer do processo de discussão da implantação dos empreendimentos, inviabiliza toda e qualquer participação das comunidades ao desconsiderar a consulta livre, prévia e informada.

A falta de criação de ferramentas de gestão a partir do olhar das comunidades quilombolas no processo de implantação dos grandes empreendimentos, além da não garantia dos direitos estabelecidos, invisibilizados pelo Estado, que fecha os olhos para a violação dos direitos do cidadão, reverbera a falta de compromisso para com populações quilombolas desse país.

Portanto, é fundamental a elaboração do diagnóstico sob o olhar atento dos quilombolas que vivenciam diariamente o desrespeito do mercado econômico e os interesses das grandes empresas em garantir o uso dos territórios sem nenhum respeito a quem por centenas de anos sustenta e preserva as riquezas naturais, a historicidade e a identidade cultural de um povo.

Assim, vamos tratar neste diagnóstico sobre a invisibilidade das comunidades quilombolas, diante do contexto de implantação dos grandes empreendimentos, sobre a luta de lideranças que sofrem com as ameaças e a violação dos direitos, os impactos sociais, culturais e ambientais que atingem gerações nos territórios.

Nesse sentido, buscamos antes de tudo entender a contextualização do tema “racismo ambiental. Segundo os pesquisadores Herculano e Pacheco (2006), o racismo ambiental extrapola os limites de discussão sobre o racismo e envolve amplo diálogo sobre violação de direito, etnicidade e política de identidade.

Apesar da temática ter iniciado ainda na década de 1970, entre os negros norte-americanos, por justiça ambiental e direitos civis, no Brasil o tema surge no início dos anos 2000, mas ainda restrito nos meios da organizações não governamentais (ONGs), nas universidades e entres lideranças ambientalistas, limitados ao espaço da recém-criada Rede Brasileira da Justiça Ambiental.

1.2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico sobre Racismo Ambiental nos territórios quilombolas, nos estados da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga faz parte de uma série de trabalhos a serem desenvolvidos por meio do levantamento de informações que contextualizam a história das comunidades quilombolas impactadas pelos grandes empreendimentos.

O racismo ambiental nos territórios quilombolas se desenvolve de forma estrutural, desde quando os europeus chegaram em terras brasileiras. Com o avanço da monocultura do agronegócio, as comunidades são obrigadas a recuar diante de aspectos inerentes ao modelo econômico capitalista, fato que norteia a lógica do desenvolvimento nacional.

As comunidades são forçadas a desistir em decorrência de aspectos inerentes à sua caracterização. Os conflitos existentes são predominantes na luta pela conquista da demarcação e titulação dos territórios, que por vezes encontram-se sobrepostos a áreas florestais considerados prioritários para a conservação ambiental ou até mesmo área destinada à expansão de grandes projetos, que inviabiliza completamente a relação existente há centenas de anos das comunidades quilombolas com seus territórios.

A Constituição Federal de 1988 garante pela primeira vez o direito dos quilombolas à terra. Aquele momento foi um divisor de águas, pois possibilitou o andamento do processo de regularização fundiária e a preservação social e cultural dos quilombos. Possibilitou ainda a visibilidade de um povo esquecido pelo tempo, desgastado pela desestruturação do Estado e a ânsia em dizimar a história dos negros e negras que vieram escravizados ao Brasil.

Diante da necessidade da estruturação de dados e informações referentes aos impactos causados pelos grandes empreendimentos nos territórios quilombolas destina-se este Diagnóstico Sobre Racismo Ambiental a sistematizar dados e informações a partir do mapeamento de áreas nos Biomas da Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga, que sofrem com ausência das políticas públicas.

2.1 Contexto dos biomas

Segundo IBGE, os biomas são constituídos a partir do agrupamento de uma variedade de vegetais que a partir de transformações ambientais vão constituindo paisagem, além de resultar na diversificação da fauna e da flora. Etimologicamente, a palavra bioma deriva do grego bio – vida, e oma – sufixo que pressupõe generalização (grupo, conjunto, volume, massa).

A partir da visão de Moreira (1992, p. 43), bioma é considerado “Unidade biótica de maior extensão geográfica, compreendendo várias comunidades em diferentes estágios de evolução, porém denominada de acordo com o tipo de vegetação dominante”.

Em 2004, na primeira versão do mapa de bioma, definiu-se bioma como: “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria”. (MAPA DE BIOMAS DO BRASIL - 2004).

A partir do conceito de bioma, ressaltamos a importância da preservação da flora e da fauna e das populações tradicionais guardiãs que o protegem e conservam suas riquezas.

De acordo com o mapa divulgado pelo IBGE, em 2019, são seis os biomas brasileiros e o sistema costeiro-marinho. No entanto, o Diagnóstico Sobre Racismo Ambiental em territórios quilombolas terá o recorte nos biomas Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga.

BIOMAS BRASILEIROS	ÁREA APROXIMADA (KM ²)	ÁREA/TOTAL BRASIL
Bioma Amazônia	4.196.943	49,5%
Bioma Cerrado	2.036.448	23,3%
Bioma Caatinga	844.453	10,1%

Fonte: ibge.gov.br (2019).

2.1.1 Bioma Amazônia Legal

É considerado o maior bioma do território brasileiro: ocupa 49,5% da área, composto pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, parte dos estados do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso. Possui a maior floresta tropical do mundo e 20% da disponibilidade mundial de água doce e grandes reservas minerais.



Fonte: Mapa/Foto ISPN

<https://ispn.org.br/biomas/amazonia/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

De acordo com estudos realizados pelo IBGE, na floresta Amazônia crescem 2.500 espécies de árvores (ou um terço de toda a madeira tropical do mundo), 30 mil espécies de placobre com a abrangência de pelo menos 6 milhões de km² e tem 1.100 afluentes. Seu principal rio é o Amazonas, que corta a região para desaguar no oceano.

Encontram-se ainda no Bioma Amazônia Legal as populações tradicionais, com destaque para os territórios quilombolas. Em pesquisa realizada pelo Projeto Nova Cartografia Social Brasileira, foram mapeadas mais de mil comunidades quilombolas certificadas e em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares.

Os territórios tradicionais localizados no bioma Amazônia Legal sofrem com a implantação de grandes empreendimentos, os quais representam um modelo de desenvolvimento que desvaloriza complementarmente a relação das populações tradicionais e seus territórios. Um exemplo é a Base de Lançamento de Foguetes Aeroespaciais, implantada no final dos anos 1960 e que, no início dos anos 1980, promove o primeiro deslocamento em massa de 312 famílias de 32 comunidades quilombolas das áreas litorâneas do município de Alcântara, no Maranhão.

Atualmente mais 800 famílias sofrem com um novo deslocamento para a expansão do Centro de Lançamento, em meio à pandemia de Covid-19. As comunidades foram surpreendidas com a informação do convênio firmado entre o governo brasileiro e americano, sem nem mesmo considerar a convenção 169 da OIT.

2.1.2 Bioma Cerrado

Considerado a maior savana da América Latina, possui uma área de 23,3%, localizado na região do Planalto Central do país, composto pelos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

Fonte: Mapa/Foto ISPIN
<https://ispn.org.br/biomas/cerrado/>.
Acesso em: 8 jun. 2021.

É um dos biomas mais ricos em biodiversidade, com as mais diversas tipologias de vegetais. A flora é composta por mais de 10 mil espécies de plantas nativas; a fauna apresenta mais de 837 espécies de aves, 67 gêneros de mamíferos com 161 espécies – 19 delas só ocorrem nesse bioma – 150 espécies de anfíbios e 120 espécies de répteis.

Há uma diversidade de espécies na fauna e flora desse bioma, o que faz com que ele seja um dos maiores patrimônios da biodiversidade mundial. Suas espécies vegetais e animais são conhecidas por gerações devido ao seu enorme potencial alimentar, medicinal e utilitário, que garante a sobrevivência dos animais e de populações tradicionais .

Essas populações são denominadas cerratenses, ou povos do Cerrado, e têm protagonismo pelo tempo em que vivem na região e defendem o bioma. Atualmente o Cerrado é um dos biomas explorados pela monocultura e tem desmatamento desenfreado, causado pelo agronegócio e agropecuária, sendo designado “fronteira agrícola em expansão”.

O avanço do modelo de desenvolvimento que não leva em consideração a preservação da fauna e da flora, nem mesmo a permanência das populações tradicionais no campo, provoca o êxodo e o desmonte da estrutura social e econômica dessas populações guardiãs.

Existem aproximadamente 44 territórios quilombolas no Cerrado, que lutam incansavelmente pela garantia do território, com destaque para o Kalunga, reconhecido em 1991 como Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, e que em 2005 recebe a certificação de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares. Localizada na Chapada dos Veadeiros, no norte de Goiás.

2.1.3 Bioma Caatinga

Composto por 10,1% do território brasileiro, abrange os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia, Piauí e Minas Gerais. Tem maior concentração na região Nordeste. De origem indígena do povo Tupi-Guarani, Caatinga significa “Mata branca”. Em relação à fauna e flora, tem várias cultivares espécies biológicas (endêmicas) que só existem na Caatinga.

Fonte: Mapa/Foto ISPN

<https://ispn.org.br/biomas/caatinga/>.

Acesso em: 8 jun. 2021.

Entendemos que a violência nos territórios quilombolas faz parte de um contexto maior que alimenta um modelo de desenvolvimento hegemônico, que não leva em consideração as populações tradicionais vivendo na floresta e nos campos. As comunidades quilombolas invisibilizadas pelo sistema, excluídas do atendimento das políticas públicas, enfrentam no seu dia a dia o racismo ambiental que viola os seus direitos e desmonta de forma agressiva a organização social, cultural ambiental.

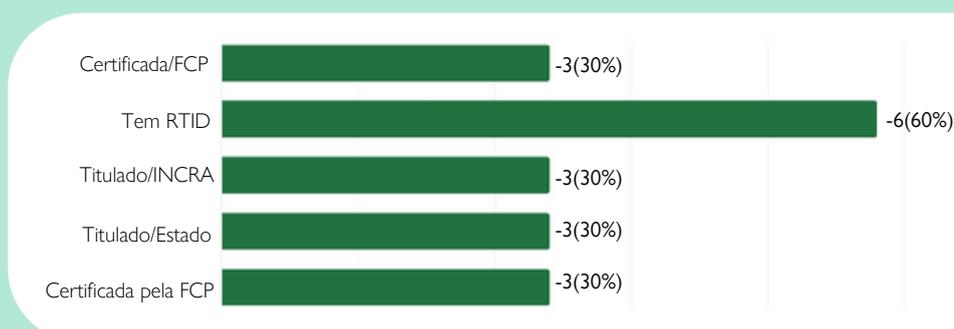
O racismo opera de forma institucional, impondo razões para o não funcionamento que obrigatoriamente deveria atender a uma parcela da população que necessita das políticas públicas básicas para sobreviver. Quando se trata dos territórios quilombolas, a injustiça social é mais profunda: em pleno século XXI comunidades inteiras são retiradas de suas terras para dar lugar ao modelo de desenvolvimento que não as inclui.

A luta pelo acesso à terra e a permanência nos territórios aumenta a cada dia. Essas comunidades são invisibilizadas da condição de sujeito de direito; no desgoverno de Bolsonaro, essa situação é mais agravada, principalmente em relação às políticas de regularização fundiária e o sucateamento e desmonte das instituições públicas como o Incra, Seppir, Fundação Cultural Palmares, dentre outras.

Segundo a CONAQ e a ONG Terra de Direitos, entre 2016 e 2017 houve aumento de 350% do número de quilombolas assassinados devido a conflitos no campo. De 2008 a 2017, aproximadamente 76% dos casos não foram solucionados por falta de investigação pelo Poder Público. Tal violação não acontece somente nas políticas de acesso à terra, mas também na saúde, educação, moradia e saneamento básico. Segundo o Ministério da Saúde, apenas 32,8% da população quilombola tem acesso a água tratada, cerca de 21,3% da área quilombola faz uso de agrotóxico e uma média de 25 mil quilombolas estão intoxicados, devido ao contato direto.

Quando analisamos a atuação do Estado nos territórios quilombolas, chegamos à conclusão que este é um dos maiores violadores do direito constituído. Os conflitos oficialmente constituídos têm relação direta ou indiretamente com o Estado, como exemplo, implantação de áreas protegidas sobrepostas com territórios quilombolas, construção de hidrovias, rodovias, ferrovias, terminais portuários e aeroportos.

Segundo as lideranças das comunidades quilombolas, houve aumento significativo de conflitos no campo, devido a incapacidade do Estado nos grandes empreendimentos. De acordo com o levantamento realizado, 60% dos territórios quilombolas têm processo de titulação iniciado, com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação (RTID).

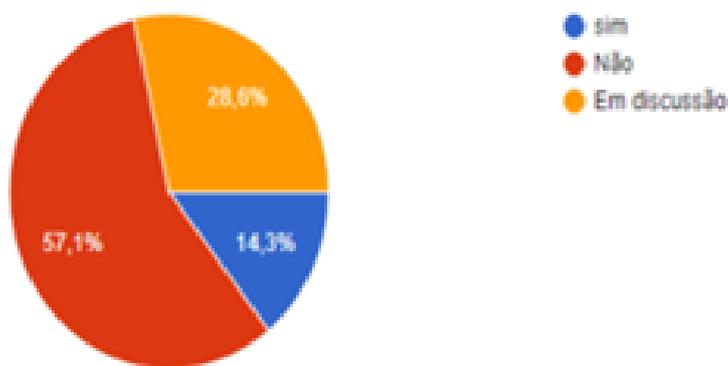


Dos grandes empreendimentos que impactam as áreas quilombolas, 66,7% são privados, com destaque para a mineração, garimpo, siderurgia, miniprodutos, oleodutos, gasodutos, madeireiras, monoculturas, indústria do turismo, pecuária, especulação imobiliária, etc. 16,7% instituições públicas áreas de preservação ambiental, base militar e Marinha, barragens e hidrelétricas, rodovias; 16,7% instituições público e privado.



Fonte: formulário de pesquisa "Racismo Ambiental nos Territórios Quilombolas nos estados da Amazônia Legal, Cerrado Caatinga"(julho a outubro/2021)"

Quando se refere ao atendimento de necessidades das comunidades, as informações são alarmantes: apenas 14,3% são atendidas com algum tipo de projeto de compensação, 28,6% mencionam que existe um diálogo estabelecido e 57,1% afirmam que não existe nenhum diálogo estabelecido entre a comunidade e os representantes, antes de um conflito.



Fonte: formulário de pesquisa "Racismo Ambiental nos Territórios Quilombolas nos estados da Amazônia Legal, Cerrado Caatinga"(julho a outubro/2021)"

O processo de tabulação dos dados ocorreu por meio do preenchimento de formulário on-line, no qual lideranças quilombolas responderam a questões estruturadas de acordo com o conflito existente naquele território. Outras questões foram solicitadas, a exemplo da atuação do Poder Público, atividade produtiva desenvolvida nos territórios, se existe algum instrumento de gestão do território vigente ou em processo de elaboração.

3. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DAS FERRAMENTAS DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Com a impossibilidade de realizar pesquisa de campo, o presente diagnóstico foi desenvolvido a partir do levantamento de dados, pesquisa documental, referências bibliográficas de material já produzido (conteúdos de instituições públicas e privadas, sites, entrevistas, livros, banco de dados oriundo de diagnóstico participativo).

Como base principal foi utilizado o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, publicado em 2021 pelo EITA Cooperativa, o qual atualiza dados referentes ao primeiro Mapa de Conflitos elaborado pela Rede de Justiça Ambiental, publicado em 2010, além de pesquisas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rede Cerrado, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ), Combate Racismo Ambiental dentre outros.

Outro método foi o preenchimento de formulários por lideranças dos territórios mapeados impactados por grandes empreendimentos. O formulário foi enviado por WhatsApp e as informações tabuladas em gráficos ilustrativos.

4. MAPA DE CONFLITOS E JUSTIÇA AMBIENTAL – IMPACTOS E AMEAÇAS

Para o aprofundamento das informações sobre o racismo ambiental em territórios quilombolas, utilizando como referência o Mapa de Conflitos Ambientais e Saúde, de 2010, verificamos naquele momento 297 conflitos, envolvendo os mais variados tipos de conflitos no campo e na cidade, identificou-se que 60,85% deles estão na zona rural, 30,99%, na zona urbana; e 8,38% atingem moradores de áreas onde campo e cidade de alguma forma se misturam. (PACHECO-2010).

O mapa foi atualizado e contou com a força tarefa de grupos acadêmicos e entidades que vêm atuando nos movimentos por justiça ambiental no país, além da vasta cooperação de lideranças dos movimentos sociais. O Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, publicado pelas instituições Neepes/ENSP/Fiocruz, traz o levantamento de informações sobre os riscos e conflitos que impactam a população em duas frentes primordiais para a sobrevivência e a permanência das populações tradicionais em seus territórios.

De acordo com a Neepes/ENSP/Fiocruz, o “conceito de promoção da saúde acoplado ao de justiça ambiental que assumimos implica em incorporar a defesa dos direitos humanos fundamentais, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia na defesa da vida e da saúde”. Para as comunidades quilombolas, esse conceito não pode ser dissociado do processo de regularização fundiária. Para além da demarcação, é importante garantir a permanência dessas comunidades no território e a relação com o meio ambiente, a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento da identidade social e cultural de gerações.

Esse Mapa de Conflitos identificou cerca de 134 territórios quilombolas em áreas de conflitos, aproximadamente 22%, num total de 613 áreas identificadas. O estudo avaliou ainda outras atividades geradoras de conflito que podem ser verificados no quadro abaixo.

O governo federal se aproveita do contexto de pandemia e luto para sequestrar o que ainda resta de referência à justiça ambiental na nossa legislação, é uma afronta aos direitos de povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, camponeses e camponesas.

4.1 Dados e informações dos impactos

ATIVIDADES GERADORAS DE CONFLITOS	DANOS À SAÚDE	IMPACTO SOCIOAMBIENTAL
Implantação de áreas protegidas	Falta de atendimento médico	Alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território
Atividades pesqueiras, aquíicultura, carcinicultura e maricultura	Insegurança alimentar, piora na qualidade de vida	Irregularidade na demarcação de território tradicional
Atuação de entidades governamentais	Doenças não transmissíveis ou crônicas	Assoreamento de recurso hídrico
Atividades madeireiras, monoculturas	Acidentes	Erosão do solo, poluição de recurso hídrico
Agroindústria, agrotóxicos	Alcoolismo	Poluição do solo, desmatamento e/ou queimada
Especulação imobiliária	Assassinato	Licenciamento ambiental
Indústria do turismo, pecuária	Desnutrição, perda de território	Poluição atmosférica, poluição de recurso hídrico
Políticas públicas e legislação ambiental	Doenças transmissíveis	Invasão/dano a área protegida ou unidade de conservação
Mineração, garimpo e siderurgia, minerodutos, oleodutos e gasodutos	Violência, coação física, assédio físico e moral	Contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas

Fonte: Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>> acesso 19 de set 2021

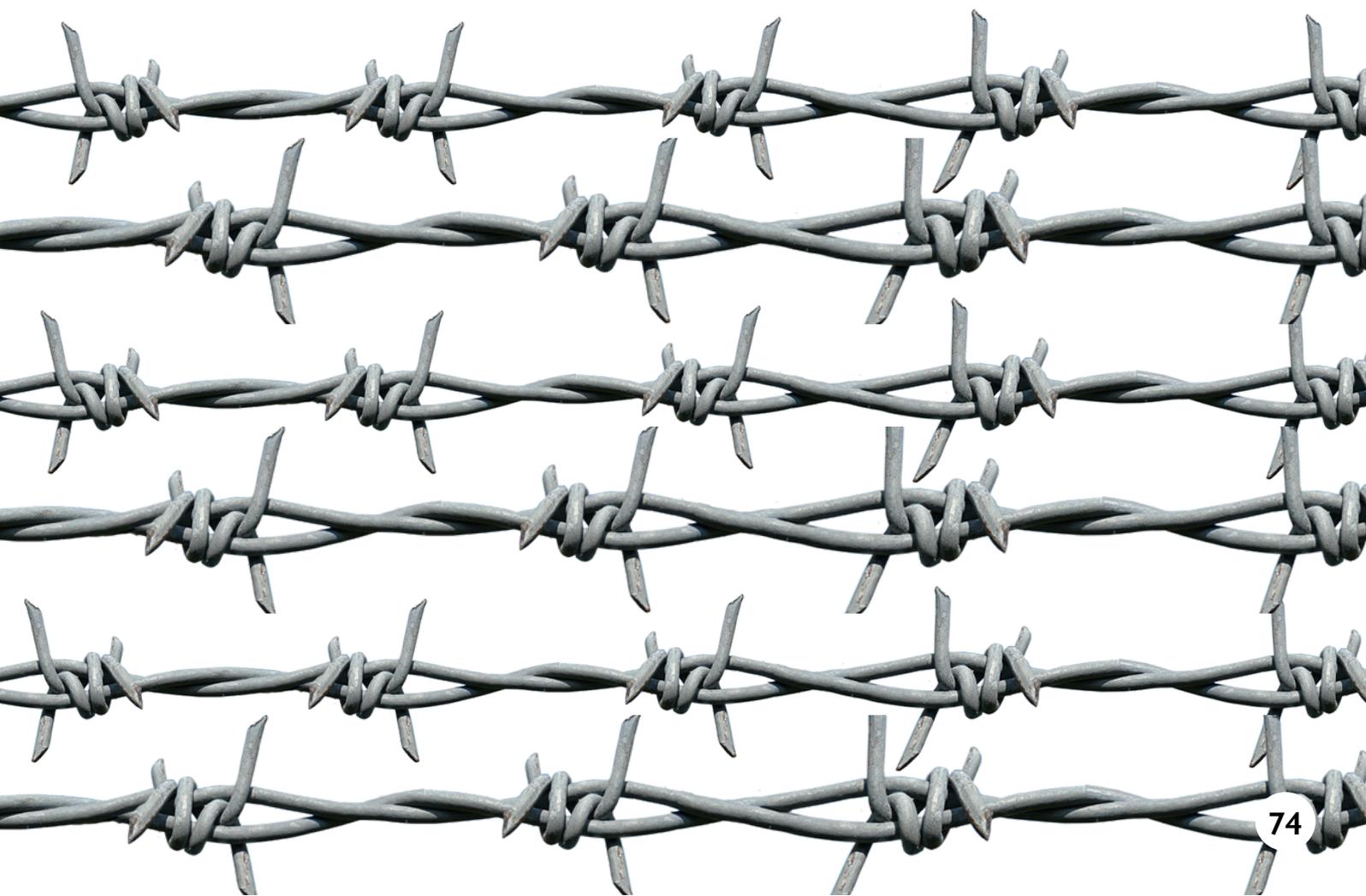
4.2 Mapa de áreas de conflitos do bioma Amazônia Legal

O falso desenvolvimento do bioma Amazônia Legal é um forte exemplo da implantação da reprodução do sistema colonialista que presidiu a formação do Brasil com a invasão portuguesa em 1500. Na época, alegou-se que a estrada serviria para “levar homens sem-terra, para uma terra sem homens”. Sem considerar qualquer que fosse a existência das populações locais, indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, seringueiros e toda uma infinidade de comunidades que já residiam nessas áreas. Desde então passaram a ser consideradas um entrave e empecilho ao dito desenvolvimento e progresso, famílias sem-terra foram aliciadas a ocuparem terras na Amazônia, com propostas vergonhosas de apoio que nunca chegariam elas, e sim para as grandes empresas.

Com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), as grandes empresas que se dispusessem a investir na região receberam generosos incentivos fiscais, conseguindo assim reter 50% do imposto de renda devido. Dessa forma, começam a surgir as grandes fazendas, com milhares de hectares, e, conseqüentemente, a exploração madeireira, projetos de manejo florestal e a mineração, dentre outros projetos de incentivo ao desenvolvimento da Amazônia.

Assim o avanço aos territórios tradicionais não demora a acontecer, com a construção de hidrelétricas para o fornecimento de energia para a exploração mineral e o abastecimento da região Centro-Sul. Para que o projeto de implantação das hidrelétricas se tornasse realidade, foram necessários a abertura e o asfaltamento de rodovias e a criação de hidrovias. As populações locais pré-existentes na região passaram a sofrer as mais diversas formas de pressão para abrir caminho para o desenvolvimento e o progresso, dando assim início a uma era de conflitos e extinção de populações indígenas e territórios quilombolas.

De acordo com o Mapa de Conflitos, foram mapeadas 48 áreas quilombolas no Bioma Amazônia Legal nos estados AM, AP, MA, PA e RO, o equivalente a 36% em relação ao número de comunidades quilombolas em conflitos no Brasil com empreendimentos públicos e privados que violam diretamente seus direitos. Segue abaixo o mapa de conflitos com territórios quilombolas no bioma Amazônia Legal.



ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
AM	Novo Airão	Comunidade Quilombola do Tambor	Implantação de áreas protegidas	Governo federal
AM	Barreirinha	Território de Barreirinha Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Santa Tereza do Matupiri e Trindade	Atividades pesqueiras, aquíicultura, carcinicultura e maricultura, entidades governamentais, madeireiras, monocultura	Empresas privadas, Governo Federal
AP	Macapá	Território Quilombola de Lagoa dos Índios	Agroindústria, entidades governamentais, especulação imobiliária, indústria do turismo	Empresas privadas, Governo Federal
AP	Macapá	Comunidade Quilombola do Ambé	Atuação de entidades governamentais, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal
MA	Urbano Santos, Barreirinhas, Brejo, Buriti, Chapadinha, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo	Baixo Parnaíba do Maranhão	Agrotóxicos, entidades governamentais, madeireiras, mineração, garimpo e siderurgia, monoculturas	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
MA	Alcântara	Território Quilombola de Alcântara	Base de lançamento de foguetes, atuação de entidades governamentais	Governo federal
MA	Codó	Comunidade Quilombola de Puraquê	Agroindústria, entidades governamentais, mineração, garimpo e siderurgia	Empresas privadas, Governo Federal
MA	Codó	Comunidades Quilombolas de Queimadas, Três Irmãos e Monta Barro	Entidades governamentais, monoculturas	Empresas privadas
MA	Codó	Comunidade Quilombola Santa Maria dos Moreiras	Entidades governamentais, pecuária	Empresas privadas, Governo Federal
MA	Brejo	Quilombo de Alto Bonito do Brejo	Entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público	Empresas privadas, Governo Federal, Poder Judiciário
MA	Brejo	Quilombo de Depósito	Monocultura e pecuária	Fazendeiro
MA	São Vicente Ferrer	Quilombo de São Vicente Ferrer	Entidades governamentais, monoculturas	Fazendeiro
MA	São Vicente Ferrer	Quilombo do Charco	Monocultura e pecuária	Fazendeiro
MA	Itapecuru Mirim	Santana e São Patrício	Especulação imobiliária, pecuária	Empresas privadas
MA	Itapecuru Mirim	Território Quilombola de Monge Belo, Vale do Itapecuru	Entidades governamentais, hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários, aeroportos, mineração, siderurgia, pecuária	Empresas privadas, Governo Federal
PA	Tucuruí, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento	Quilombos e comunidades tradicionais de Tucuruí	Entidades governamentais, barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
PA	Oriximiná	Quilombos extrativistas do Trombetas	Mineração	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
PA	Cachoeira do Arari, Salvaterra	Quilombo de Gurupá,	Entidades governamentais, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal

ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
PA	Acará, Tomé-Açu	Quilombo de Alto-Acará	Entidades governamentais, agroindústria, agrotóxicos, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal
PA	Santarém	Quilombos de Santarém	Entidades governamentais, mineração, garimpo e siderurgia, pecuária	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
PA	Moju	Quilombo Moju	Hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, mineração, garimpo e siderurgia, minerodutos, oleodutos e gasodutos	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
RO	Costa Marques	Comunidade de Remanescentes de Quilombo Forte Príncipe da Beira	Entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, mineração, garimpo e siderurgia	Empresas
RO	Alta Floresta D'Oeste	Quilombos de Rolim de Moura do Guaporé e de Tarumã	Área de sobreposição com terras indígenas/ atividades turísticas	Empresa privada
RO	Costa Marques	Comunidade Quilombola de Santa Fé	Entidades governamentais, Políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, Governo Federal

4.3 Mapa de áreas de conflitos do bioma Cerrado

O Cerrado brasileiro é guardião de três grandes reservas aquíferas (Guarani, Bambuí e Urucuia). É dali que nascem grandes rios, como São Francisco, Tocantins e Araguaia, e tem mais de 12 mil espécies de plantas catalogadas (30% ameaçadas de extinção).

No bioma Cerrado foi realizado o levantamento de 70 áreas quilombolas nos estados TO, MS, MT, MG, GO e SP, em conflitos com empreendimentos públicos, empresas privadas e multinacionais por violação de direitos. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, foram 648 mil hectares de áreas desmatadas nesse bioma. Podemos classificar os processos conflituosos do bioma em três tipos, todos institucionalizados: a) disputas territoriais devido à rigidez dos órgãos de Estado responsáveis pelo desenvolvimento da estrutura agrária nacional; b) crescimento desenfreado do agronegócio e do turismo; c) disputas ambientais marcadas pelo racismo institucional a partir do sistema arcaico do Estado.

As populações tradicionais que resistem nessas áreas são as guardiãs da terra e detentoras de conhecimentos tradicionalmente. Os povos do Cerrado vivem da agricultura de subsistência, também trabalham com extrativismo natural em sua grande maioria de forma associativa e uso comum das áreas.

ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
GO	Teresina de Goiás, Monte Alegre de Goiás	Território Kalunga	Implantação de áreas protegidas, monoculturas, pecuária políticas públicas e legislação ambiental, barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, Governo Federal
GO	Mineiros, Santa Rita do Araguaia	Comunidade Quilombola de Cedro	Especulação imobiliária	Empresas privadas
GO	Nova Roma	Quilombo da Família Magalhães	Atividades pesqueiras, aquicultura, carcinicultura e maricultura, atuação de entidades governamentais, garimpo, siderurgia, monoculturas	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
GO	Cidade Ocidental	Quilombo Mesquita	Atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária	Empresas privadas, Governo Federal
MG	Almenara	Marobá dos Teixeiras	Atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, especulação imobiliária	Empresas privadas, Governo federal, Poder Judiciário
MG	Bocaiúva, Buenópolis, Diamantina, Olhos-D'água	Quilombos Mata dos Crioulos e Vale do Inhaí	Atuação de entidades governamentais, implantação de áreas protegidas, mineração, garimpo e siderurgia, monoculturas, pecuária	Empresas privadas, Governo Federal
MG	Belo Horizonte	Quilombo Mangueiras	Atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
MG	Matias Cardoso	Comunidade Quilombola da Lapinha	Atuação de entidades governamentais, implantação de áreas protegidas, monoculturas, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
MG	Belo Horizonte	Comunidade Quilombola dos Luízes	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, especulação imobiliária, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, governo federal, Poder Judiciário
MG	Paraopeba	Quilombo Pontinha	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, monoculturas, pecuária	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
MG	Serra do Salitre	Quilombo de Theodora de Oliveira	Atuação de entidades governamentais, mineração, garimpo e siderurgia, monoculturas	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
MG	Verdelândia, São João da Ponte, Varzelândia	Brejo dos Crioulos	Atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, monoculturas, pecuária	Empresas privadas, Governo Federal, fazendeiro
MG	Virgem da Lapa	Quilombo Porto Corís	Barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, Governo Federal
MG	Carlos Chagas	Quilombo Marques	Atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, Governo Federal
MG	Dom Joaquim, Conceição do Mato Dentro	Três Barras, Buraco e Cuba	Atuação de entidades governamentais, mineração, garimpo e siderurgia	Empresas privadas, Governo Federal
MG	Matias Cardoso	Quilombo Pau de Légua	Implantação de áreas protegidas, pecuária, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, Governo Federal
MG	Pedras de Maria da Cruz	Quilombo de Caraíbas	Pecuária	Fazendeiros
MG	Pompéu Barreiro	Território Quilombola de Saco	Agrotóxicos, atuação de entidades governamentais, mineração, garimpo e siderurgia, monoculturas, pecuária, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, Governo Federal, fazendeiros

ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
MG	Porteirinha, Jaíba, Pai Pedro	Território de Gorutuba	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, monoculturas, pecuária	Empresas privadas, Governo Federal, Poder Judiciário
MG	Serro	Baú, Ausente, Vila Nova, Fazenda Santa Cruz e Queimadas	Mineração, garimpo e siderurgia	Empresas privadas, Governo Federal, Fazendeiro
MG	Brumadinho	Quilombos Sapé, Marinhos, Rodrigues e Ribeirão	Barragens e hidrelétricas, mineração, garimpo e siderurgia	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
MS	Corguinho	Quilombo Furnas da Boa Sorte	Ação missionária, atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária, indústria do turismo	Empresas privadas, Governo Federal
MS	Jaraguari	Quilombo Furnas do Dionísio	Atuação de entidades governamentais	Entidades governamentais
MS	Dourados	Quilombo Dezidério Felipe de Oliveira	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério público, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal, Poder Judiciário
MT	Nossa Senhora do Livramento	Quilombo de Mata Cavalo	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal, Poder Judiciário
		Quilombo do Jaé		
SP	Itapeva	Quilombo do Vale do Ribeira	Atuação de entidades governamentais	Entidades governamentais
SP	Iporanga	Quilombo do Vale do Ribeira	Barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, Governo Federal
SP	Eldorado	Quilombo Vale do Ribeira	Barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, Governo Federal
SP	Ubatuba	Quilombo da Caçandoca	Especulação imobiliária, hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
SP	Ubatuba	Quilombo da Fazenda	Entidades governamentais, especulação imobiliária, hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, Implantação de áreas protegidas, indústria do turismo, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, estatais, Governo Federal
SP	Votorantim, Piedade, Salto de Pirapora, Sarapuí, Sorocaba	Quilombo José Joaquim de Camargo	Atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas, mineração, garimpo, siderurgia e monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal
		Quilombo do Carmo		
SP	São Roque	Quilombo de Grotão	Atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária	Empresas privadas, Governo Federal
TO	Filadélfia	Quilombo de Grotão	Atuação de entidades governamentais	Empresas privadas, Governo Federal
TO	São Félix do Tocantins	Quilombo Mumbuca, Prata, Carrapato Formiga e Ambrósio, Boa Esperança, Ascolombolas Rios	Agrotóxicos, madeireiras, monoculturas, pecuária, políticas públicas, legislação ambiental e transgênicos	Empresas privadas, Governo Federal
TO	Arraias, Paranã	Território Kalungas do Mimoso	Atuação de entidades governamentais, madeireiras	

4.4 Mapa de áreas de conflitos do bioma Caatinga

O Cerrado brasileiro é guardião de três grandes reservas aquíferas (Guarani, Bambuí e Urucuaia). É dali que nascem grandes rios, como São Francisco, Tocantins e Araguaia, e tem mais de 12 mil espécies de plantas catalogadas (30% ameaçadas de extinção).

No bioma Cerrado foi realizado o levantamento de 70 áreas quilombolas nos estados TO, MS, MT, MG, GO e SP, em conflitos com empreendimentos públicos, empresas privadas e multinacionais por violação de direitos. Entre agosto de 2018 e julho de 2019, foram 648 mil hectares de áreas desmatadas nesse bioma. Podemos classificar os processos conflituosos do bioma em três tipos, todos institucionalizados: a) disputas territoriais devido à rigidez dos órgãos de Estado responsáveis pelo desenvolvimento da estrutura agrária nacional; b) crescimento desenfreado do agronegócio e do turismo; c) disputas ambientais marcadas pelo racismo institucional a partir do sistema arcaico do Estado.

As populações tradicionais que resistem nessas áreas são as guardiãs da terra e detentoras de conhecimentos tradicionalmente. Os povos do Cerrado vivem da agricultura de subsistência, também trabalham com extrativismo natural em sua grande maioria de forma associativa e uso comum das áreas.

ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
AL	Olho D'Água das Flores	Quilombo de Gameleiro	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou Ministério Público, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, Governo Federal
AL	Brejo Grande	Brejo dos Negros	Atividades pesqueiras, aquicultura, carcinicultura e maricultura, atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas, monoculturas, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, Governo Federal
AL	Santana do Mundaú	Quilombo Filus	Atuação de entidades governamentais, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal, fazendeiros
AL	Palmeira dos Índios	Quilombo de Tabacaria	Monoculturas	Fazendeiros
BA	Salvador	Ilha da Maré	Atuação de entidades governamentais, indústria química e petroquímica	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Simões Filho	Quilombo Rio dos Macacos	Atuação de entidades governamentais	Empresas privadas, Governo Federal, militares
BA	Simões Filho	Quilombo Pitanga dos Palmares	Atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas, hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, indústria química e petroquímica, minerodutos, oleodutos e gasodutos, petróleo, gás e transporte	Empresas privadas, Governo Federal, estatal
BA	Lauro de Freitas, Salvador	Quilombo do Quingoma	Atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária, complexos/terminais portuários, aeroportos, políticas públicas, legislação ambiental, hidrovias, rodovias, ferrovias,	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	São Francisco do Conde	Comunidade Quilombola Acupe	Instalação de resort na Ilha de Cajaíba, atuação de entidades governamentais, indústria	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Caetité	Comunidades Quilombolas do Caetité	Atuação de entidades governamentais, instalação de mineração, garimpo e energia eólica, siderurgia	Empresas privadas, instituições governamentais

ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
BA	Cachoeira	Território Quilombola São Francisco do Paraguaçu	Barragens e hidrelétricas, implantação de áreas protegidas, monoculturas	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Cairu	Comunidade Quilombola Bateira	Atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Lençóis	Comunidade Quilombola de Lúna	Indústria do turismo, mineração, garimpo e siderurgia, monoculturas	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Mata de São João	Comunidades de Tapera, Pau Grande e Barreiros, na reserva de Sapiranga	Especulação imobiliária, implantação de áreas protegidas, indústria do turismo	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Taperoá	Quilombo Graciosa	Atividades pesqueiras, aquicultura, carcinicultura e maricultura, Atuação de entidades governamentais, Atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, especulação imobiliária, indústria do turismo	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Pindaí	Caco, Vargem do Rancho, Boi, Tabo II	atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas, hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, implantação de áreas protegidas, mineração, garimpo e siderurgia, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Xique-Xique	Quilombo Projeto Baixo de Irecê	Atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas, especulação imobiliária, monoculturas, perímetros irrigados	Empresas privadas, instituições governamentais
BA	Salinas da Margarida	Comunidade Quilombola Conceição	Atividades pesqueiras, aquicultura, carcinicultura e maricultura	Empresas privadas
BA	Maragogipe	Quilombo de Maragogipe	Atuação de entidades governamentais, Implantação de áreas protegidas, pecuária	Empresas privadas, instituições governamentais, fazendeiros
BA	Maragogipe, Governador Mangabeira, São Félix, Saubara	Quilombos de Maragogipe e São Félix	Atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas, estaleiros, hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais portuários e aeroportos, monoculturas, petróleo e Gás, transporte, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, instituições governamentais, fazendeiros
CE	Paulistana	Comunidade Quilombola Contente	Hidrovias, rodovias, ferrovias, complexos/terminais, portuários, aeroportos, mineração, garimpo, siderurgia, monoculturas	Empresas privadas, instituições governamentais
PE	Curaçá	Comunidade Quilombola de Jatobá	Atuação de entidades governamentais, barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, instituições governamentais
PE	Garanhuns	Comunidade Quilombola de Castanho	Atuação de entidades governamentais, especulação imobiliária	Empresas privadas, instituições governamentais
PE	Salgueiro	Território de Conceição das Crioulas	Atuação de entidades governamentais	Instituições governamentais

ÁREAS DE CONFLITOS MAPEADAS NO BIOMA AMAZÔNIA LEGAL

UF	Município	Nome	Empreendimento	Empresa/Instituição/Grupo
PI	São Raimundo Nonato	Território Quilombola de Lagoas	Atuação de entidades governamentais, mineração, garimpo e siderurgia	Empresas privadas, instituições governamentais
PI	Simões	Quilombo Serra dos Rafaéis/ Serra da Mata Grande	Áreas protegidas, empresas de energia eólica	Empresas privadas, instituições governamentais
PI	Redenção do Gurgueia	Comunidade Quilombola Brejão dos Aipins	Madeireiras, mineração, garimpo e siderurgia, pecuária	Empresas privadas, instituições governamentais, fazendeiros
RN	Poço Branco	Comunidade Quilombola de Acauã	Barragens e hidrelétricas	Empresas privadas, instituições governamentais
RN	Lagoa Nova, Santana do Matos	Comunidade Quilombola Macambira	Atuação de entidades governamentais, fazendeiros	Fazendeiros, instituições governamentais
SE	Brejo Grande	Comunidade Quilombola Brejão dos Negros	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal, Poder Judiciário
SE	Aracaju	Comunidade do Quilombo da Maloca	Força policial do Estado	Instituições públicas do estado
SE	Barra dos Coqueiros	Comunidade Quilombola Pontal da Barra	Atuação de entidades governamentais, atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, especulação imobiliária, indústria química e petroquímica, petróleo e gás, transporte, políticas públicas e legislação ambiental	Empresas privadas, instituições governamentais
SE	Telha	Quilombos de Pontal dos Crioulos	Atuação de entidades governamentais, monoculturas	Empresas privadas, instituições governamentais
SE	Pacatuba	Comunidade Quilombola de Lagoa Nova	Atuação do Judiciário e/ou do Ministério Público, monoculturas	Empresas privadas, Governo Federal, Poder Judiciário
SE	Porto da Folha	Comunidade Quilombola Mocambo	Atuação de entidades governamentais, monoculturas	Empresas privadas, instituições governamentais

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório final do Diagnóstico sobre Racismo Ambiental em territórios quilombolas nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga é parte do processo que prevê a sistematização de informações relacionadas com o desmonte das políticas públicas e a não priorização da resolução dos conflitos institucionalizados nos territórios quilombolas do país. Considera-se racismo ambiental o desconhecimento das comunidades quilombolas na implantação de grandes empreendimentos, nos quais a consulta livre prévia e informada é totalmente desconsiderada.

Nesse sentido, além de aprofundar o tema racismo ambiental com foco nos impactos dos grandes projetos em territórios quilombolas, a intervenção política utilizada pelos territórios impactados é fundamental para a garantia dos direitos instituídos.

Nos últimos anos, com a flexibilização das leis e políticas que asseveram a segurança do meio ambiente e a garantia dos territórios, os conflitos aumentaram de forma expressiva, o que significa dizer que o valor do território e a preservação do meio ambiente não é o mesmo que neles encontram os grandes empreendimentos.

A Lei do Licenciamento Ambiental (PL 3.729/2004) é um instrumento jurídico que garante e define a liberação, ou não, da implantação de um empreendimento que vá impactar ou proteger o meio ambiente e os biomas brasileiros. No entanto, novos projetos de flexibilização da lei foram surgindo, no sentido de flexibilizar processos e criar modalidades de aprovação, a exemplo da autodeclaração, ou até mesmo casos de dispensas para o processo de licenciamento, ou seja, não precisam passar pelo processo burocrático instituído.

Com tanta flexibilização, as comunidades quilombolas que estão com o processo de regularização parado sofrem com as ameaças de empresários, fazendeiros, multinacionais e internacionais, e até mesmo do Estado brasileiro, que a todo instante viola o direito das comunidades.

O racismo ambiental é demonstrado de forma consciente nas práticas e ações que vêm sendo desenvolvidas a partir da construção da política de desenvolvimento, dado que tais políticas não incluem as comunidades quilombolas e qualquer outro povo tradicional. Assim, o Diagnóstico sobre Racismo Ambiental demonstra a violação dos direitos de forma institucionalizada. Portanto, ao identificar 134 territórios quilombolas em áreas de conflitos, concluímos que esse número pode aumentar a partir do despertar das comunidades para as relações estabelecidas entre os interesses instituídos.

Por fim, entendemos que todo conflito estabelecido nos territórios quilombolas é uma tentativa de apagar a história de uma população que luta pela garantia da identidade social, cultural e pela subsistência, a partir da sustentabilidade econômica e a preservação do meio ambiente, guardiãs da história do povo brasileiro.

Referências

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Mulheres indígenas e quilombolas na proteção de seus povos contra a Covid-19. <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/racismo-ambiental/>. Acesso em: 3 set. 2021.

CONAQ/ECAM - Quilombos e quilombolas na Amazonia - os desafios para o (re) conhecimento. <<http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Quilombos-e-Quilombolas-na-Amaz%C3%B4nia-Os-Desafios-para-o-re-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2021.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL . Mapa de conflitos e racismo ambiental: desafios para as advogadas e os advogados populares. <<https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/mapa-de-conflitos-e-racismo-ambiental-desafios-para-as-advogadas-e-os-advogados-populares/>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

CONNECTAS. <https://www.conectas.org/noticias/como-as-comunidades-quilombolas-enxergam-os-empresendimentos/>. Eco-história do Cerrado - Museu do Cerrado. Disponível em: <<https://museuCerrado.com.br/eco-historia/>>. Acesso em: 28 ago. 2021.

ECAM. Diagnóstico das políticas públicas voltadas para agricultura familiar quilombola. <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/05>. Acesso em: 20 set. 2021.

FIOCRUZ. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 13 a 17 set. 2021.

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao_tax=quilombolas&atv_gerad_tax=0&dano_tax=0&impacto_tax=0&uf_tax=ro&q>. Acesso em : 20 set. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). <https://www.socioambiental.org/pt-br>.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). Biomas. <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Biomas brasileiros. <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>. Acesso em: 28 jun. 2021.

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoesambientais/estudos_ambientais/15842-biomas.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 15 set. 2021.

Síntese Descrição dos Biomas. (https://geofpt.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/documentos/Sintese_Descricao_Biomas.pdf). Acesso em: 22 jul. 2021.

<https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estudos-ambientais/15842-biomas.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Recomendação nº 02/2020/6a CCR/MPF. <<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/Recomendacao2.6CCR.Alcantara.pdf.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Biomas Brasileiros. <https://antigo.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia/>

<https://antigo.mma.gov.br/biomas/caatinga.html/>

https://antigo.mma.gov.br/images/arquivos/biomas/caatinga/anexo_1_caatinga_a_presentacao.pdf >

<https://antigo.mma.gov.br/legislacao/biomas/category/25-caatinga>

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 233 p. 2009. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Tese_084.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

OBSERVATÓRIO TERRAS QUILOMBOLAS. <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. Projeto Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil é encerrado em São Luís. <http://novacartografiasocial.com.br/projeto-cartografia-social-das-comunidades-quilombolas-no-brasil-e-encerrado-em-sao-luis/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PALACIO DO PLANALTO. Lei de acesso a informação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA. Diagnóstico de ações realizadas. <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/diagnostico-de-acoes-realizadas-programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PROTOCOLO DE ALCÂNTARA. http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web_final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

RACISMO AMBIENTAL. I seminário brasileiro contra o racismo ambiental. (org. HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania).

TERRA DE DIREITOS. Dia do meio ambiente: conheça 5 casos que revelam o racismo ambiental. <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/dia-do-meio-ambiente-conheca-5-casos-que-revelam-o-racismo-ambiental/23383>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

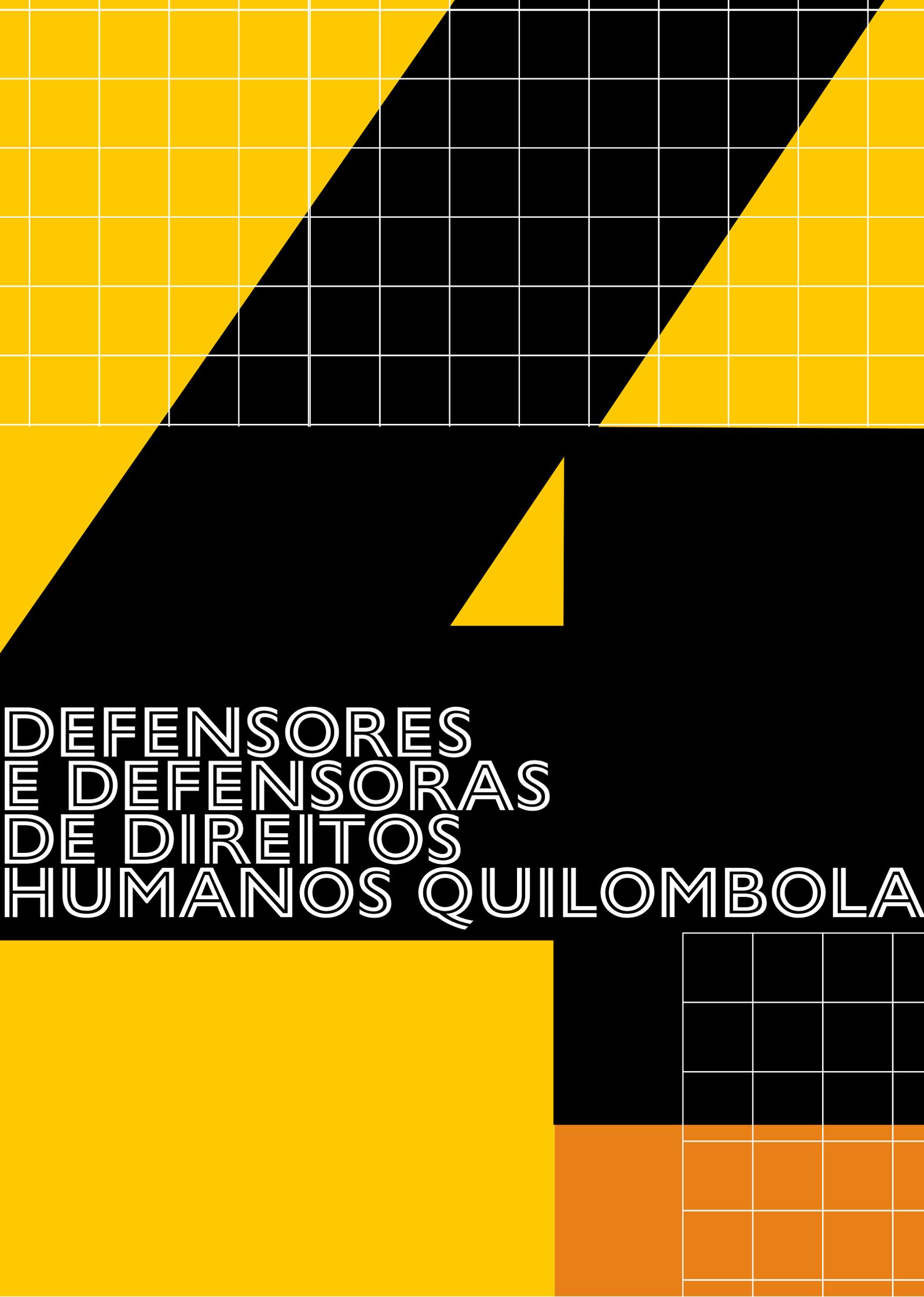
RACISMO AMBIENTAL É TEMA AUSENTE NA COP26- GLASGOW-Escorcia-
<https://amazoniareal.com.br/racismo-ambiental/>

AMAZONIA um bioma mergulhado em conflito. https://www.mppma.mp.br/arquivos/CAOPDH/caop_dh/amazonia_um_bioma_mergulhado_em_conflitos_rel%C3%B3rio_den%C3%BAncia.pdf. >. Acesso em: 1º nov. 2021.

PARECER PROFERIDO EM PLENÁRIO AO PL 3729/2004-. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=no de08akkh9lvo8xq1kl9e2idnnciz12470953.node0?codteor=2007884&filename=Tramitacao-PRLP+1+%3D%3E+PL+3729/2004>. Acesso em: 5 nov. 2021.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. <https://rbja.org/Cartas-Notas/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.





DEFENSORES
E DEFENSORAS
DE DIREITOS
HUMANOS QUILOMBOLA



PROTEÇÃO
DOS DEFENSORES
E DEFENSORAS DE
DIREITOS
HUMANOS

*DIAGNÓSTICO SOBRE PROTEÇÃO DOS
DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS
HUMANOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA
LEGAL, CERRADO E CAATINGA*

**MARIA APARECIDA
MENDES**



MARIA APARECIDA MENDES

– Ativista quilombola a partir de Conceição das Crioulas – Salgueiro-PE desde o final da década de 1990; Curso de Especialização em Tecnologias para Agricultura de Baixa Emissão de Carbono | Fortalecendo a Convivência com o Semiárido – uma parceria da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável-FBDS com a Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. 2022. Mestra em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais - MESPT - UnB/ quarta turma 2019. Bacharela em serviço social pela Universidade de Guarulhos - SP: 2015; Pesquisadora do tema: Enfrentamento a violência contra as mulheres em contexto comunitário; Consultora para elaboração de diagnóstico sobre proteção dos defensores e defensoras de direitos Humanos quilombolas na amazônia legal, cerrado e caatinga, 2021.

DIAGNÓSTICO SOBRE PROTEÇÃO DOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA LEGAL, CERRADO E CAATINGA

Maria Aparecida Mendes
Conceição das Crioulas,
Salgueiro – PE, 20 de novembro de 2021

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório é referente às atividades desenvolvidas no período de maio a novembro de 2021, resultante da consultoria para elaboração de diagnóstico sobre proteção dos quilombolas, defensores e defensoras de direitos humanos na Amazônia Legal, Cerrado e Caatinga.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO

A concretização das atividades nessa primeira etapa da consultoria se constituiu em aprendizados que definirão ações futuras. Em tempo da pandemia do coronavírus, que impôs o distanciamento. Nesse sentido, considerei as condições que cada um tem de acesso a informações. Então, troca de mensagens de WhatsApp, chamada de vídeos, reunião pelo (Google Meet,) formulário Google, foram os meios utilizados para conversar. Como apoio, lancei mão de documentos disponíveis no site da CONAQ, Terra de Direitos sobre ações de defesa dos direitos quilombolas.

3. ATIVIDADES REALIZADAS

A primeira reunião (remota) aconteceu a convite da coordenação do projeto e contou com a participação de todos os consultores, no dia 27 de maio de 2021.

No caso do diagnóstico sobre proteção dos quilombolas defensores e defensoras de direitos humanos, foram realizadas cerca de 30 conversações remotas, com 24 lideranças de 11 estados.

A tabela abaixo tem a finalidade de detalhar quais estados e quantas pessoas participaram.

REGIÃO	ESTADO	QUANT. PARTICIPANTES
Amazônia Legal	Amazonas	Quatro
Amazônia Legal	Amapá	Quatro
Amazônia Legal	Pará	Quatro
Amazônia Legal	Maranhão	Três
Amazônia Legal	Mato Grosso do Sul	Quatro
Cerrado	Mato Grosso	Três
Cerrado	Tocantins	Um

REGIÃO	ESTADO	QUANT. PARTICIPANTES
Cerrado	Goiás	Um
Caatinga	Alagoas	Quatro
Caatinga	Bahia	Quatro
Caatinga	Paraíba	Quatro
Caatinga	Pernambuco	Três
Caatinga	Piauí	Quatro
Caatinga	Rio Grande do Norte	Quatro
Caatinga	Sergipe	Duas

Além do diálogo com as lideranças quilombolas, foi possível estabelecer contato com representações das organizações reconhecidas como parceiras do movimento nos estados.

Dia 12 de julho, a convite do Sr. Manoel Oliveira, representante da CONAQ em Alagoas, participamos de uma reunião com o Dr. Diego Alves, defensor público da União-DPU, e a Dra. Márcia Danyelle também da DPU. A finalidade dessa reunião era dialogar sobre as demandas atuais dos quilombos do estado. Na ocasião, o Sr. Manoel explicitou a situação de violação dos direitos das comunidades quilombolas da região.

3.1. Entendimento sobre violência

Dialogamos sobre o que as lideranças entendem como violência. Em resposta a essas perguntas, uma variedade de definição foi apresentada.

“... há 12 anos, o Sr. Ezequiel Sena Fontes Júnior pratica violação de direitos humanos, invade as casas das pessoas, intimida com ameaça as pessoas de morte, chama as famílias de vagabundas. Todo tipo de atrocidade que você imaginar ele praticava na Comunidade do Quilombo de Cedro. Ele mata os animais das famílias, proíbe as pessoas de construir, inclusive já derrubou casas de quilombolas.[...] O delegado agrário encaminhou um pedido à justiça, pedindo ao delegado que proibisse a mim e outras 12 lideranças da Comunidade de Cedro a não nos aproximarmos desse fazendeiro, ou seja, ele viola o nosso direito e os aplicadores da justiça nos punem como se nós fôssemos os criminosos.”

Maria Antônia Teixeira Dias, (02/08/2021)

O relato é um exemplo de manifestação de violência, mas também mostra o quanto as instituições que legalmente têm o dever de zelar pela proteção dos cidadãos se valem do poder para potencializar as opressões.

Para facilitar a compreensão dos resultados, seguem abaixo os subtemas.

QUANTIDADE	%	TIPOS DE VIOLÊNCIA
34	100	Paralisação dos processos de regularização fundiária dos territórios
12	35	Implementação de projetos nos territórios, sem consulta livre prévia e informada às lideranças quilombolas
34	100	Negação das políticas públicas
34	100	Ameaça de morte
34	100	Intimidações
34	100	Privação do direito de circular livremente
34	100	Incitação à violência dentro da comunidade
34	100	Agressões de cunho racista
34	100	Campanha de difamação
34	100	Cooptação de quilombolas
5	15	Violência contra a mulher
34	100	Despejo forçado

3.2. Tipos violência a que defensoras e defensores estão submetidos

As lideranças estão submetidas ao conjunto de violências e, para mitigar os riscos de morte, elas são obrigadas a tomar decisões que acabam por restringir o próprio direito de ir e vir. Dessa forma fica nítido o quanto a opressão ganha formato de ondas que operam mesmo quando o opressor está fisicamente ausente.

Nesse caso, para não se expor ao perigo de se encontrar com o fazendeiro e o filho, ela teve que alterar a dinâmica do exercício do seu ativismo.

QUANTIDADE	%	TIPOS DE VIOLÊNCIA
27	79	Ameaça de morte
34	100	Intimidações
34	100	Privação dos direitos de circular livremente
34	100	Incitação à violência dentro da comunidade
34	100	Agressões de cunho racista
34	100	Campanha de difamação
34	100	Cooptação de quilombolas
5	15	Violência contra a mulher
2	6	A negação de trabalho/diárias mesmo que seja precário nas fazendas da região
1	3	Endividamento proposital e confisco dos cartões: Bolsa Família, da aposentadoria.

3.3. Principais violadores de direito

Os opositores da nossa luta têm a máquina na mão e constroem alianças com as mais diversas representações, inclusive do Estado. Não se sentem constrangidos em adotar estratégias para cometer atrocidades, como aponta o relato de uma das lideranças que vive hoje em completo isolamento domiciliar.

“Fizeram uma audiência pública na Câmara dos Vereadores, com a presença da mídia local, criaram uma campanha de difamação contra mim no município de Cabrobó. O meu maior medo é porque eu conheço essas pessoas e sei do que elas são capazes.” Joana Angélica. (08/07/2021).

QUANTIDADE	%	PRINCIPAIS VIOLADORES
20	59	Empresas imobiliárias
1	3	Grangeiros
34	100	Fazendeiros
1	3	ICMBIO
34	100	Delegacias (delegados e policiais)
1	3	Marinha
34	100	Gestores públicos
30	88	Políticos mal-intencionados
17	50	Mídia local

3.4. Principais consequências

A tabela abaixo retrata o conjunto de consequências das violações que recai com maior intensidade sobre as lideranças quilombolas defensoras de direitos humanos. Entre elas destacam-se: descrédito nas instituições de segurança pública, enfraquecimento da luta local, conflitos internos, adoecimento mental, cooptação de pessoas nas comunidades. No caso das mulheres, a situação se torna mais delicada porque a violência imposta pelo sistema racista, capitalista, patriarcal interfere no cotidiano das famílias e se manifesta em forma de violência contra as mulheres.

QUANTIDADE	%	CONSEQUÊNCIAS
34	59	Conflito interno
2	3	Lideranças em situação de constrangimento
10	100	Desmoralização das lideranças diante da comunidade
17	3	Adoecimento mental/depressão
34	100	Enfraquecimento da luta
1	3	Deslocamento da população quilombola para outras regiões do país
34	100	Comprometimento da autoestima

3.5. Medidas adotadas

As principais medidas relacionadas ao Poder Público são materializadas pelas denúncias feitas especialmente ao Ministério Público e a Defensoria Pública. É importante ressaltar que do universo de trinta pessoas, quatro registraram queixa nas delegacias de polícia dos seus municípios. Esse fenômeno ocorre porque as lideranças não se sentem seguras com as abordagens ao serem recebidas em tais ambientes. A maioria prefere buscar apoio de outras organizações, com destaque para o Ministério Público. Dessa forma, as próprias comunidades têm adotado medidas importantes de proteção das suas lideranças.

As tabelas abaixo retratam o que mais se destacou nas falas das(os) participantes.

QUANTIDADE	%	PRINCIPAIS MEDIDAS
34	100	Observar comportamentos suspeitos e alertar a lideranças
34	100	Mobiliza parceria para construir rede proteção
34	100	Não deixar a liderança frequentar determinados ambientes desacompanhada
1	3	Revezamento de vigília em volta da residência das lideranças
30	88	Fortalecer a espiritualidade religiosa

3.6 Medidas individuais de proteção no cotidiano de luta

QUANTIDADE	%	PRINCIPAIS MEDIDAS
34	100	Evitar andar só
34	100	Fazer sempre percursos diferentes
34	100	Estabelecer rede de confiança, inclusive grupo de Whatsapp, para manter outros informados sobre suas atividades cotidianas
1	3	Evitar exposição em ambientes de risco
30	88	Fortalecer a espiritualidade religiosa
1	3	Variedade de caracterização visual

3.7 O que se espera do poder público

Todos os participantes da pesquisa apontam a necessidade de maior atenção aos quilombolas defensores de direitos humanos. Entre as medidas sugeridas, destacam-se a necessidade de formação dos aplicadores da legislação quilombola, a expansão e aprimoramento dos programas atuais de proteção. Isso porque geralmente as unidades de proteção estão localizadas nas capitais, distante de muitos quilombos. Segundo elas, em algumas situações, são instaladas câmeras filmadoras nas residências das lideranças ameaçadas. No entanto, com o passar do tempo elas são danificadas e o órgão responsável não envia técnico para fazer a manutenção dos equipamentos. Em outras situações, o serviço de proteção apenas registra o nome dessas pessoas, mas não as informa de que forma acontece a proteção.

QUANTIDADE	%	PRINCIPAIS MEDIDAS
34	100	Que todos os estados criem e adotem o programa de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos e onde já existe que sejam disponibilizadas as condições de funcionamento adequado para os quilombolas
34	100	Notifique os ameaçadores sobre as consequências legais de atentar contra a vida das lideranças quilombolas
34	100	Garantir a proteção para que as lideranças quilombolas possam seguir o ativismo em defesa dos direitos quilombolas
34	100	Que o Estado prepare os servidores para defender as quilombolas defensoras e defensores de direitos humanos
8	24	Realize parceria com órgãos reguladores e de controle social da justiça

3.8. Nossos parceiros

Para enfrentar as violações de direito, as(os) participantes apontam várias organizações que atuam como parceiras, conforme tabela abaixo.

QUANTIDADE	%	PARCEIROS
34	100	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
2	6	Comissão Pastoral da Terra (CPT-BA)
2	6	Associação de Advogados de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (AATR)
34	100	Defensoria Pública da União (DPU)
34	100	Ministério Público Federal (MPF)
3	9	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)
5	15	Terra de Direitos
4	12	ACAD
34	100	Comissões e federação estaduais de quilombos
1	3	Sindicato dos trabalhadores
1	3	Organizações não governamentais

3.9. Municípios com maior incidência de violência contra os quilombolas defensores de direitos humanos

QUANTIDADE	%	MUNICÍPIOS APONTADOS
34	100	Todo estado da Bahia
34	100	Barreirinha, Novo Airão, Itacoatiara – Amazônia
34	100	São Raimundo Nonato e Queimada Nova – PI
1	3	Barcarena, Salvaterra, Gurupá, Muju – PA
30	88	Acaraú, Aracati, Baturité, Iracema, Itapipoca, Tururu – CE

3.10. Estado com Serviço de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

Sobre o Serviço de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, apenas os representantes dos estados abaixo têm conhecimento da existência. Das 34 lideranças, 5 estão incluídas em programas de defensores e defensoras de direitos humanos, no entanto, todos se queixam das fragilidades dos programas. Nas palavras da Sra. Antonia, quilombola do Maranhão, “o programa não protege, orienta às lideranças a não andarem sós, a evitarem ambientes considerados de risco, e a ficarem em casa. Sequer notificam os promotores das violações, ou seja, contribui para limitar a ação das lideranças na luta em defesa do coletivo quilombola”. A sua fala vai ao encontro da pesquisa realizada pela CONAQ e Terra de Direito publicada em 2018, sobre racismo e violência contra quilombos no Brasil.

Os relatos apontam que o ódio às lideranças quilombolas se acentua quando elas levantam a voz contra as violações dos direitos do povo. Em todos os lugares as lideranças estão em risco, mas alguns municípios têm as violações potencializadas.

QUANTIDADE	%	MUNICÍPIOS APONTADOS
1	3	Maranhão
2	6	Pernambuco
1	3	Amazonas
2	6	Sergipe
1	3	Goias

Quilombolas inseridos no Programa de Proteção de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
5 = 15% estão inseridos.

29 = 85% não tem conhecimento se existe.

Autorização à CONAQ para utilizar as informações acima prestadas para produção de cartilhas, protocolo de segurança e denúncias em instituições internacionais responsáveis pela segurança dos defensores de direitos humanos.

34 = 100%

Autoriza que seu nome seja evidenciado ou prefere nome fictício?

QUANTIDADE	%	PREFERENCIAL
6	18	Fictício
28	82	Evidenciar o nome oficial

4. OFICINA PARA DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

A oficina presencial realizada nos dias 22, 23, 24 de outubro, em Brasília, se constituiu como importante ação da consultoria. Essa atividade contou com a participação de 30 lideranças quilombolas, representantes dos diversos estados. Contamos com a colaboração da Organização Terra de Direito, nas pessoas de Luciana Pivato e Alana. Assim como a contribuição da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e Escola de Ativismo: elas realizaram palestra importante sobre os Programas de Defensoras e Defensores Direitos Humanos e sobre os riscos e possibilidades de proteção decorrentes do uso das redes sociais digitais.

5. OUTROS PROJETOS DE DEFESA EM ANDAMENTO

Entre as ações realizadas em defesa dos direitos quilombolas com publicações recentemente disponibilizadas, destaco: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com Pedido de Medida Liminar (ADPF), os livros “Racismo e violência contra quilombos no Brasil” e “Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil”, e a dissertação intitulada: “Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola”.

6. NARRATIVAS DOS PARTICIPANTES POR ESTADOS

Maria Antônia Teixeira Dias, (Antônia Cariongo)
Quilombo Cariongo, Santa Rita, Itapecuru Mirim, Maranhão.

Sou quilombola do Quilombo Cariongo, [1] município de Santa Rita. Esse é o nome do quilombo onde nasci e me criei, sou a quinta geração do meu povo. Como militante eu adotei o nome de Antônia Cariongo, mas meu nome é Maria Antônia Teixeira Dias.

Sou uma liderança, estou à frente de um movimento chamado Comitê de Defesa dos Direitos do Povo Quilombola de Santa Rita Itapecuru Mirim, no Maranhão, no qual atuo como coordenadora. Tem como objetivo tratar sobre as questões de violações de direitos, fazer denúncia e acionar a justiça.

Em decorrência da nossa luta, eu, o irmão Nilo Pereira, a irmã Lucilene e Sandro, quilombola de Cedro no Maranhão, sofremos ameaça de morte feita pelo procurador federal do DNIT, que é o Sr. Ezequiel Sena Fontes Júnior. Eu tive contato com ele em 2018 aqui no Maranhão, quando começou o conflito com o DNIT na obra de duplicação da BR 135. Eles queriam iniciar a obra dentro de seis territórios sem consulta prévia. Nós intervimos e denunciemos à justiça. Eu iniciei um trabalho social dentro da Comunidade Quilombola de Cedro. Lá eu o conheci e após esse primeiro contato, que não foi um dos melhores, ele passou a nos ameaçar.

Por incrível que pareça, eu nunca imaginei na minha vida que ele tinha uma fazenda dentro do território do Cedro. Mas, fiquei sabendo que há 12 anos ele pratica violação de direitos humanos. Ele comete todo tipo de atrocidade que você imaginar.

Quando eu comecei a visitar as famílias lá em Cedro, ele disse que eu estava atrapalhando e que ele iria mandar dar um jeito em mim. Uma semana depois dessas ameaças eu fui surpreendida com motoqueiros rondando a minha casa. Foi um período muito difícil para mim, principalmente para a minha família.

Hoje a minha vida de militância tem várias restrições. Eu e os outros companheiros que também fizemos parte de um programa de proteção aqui no Maranhão. Eu sempre digo, eu tenho um Deus e preciso me agarrar nele porque só ele pode nos livrar.

Estou em um serviço de proteção, mas ele é muito restrito, não tem muito a oferecer. Por exemplo, hoje a minha casa fica bem próximo, a menos de 25 metros, da BR 135. Então, estou em um local de grande visibilidade, muito exposta. A minha casa é muito simples, não tem grade, nós não temos câmeras em volta dela nem na comunidade para filmar nada. Eu venho relatando isso para o programa de proteção já faz um tempo.

A minha ideia seria construir uma casa mais para o interior da comunidade onde eu ficasse mais escondida. O programa aqui no Maranhão assumiu o compromisso de instalar duas câmeras, uma ficará na frente da minha casa e a outra nos fundos, mas não sei quando nem por quanto tempo.

A circulação dos motoqueiros em volta da minha casa foi presenciada por mim uma vez e outras vezes por pessoas que me alertaram. Isso é muito perigoso, eu posso estar despreocupada dentro de casa e de repente ser surpreendida com a invasão desses motoqueiros.

Apesar de eu já ter tido um contato não amistoso com o procurador de justiça do DNIT, por conta da obra de duplicação da BR-135, iniciei o trabalho dentro do Cedro e foi exatamente nessa comunidade/território que fui ameaçada por ele. Os crimes que ele cometeu estão todos registrados na delegacia agrária em São Luís, porque aqui em nosso município a gente não consegue registrar um boletim de ocorrência.

Eu não tenho nenhum tipo de apoio da parte do setor público do município onde moro. Nenhum defensor público. O único apoio que tenho é das outras lideranças que estão do meu lado, no meu trabalho dia a dia e que tem esse cuidado de me proteger. Se eu for para uma comunidade, tem sempre alguém me acompanhando, não me deixam só.

O fazendeiro que me ameaça de morte geralmente está na Comunidade de Cedro nos finais de semana junto com o filho. Em vista disso, eu já nem visito mais o quilombo nos finais de semana. Eu tenho que ir durante a semana e as minhas reuniões não são anunciadas com antecedência. Só pessoas de confiança, ou então só quando eu chego se faz a mobilização dos participantes para que eu não fique tão exposta em relação a eles.

Todos os boletins de ocorrência registrados na delegacia agrária de São Luís até hoje não tiveram nenhum desfecho. O único encaminhamento que teve lá depois de tudo isso foi a solicitação por parte do delegado agrário à justiça pedindo aos delegados que proibissem a mim e outras 12 lideranças da Comunidade de Cedro de nos aproximarmos desse fazendeiro, ou seja, ele viola o nosso direito e os aplicadores da justiça nos punem como se nós fôssemos os criminosos. Ele também pede ao juiz que proíba qualquer família de construir casa de alvenaria na comunidade.

Isso é uma vergonha para o nosso estado e para o país, os governantes não garantem proteção a ninguém. Os números são alarmantes, no último mês, quatro lideranças foram assassinadas nesse estado.

Essas notícias acabam com o psicológico da gente, isso nos mata aos poucos. E o que nos deixa mais indignada é porque o Estado não toma providência nenhuma para evitar que isso aconteça. Então, é horrível, o governo do estado deveria se envergonhar, não só o governo do estado, mas o Brasil inteiro.

O Programa de Proteção de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos do Maranhão está vinculado à Secretaria de Direitos Humanos, com participação popular (SEDIHPOP), e tem como entidade gestora a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

É nesse programa de proteção que estou inserida, mas ele não garante proteção, a atuação é muito pouca. Eu penso que se eu sou uma liderança ameaçada de morte e outras pessoas dependem do meu trabalho, eu não posso ser impedida de exercer o meu trabalho. Acho que a proteção não se resume em dizer: não entre em lugar onde o seu opressor está, ou lugar que está em conflito.



Na verdade, o programa de proteção orienta, me diz para eu não sair à noite, para eu não passar onde tem conflito. É um programa que dá orientação, mas isso não quer dizer que está me protegendo. Outra coisa que o programa faz é, se os conflitos se acirrare, eles tiram a pessoa de casa, do convívio comunitário, do município, e vão te levar para outro lugar. Então, isso vai fazer com que a gente morra mais depressa psicologicamente.

Então, eu acho que o Estado tinha que garantir a minha proteção 24 horas. Na verdade, atualmente o programa não tem como fazer isso, portanto, por muito medo e por eu não ter nenhum apoio por parte do município, eles estão se mobilizando para fazer a instalação de câmeras para monitorar a minha casa. Mas eu tenho que sair, eu não posso ficar o resto da minha vida trancada dentro de casa, tenho que exercer o trabalho que gosto, que é defender os direitos.

Nas comunidades onde tem os maiores conflitos, a situação é horrível. Cedro é um exemplo de comunidade que as pessoas parecem não ter paz.

Na maioria das vezes, a própria comunidade é a principal promotora da proteção das defensoras de direitos humanos. Faz-se sempre uma vigília na casa da liderança, a gente tem horários para sair e voltar para casa, evitando sair à noite. Quando eu quero ir para uma comunidade eu digo: “olha eu quero ir para a comunidade tal”. Peço sempre a alguém de muita confiança para me levar. Sempre troco de transporte, volto em horários diferentes, muitas vezes por caminho diferente também. Enfim, vamos adotando essas medidas.

Então, como se vê, ainda que a intenção seja boa, o serviço de proteção tem que nos manter, a pessoa “beneficiária”, em prisão domiciliar, mas a partir do momento em que você se prende dentro de casa, o opressor se fortalece. Porque o opressor quer é que você pare sua luta. Eu não parei a minha luta, claro, hoje eu saio menos, eu pratico menos a minha militância. Sou muito cuidadosa, principalmente pela minha parte.

Para se ter ideia, eu só consegui processo na justiça contra as ameaças que sofro porque consegui através do Fundo Brasil um recurso de 15 mil para pagar um advogado por três meses para fazer um levantamento na justiça, sobre a irregularidade cometida por esse procurador. Existe um monte de processo desse fazendeiro contra as lideranças de Cedro que estão no serviço de proteção.

Eu paguei três meses ao advogado e ele conseguiu dá entrada numa ação na justiça, mas, como o dinheiro acabou, estou sem assessoria para continuar o processo. O estado não disponibiliza um advogado, não te dá um apoio jurídico para que isso ande.

O que eu posso fazer é ligar para a delegacia e dizer que mande uma viatura até a comunidade onde está acontecendo isso ou aquilo. Em uma ocasião dessas, respondem que a viatura não está na cidade, é isso que eles dizem. É assim que funciona, então não existe proteção por parte do Estado e por parte do serviço de proteção existe apenas orientação. Eu não estou falando das pessoas que trabalham no programa, estou falando dos governos que, aliás, eu nem sei se esse programa é mantido pelo estado. Imagino que seja um projeto à parte.

Diante do cenário que está posto, precisamos fortalecer a nossa luta, levar informação para a população que se encontra nas comunidades. Precisamos formar futuras lideranças que entendam o que é violação de direitos humanos, o que é política pública social e o que é política partidária. As comunidades precisam de oficinas que falem sobre esses assuntos. As lideranças têm que saber como buscar os seus direitos e do seu povo. Porque quanto mais sementes espalhadas nos quilombos do nosso estado, mais forte seremos para enfrentar o sistema opressor. A partir do momento que a gente tiver essas sementes espalhadas em todos os lugares, a gente vai ter o fortalecimento muito grande da nossa luta.

As famílias que vivem nos quilombos precisam de palestras que tratem sobre direitos humanos, porque elas precisam entender que é preciso estar junto das lideranças. Tem que estar na reunião para entender o que está acontecendo dentro do seu território ou sua comunidade. Nós mulheres precisamos identificar que violência doméstica não é só a pancada que o homem dá, mas a violência psicológica, desrespeito dentro de casa.

Não só as lideranças, mas toda comunidade precisa de formação constante. Além do mais, nós que estamos nessa luta precisamos de suporte para sobreviver. Eu sou uma mãe de família com três filhas, duas já são adultas, mas uma pequenininha de oito anos que eu preciso ainda criar. Eu preciso me manter de alguma forma e por isso preciso sair da minha casa porque o Estado não consegue me manter para eu ficar dentro da minha casa.

Eu preciso militar porque é indo a uma comunidade, fazendo uma reunião, ajudando meus companheiros a registrar um boletim de ocorrência, acompanhando até uma delegacia, ao Itermá, ao Incra que eu ganho dos amigos arroz, farinha, peixe, maxixe, quiabo, abóbora. Então a gente precisa de um meio para sobreviver.

Quando eu passei por situação de ameaça, fiquei com meu psicológico acabado e toda vez que eu vejo uma liderança sendo assassinada no Maranhão isso mexe muito com o meu psicológico. Mas eu reafirmo o meu pensamento em Deus porque o meu papel na terra é ajudar os que mais precisam, então a gente leva a vida assim.

Eu, enquanto coordenadora do comitê e todas as lideranças que compõem ele, temos como principais parceiros a CONAQ, Centro de Cultura Negra do Maranhão, da ONG Terra de Direitos, ela tem advogado e é esse comitê que cuida do processo da BR 135. Assim como os advogados do Centro de Cultura Negra do Maranhão, eu tenho recebido o apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Como falei antes, duas vezes eu já acessei o projeto do Fundo Brasil e fui contemplada com o apoio deles. Então, são esses apoios que eu tenho.



Maria Amélia dos Santos Castro. Sou da Comunidade Santa Tereza do Matupiri, município de Barrerinha, Amazonas

Somos cinco comunidades quilombolas: Santa Tereza é o polo, em volta dela tem Gaufé, Ituquara, São Pedro, Trindade e São Paulo do Iassu, que é núcleo de Ituquara, essas são as comunidades quilombolas que lutam. Dou a minha vida pela vida das pessoas que vivem ali. Eu faço isso porque eles têm medo de falar, eles têm medo de lutar, têm medo de ser preso. Eu falo para eles, gente, não temos que ter medo, ninguém vai nos prender porque não estamos cometendo crime.

Nessa minha luta, nesses quatro anos, eu encontrei dificuldades no próprio município, eles não me deram a atenção, eles não me deram valor, não deram oportunidade de eu relatar o que eu queria de bem para dentro dos quilombos. Por isso que no meu livro eu digo, eu nunca consegui achar a chave dos cadeados da porta da prefeitura de Barrerinha, então foi o meu mito para mim, porque foram várias encontradas de porta nas secretarias: de saúde, educação, a secretaria de educação até que respondeu um pouco, mas a secretaria de saúde, desenvolvimento rural, de planejamento de obras não me deram a mínima atenção.

Isso é porque foi no primeiro mandato do prefeito, que era o indígena Moisés Saterê, no último mandato, já na outra gestão, eu não era mais presidente, mas continuo sendo articuladora do grupo quilombola do município de Barrerinha. Faço parte da representação do Amazonas.

Na nossa região não tem mineração, não temos hidrelétricas, mas tem os grandes latifundiários que estão dentro das nossas áreas quilombolas. Eles são contra nós, por esse motivo a minha luta. A primeira presidente da Federação, que trabalhou de 2009 a 2011, eu não tenho certeza, mas do jeito que os fazendeiros se saíram, dá a entender que ela fez um acordo com eles. Quando eu recebi a Federação Quilombola lá, ela dizia para a gente que tinha feito o levantamento e as nossas terras já estavam demarcadas e tituladas. Quando eu fui eleita e vim para a capital do Amazonas para me apresentar como presidente em 2011, eu encontrei dentro do Incra um pedido de fechamento que falava assim: "A Federação de Quilombolas do Município de Barrerinha informa que as comunidades não querem ser identificadas como quilombolas, eles querem continuar do mesmo jeito que sempre foram". Nessa época a gente ainda não era reconhecido.

Eu respondi ao superintendente: "Mas não era isso que a nossa presidente falava para nós, ela falava que estava tudo encaminhado para a demarcação e titulação das nossas terras e é o que o povo espera. E agora, que resposta eu posso levar para o povo?"

Ele disse: "dona Maria Amélia, está dizendo que o povo espera demarcação e titulação das terras? A senhora vai levar um documento para esse povo assinar, confirmando se realmente querem a continuidade dos trabalhos". Então, eu levei, o povo ficou muito revoltado, muito revoltado pela mentira que ela tinha contado. Assinaram o documento, levei de volta ao Incra. Foi a partir daí que começou o trabalho para a gente ganhar a nossa certidão de reconhecimento.

O levantamento das famílias cadastradas pelo Incra. Em 2013, fomos contemplados com certidão de reconhecimento como descendentes de quilombolas no Amazonas. Por causa disso, o presente que eu ganhei na luta, foi ela, Maria Clemilda dos Santos, pedir aos fazendeiros me matarem.

Quando ela foi chamada, reafirmou para os fazendeiros que deixou tudo encaminhado para realizar os processos e quem retomou foi a Maria Amélia, para tomar a terra de vocês, então matem ela, ela mandou me matar.

Quando eu soube, entrei com a documentação no Ministério Público e na Defensoria Pública. Entrei com ação na justiça contra ela e contra os fazendeiros. Tenho toda documentação dos processos de 2019 e tenho toda documentação do processo contra ela na delegacia. Eu sou muito perseguida, agora, no período de pandemia, não tenho ido muito às comunidades, mas quando vou fico muito atenta, porque eles continuam me criticando, porque eles receberam a notificação que não era mais para derrubar as árvores, retirar minerais. Que aguardassem a decisão judicial, mas eles continuam tirando pedra, areia e árvores.

Nas denúncias que fiz, fui muito bem atendida pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público do Amazonas, me deram toda assistência aqui, depois me passaram para a Defensoria Pública Federal.

Agora já não tenho mais comunicação com eles. Estudo aqui em Manaus, mas até na escola onde eu estudo os responsáveis sabem que sou ameaçada e, quando vou para lá, os vigias de dentro da escola sempre acompanham.

O povo da comunidade está sempre alerta e estão do meu lado, mas tem uma parte incentivada por dona Maria Clemilda que se coloca contra mim. Inclusive ela tem um filho que é policial e eu acho que ele me odeia muito porque eu contei à mãe dele. Eu fui duas vezes à delegacia de Barrerinha fazer a denúncia por conta das ameaças que sofri e não queriam me atender e nem registrar a ocorrência.

Então falei que se não queriam me atender porque o filho da Maria Clemilda era policial ali, eu ia direto ao Ministério Público, só assim resolveram me atender. Eu vou te enviar a foto do boletim de ocorrência.

Por causa das ameaças que eu sofro, o presidente atual da Federação tem medo, ele diz: "Eu queria ter a coragem que dona Maria Amélia tem de lutar". Ele não tem essa coragem, porque tem medo de morrer. Eu disse para ele: "Não tenho medo de morrer, mas não critico ninguém, faço aquilo que a lei me ampara. A Lei 10.639 e o Decreto 4.887/2003 são muito claros e afirmam que os quilombolas têm direito aos seus territórios. Essa é a lei que o nosso presidente Lula deixou. Hoje, mesmo não sendo representante oficial, eu participo das articulações, represento a CONAQ e me informo e cobro a efetivação da educação quilombola e outras políticas para quilombo. Em 2016, foram retirados quatro professores quilombolas das escolas porque eles falavam em meu favor. Tiraram eles e colocaram outras pessoas que não se envolvem com as questões quilombolas.

Agora, não sei se o estado está muito de acordo com a gente, mas estão fazendo com que a gente possa se aparecer e valorizar o nosso próprio trabalho que temos dentro das comunidades quilombolas.

Eu sou chamada para as lives aqui no IFAM, Mulher e Negritude. Faço parte da Fupaam, faço parte do Quilombo do Norte e outros.

Eu participo porque as pessoas escutam os meus depoimentos sobre as comunidades, e as professoras e professores me convidam para outras oportunidades e entrevistas. Então o professor Alfredo Wagner pediu para fazer um relatório para entender que os meus relatos são suficientes para produzir um livro. Então ele pediu para a professora Margela Mafra Andrade e escreveram um livro com título "Trilhas percorridas por uma militante quilombola: vida luta é resistência" - Maria Amélia dos Santos. Através desse livro as pessoas estão chegando para conhecer as comunidades em defesa da articulação.

Os principais parceiros são o Ministério Público e a Cartografia Social da Amazônia, que abriu a primeira estrada para nós e oportunizou ampliar os conhecimentos e ir além na luta pelo reconhecimento das comunidades. Antes a gente sofria procurando o município, foi através dela que entendi depois que o município não resolve o problema das comunidades quilombolas e sim os órgãos federais.

Fomos orientadas a procurar a Defensoria Pública para nos apoiar. Foi a partir daí que conhecemos a Fundação Cultural Palmares, Incra, Ministério Público. Contamos também com o apoio da CONAQ, que trouxe muitas coisas boas para nós, foi através dela que conseguimos a vacina e continua sempre fazendo a correria pela gente. Agora a gente faz parte da CONAQ.

Os indígenas têm a Funai, têm a CASA, e nós não temos nada. Ainda começaram a ideia de implantar a Secretaria de Igualdade Racial, mas nos tiraram de linha de frente e nunca mais nos procuram e a gente fica sem referência, seria bom se tivesse no estado uma secretaria que nos representasse e que pudéssemos buscar quando precisasse de ajuda ou alguma coisa assim. Nós precisamos de linha de frente para nos defender aqui no Amazonas, mas como podemos pressionar o estado para criar essa secretaria aqui?

Eu já não tenho mais esse medo, porque sei que estamos lutando pelo que somos e pelo nosso direito. Estamos defendendo o que queremos para as comunidades quilombolas. Lutamos pela UBS dentro da comunidade desde 2014 e por que até agora não está pronta? Entra dinheiro, sai dinheiro e nada!

Os colégios de dentro das comunidades estão caindo aos pedaços. A nossa comunidade nunca teve a oportunidade de pegar uma máquina para limpar e organizar as ruas, para nada, do mesmo jeito que estava em 2013 permanece, porque não fomos contemplados, porque não somos verdadeiramente reconhecidos e só nos procuram na época de políticas. Eu não ganho nada individualmente com isso, o que eu ganho é o conhecimento e o reconhecimento de muitas pessoas e organizações que se tornam parceiras porque eu falo a história do meu quilombo, eu falo a história das comunidades quilombolas, então me torno referência. Através disso, eu vim para Manaus estudar, atualmente estou fazendo o curso de agroecologia e minha intenção é concluir e voltar para fortalecer a luta das comunidades no plantio para que vivam bem tendo o que beber, o comer, junto com netos e bisnetos, mas que seja nosso suor. Se não tiver oportunidade dentro do nosso município, que seja em outro, que possa abraçar e comprar o que nós produzimos.

A CONAQ tem minha autorização para produzir documentos, denúncias, que for necessário, porque se eu não falar da minha comunidade, não falar de onde eu sou, quem vai? Quem vai saber de onde eu sou? E o que eu quero para minha comunidade quilombola? Então, eu autorizo com o maior prazer utilizar as informações, e pode colocar meu nome.

Se as comunidades quilombolas do Amazonas forem contempladas com algum benefício, nós estamos juntos de vocês, porque você escreve o que eu falei, e falei do que sei, sou eu que corro perigo, sou eu que busco e exijo que as comunidades quilombolas do Amazonas sejam beneficiadas com o apoio de cada uma de vocês.

Claudemilson Nonato Santos de Oliveira. Quilombo de Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa, município de Itacoatiara, Amazonas

Inicialmente, a invasão de terras do quilombo por parte de empreendedores imobiliários, violando um direito líquido e certo de acesso à terra por parte da população quilombola do município de Itacoatiara. A disputa de terras e os conflitos decorrentes são a principal violação aos direitos humanos identificados. Dessa forma, a morosidade na titulação das terras do referido quilombo tem causado prejuízos materiais incalculáveis, pois já se passaram mais de 8 anos sem que as terras fossem tituladas e a população quilombola pudesse acessar políticas públicas fundiárias, dentre outras.

Toda a coordenação/diretoria do Quilombo de Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa já sofreu ameaça velada (por telefone, ou aviso por terceiros) e de fato. Alguns recorreram à denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) para proteção. Inclusive ameaça de morte por parte de empresários e fazendeiros que têm posses dentro do território quilombola e que não aceitam a titulação coletiva da terra.

“Denunciamos ao MPF, o atendimento sempre foi muito receptivo, mas não avança nos encaminhamentos.” Apesar disso, ele aponta a Defensoria Pública da União e MPF como principais parceiros. A comunidade se articula com as instituições para o enfrentamento das violações. “Desejo que os governantes adotem medidas necessárias para a proteção a testemunhas. Abertura de processo contra os violadores dos direitos humanos e punição exemplar aos violadores. A CONAQ está autorizada a utilizar as informações acima prestadas para produção de cartilhas, protocolo de segurança e denúncias em instituições internacionais responsáveis pela segurança dos defensores de direitos humanos, mas prefiro que coloque nome fictício.”

Coordenadora da CONAQ no estado do Amazonas, luta contra a opressão imposta pelas empresas imobiliárias, fazendeiros e até órgãos que cuidam do meio ambiente, como o ICMBIO. Na tentativa de coibir as violações, oficializam denúncias no MPF, com tímida resolução de alguns conflitos.

Contam com o apoio de órgãos federais, a exemplo do MPF, e organizações internacionais, que adotam a criação de protocolos de segurança das lideranças.

No Amazonas, os municípios com maior índice de violência contra os quilombolas defensores de direitos humanos são: Barreirinha, Novo Airão, Itacoatiara e Manaus, de modo que é urgente dialogar com representante de Barreirinha e Itacoatiara através dos seguintes contatos de Maria Amélia (+55 92 8466-0306) e Claudemilson (+55 92 9420-6867). A participante não tem conhecimento se o estado garante serviço de proteção aos defensores de direitos humanos, ao nível municipal, estadual e nacional, e autoriza a CONAQ utilizar as informações acima prestadas para produção de cartilhas, protocolo de segurança e denúncias em instituições internacionais responsáveis pela segurança dos defensores de direitos humanos.

Jamily Souza.
Quilombo do
Barranco de São
Benedito, Manaus,
Amazonas

Hildima Ramos da Silva. Quilombo Igarapé do Lago no município de Santana, Amapá

A violência na minha comunidade se dá através de briga de representação, às vezes a comunidade não aceita o representante e porque não se autodefine como quilombola. Não tem problema direto, o problema são as pessoas que compram e se apropriam das terras em nossa comunidade.

Faz uns dois anos que houve quase um massacre na comunidade, destruíram a agricultura familiar, cortaram toda a vegetação de sobrevivência, praticamente expulsando a comunidade do local. Entraram com ação na justiça, mas já perderam na primeira instância. Não sei como vai ficar a localidade.

A posseira fala que a comunidade é dela e eles é que são invasores. Ela registrou um pedaço lá em 2010 e os quilombolas nasceram lá, já têm filhos e netos, vivem lá há muitos anos e foram praticamente expulsos da comunidade Igarapé do Lago.

As outras comunidades ficam muitas vezes numa briga de poder, elas não entendem que precisam fazer formação com eles para saberem sobre o direito de se autoafirmar. Na questão da vacina foi um problema, porque as pessoas que estão no território não queriam que os que estão fora fossem se vacinar. Houve quase um confronto com as pessoas que estão em trânsito e só vem para a comunidade nos finais de semana, não entendiam que não deixar os que moram fora se vacinar colocava todos em risco.

Uma vez fomos a uma comunidade para tentar amenizar um conflito entre umas famílias e fomos ameaçadas com espingarda se a gente fosse falar de quilombo, essa pessoa se reconhece como quilombola, mas não reconhece a liderança, então é uma confusão e a comunidade fica dividida por conta das brigas de poder.

Algumas comunidades têm sofrido com os impactos do avanço das empresas. Por exemplo, em Igarapé do Lago um cara comprou um terreno, invadiu os outros e começou os impactos, porque onde o gado caminhava para se alimentar, não pode mais. Então foi a maior confusão, eles tiveram apoio até do Incri a partir da autorização para plantio. Estão plantando soja e outras culturas, usando veneno praticamente dentro da comunidade. Quando chove, esse veneno escorre para o riacho, polui o solo e as águas. As lideranças ficam fazendo retaguarda deles mesmos; mas convivem com as ameaças e ficam sem poder fazer nada. Há também a invasão de outras religiões, principalmente os evangélicos, que induzem a comunidade a mudar de religião.

Sobre as vacinas, estipularam apenas 18% da comunidade para tomar a primeira dose. Então, está tudo embaralhado, às vezes vão à comunidade para dar vacina para quatro pessoas e ficam nesse jogo de empurra, empurra. Vão demorar a terminar porque tem vacina com intervalo de três meses, outras com intervalo de dois meses.

No caso das denúncias, foi uma ocorrência, a própria CONAQ ajudou na orientação para levar à justiça, mas caiu na justiça comum e a comunidade acabou perdendo a causa para a posseira.

Acredito que houve uma falha do presidente, inclusive ele até faleceu de Covid-19. Agora que veio à tona de novo, entendeu que ele havia dado entrada e acabou falecendo e não deixou dito como está o processo na mão da justiça. Não se sabe se foi ao Ministério Público. Sei que foi para a justiça comum. Até a própria advogada que foi defender a CONAQ não lutou o suficiente pela própria pessoa que estava pagando para ela. Então o juiz deu ganho de causa para a posseira, alegando a falta de comparecimento dos representantes da comunidade à audiência.

Houve até uma reunião de live e eu falei: “Então, sendo desse jeito, qualquer dia a gente vai chegar à comunidade e não podemos entrar porque tem alguém que já tomou conta”. A justiça está do lado de quem invade a comunidade.

As lideranças ficam ligadas 24 horas na situação da comunidade. Sempre fazendo uma relação com a vacina, tudo se resolve on-line e muitas comunidades não têm internet, é preciso se afastar um pouco para se atualizar das informações. A internet acaba influenciando e ajudando, mas a comunidade tem que ficar muito atenta, tendo que ir para a vila onde tem internet para receber as informações que vêm da cidade. Por conta das ameaças, geralmente as pessoas ficam em silêncio, tentam amenizar e muitos ficaram sem moradia e foram morar na vila. Na verdade, nem sabemos para onde muitos deles foram e se vieram para a cidade ou para outro lugar. Mas uma parte ainda está na comunidade.

Considerando que temos que tirar resistências de onde nem temos para fazer defesa dos direitos e levar as demandas para possibilitar que o estado formule políticas públicas que contemplem o maior número populacional, este deveria garantir a proteção das lideranças. Os conselhos deveriam cumprir o papel de fiscalizadores e os quilombolas deveriam fazer parte, mas os conselhos estão todos nas mãos do Estado e esse geralmente é contra nós. Por isso nem sempre os conselhos nos protegem. Então, a gente tem que ir para o Ministério Público, na verdade o MP está fazendo o papel do Estado, que deveria estar dando essa proteção para a gente, mas leva tudo para justiça comum e lá a gente perde.

Quando fazemos uma denúncia na delegacia e não vamos ao mesmo tempo para o Ministério Público, podemos considerar que a causa será perdida. Apesar das dificuldades, nós temos que mostrar muita resistência, porque as comunidades são desassistidas e colocam muita fé na gente e se a gente abandonar eles não têm a quem recorrer. A CONAQ é o símbolo de resistência maior no estado.

O nosso principal parceiro no enfrentamento à violência é o Ministério Público. Mesmo que a gente preste queixa na delegacia, nos sentimos mais seguros com o MP. Os que contestam a identidade quilombola têm receio por isso, por essa parceria. Todas as comunidades vivem constantes violações de direitos e conflitos com os não quilombolas. Os não quilombolas colocam os quilombolas uns contra os outros. Cubano é um quilombo antigo e economicamente independente, inclusive com moeda própria. Tinha forte ligação com Caiena, lá uma parte é preservação do patrimônio nacional e tem ligação também com os indígenas. Os quilombolas lutam para ter o direito ao território reconhecido. Nós temos também comunidades praticamente dentro da cidade que vivem em eterna vigilância, a exemplo de Curiaú, que está praticamente dentro da cidade de Macapá.

Temos também outra comunidade, chamada São José do Natapi, que também tem que tá vigilante, ela é uma comunidade ribeirinha, vive da agricultura familiar e da pesca. Lá tem fiscalização do meio ambiente, que acaba interferindo no modo de vida da comunidade. Eles não deixam a comunidade fazer coivara, que é costume antigo dos quilombolas usarem e controlar o fogo. O meio ambiente proíbe e não ensina à comunidade outra forma de utilização da prática. A comunidade fica presa nessa questão do meio ambiente que proíbe, mas não diz como tem que ser feito. Isso compromete o cotidiano. Enquanto isso, os representantes do agronegócio seguem fazendo desmatamento geral, que destrói os elementos da natureza e provoca adoecimento na população porque o vento traz a poluição para dentro das comunidades. Focalizam muito as comunidades quilombolas, mas liberam o desmatamento para os grandes latifundiários.

As ações de formação feita pela CONAQ foram paralisadas por conta da pandemia, mas é preciso voltar a ser constante. A FCP praticamente perdeu a funcionalidade, porque a pessoa que está lá não entende nada do movimento, não entende nada de resistência. Precisamos conscientizar os nossos que estão fora do quilombo sobre a importância da luta, porque quando muitos deles precisarem sair da cidade é para o quilombo que eles vão voltar, então, nada mais justo que lutar pela terra e não deixá-la abandonada. Precisamos da terra para sobreviver. Antes de pensar em ir para a cidade, tem que entender que a cidade não tem o rio para você pescar, não tem onde planta a mandioca para fazer a farinha, tudo é diferente.

Douglas Sena dos Santos,
quilombola de Arapu no
município Óbidos, Pará



Faço parte da coordenação estadual quilombola da comissão estadual da Malungo. Dentro da Malungo eu estou inserido na regional do baixo Amazonas, quase fronteira com o Amazonas, no Pará. A coordenação das associações de comunidades negras rurais do Pará está dividido em cinco regionais. Além disso, fazemos um pouco a assessoria das comunidades quilombolas que estão aqui dentro dessa regional, municípios de Almeirim, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e ajudamos um pouco essas comunidades a caminhar dentro do possível, né?! Quando a gente fala de violação de direitos humanos ou ameaça à vida de defensores de direitos humanos, a gente pode partir do princípio de que em muitos momentos são cerceadas as falas. Inicia-se por aí. Porque quando a gente faz parte do movimento, cresce no movimento, a gente aprende a não se calar com muitas coisas. Quando você aprende a não se calar começa a incomodar aqueles que de uma forma minuciosa, calada, ficam camuflando a realidade que o povo negro, o povo quilombola, se encontra. Não só este público, mas de uma maneira geral aquelas lideranças que defendem as comunidades tradicionais, principalmente aquelas que estão aqui na Amazônia. Partindo desse fazer calar, a gente parte para situações que vêm a inibir ou coibir ou deixar de permitir o direito de ir e vir de algumas lideranças quilombolas. Por receio das suas próprias vidas, por receio da vida de seus familiares, e acaba em alguns momentos fazendo com que algumas pessoas, não por vontade só sua, mas também por uma questão familiar, abandonam o movimento. Porque é arriscado, a gente se coloca em situação às vezes que só Deus pra livrar! Às vezes a gente não sabe nem por onde entrar, nem por onde sair, mas consegue sair. E a gente vê diante dessa perspectiva o tombamento de muitas lideranças. A gente tem aí nos últimos anos um número muito acentuado de lideranças de movimentos sociais, povos tradicionais quilombolas, indígenas, enfim, que tombaram diante do capital, tombaram diante de grileiros e posseiros, de pessoas que olham pra Amazônia como grande cifrão. Não enxergam a floresta, não enxergam os povos! Eles enxergam cifrão de dinheiro e é isso que querem. E diante disso a gente precisa trabalhar o fortalecimento institucional das nossas comunidades para que elas, no entendimento de conjunto, possam amadurecer a sua defesa, a defesa do território, a defesa do povo e usar instrumentos legais para fazer com que não ocorra a invisibilidade dessas comunidades. Quanto menos falar dos povos tradicionais, quanto menos ações, quanto menos atitudes, para muitos setores da sociedade é melhor! Quando a gente começa a fazer o contrário disso é porque tá se vitimizando, que a gente tá só querendo benefícios, é porque tá querendo se sobressair, ou então quando uma liderança desponta nesse horizonte é porque ela quer, tem pretensões políticas lá na frente. Porque é o modelo de formação política que se tem. Vai ajudando aqui, vai ajudando ali, vai no ano eleitoral entra como candidato e acho que não é essa a visão do movimento ou não deveria ser essa a visão do movimento, mas uma visão de crescimento de conjunto, de crescimento de todas as formas para que nosso povo seja respeitado, sejam oferecidas condições de vida dignas. Para que a gente tenha condições de fato, de trabalhar onde a gente tá, de trabalhar as coisas que têm dentro do território, de viver a partir de lá. A gente consegue viver a partir de lá, a gente consegue não perder as raízes, manter a identidade e fazer com que divulgue para os outros aquilo que de melhor a gente sabe fazer: a agricultura, a conservação das florestas, a cultura, as rezas, essas coisas.

Agora, em questão de vivência dessa situação de ameaça, nós tivemos aqui em Óbidos um quilombola que era presidente de uma associação do território, e o território estava em finalização do processo de titulação e aí chega aquela hora das notificações, quem não é quilombola tem que se retirar, etc. Virou uma confusão muito grande e algumas pessoas o ameaçaram de morte. Uma das pessoas se ajoelhou e colocou os braços para alto na frente da equipe do Incra e disse que era pra eles levarem um recado pra esse nosso quilombola, que ele poderia se considerar um homem morto. Isso foi muito impactante.

Eu trabalho aqui na pastoral social da diocese e a gente recebe todo tipo de gente com todo tipo de problema que você imaginar a galera aparece aqui. E aí a gente tem que dar uma resposta. Nós tivemos que tirar ele às pressas da comunidade. A ameaça foi de manhã, por exemplo, de tarde a gente teve que trazer pra cidade, teve que botar em um local reservado. No outro a gente mudou ele dentro da propriedade da diocese, onde o bispo mora, porque a gente considerou um lugar mais seguro. Aí teve todo um processo com o Ministério Público, com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, algumas outras instituições parceiras que nos auxiliaram e a gente conseguiu resguardar a vida dele e da família, porque a gente teve que tirar tudinho de lá. Então, a estrutura que ele tinha dentro da comunidade foi por entre os dedos em uma velocidade muito rápida. E lá dentro da comunidade, além de ser o presidente da associação, era a pessoa que tinha o comércio que sustentava a comunidade, que os quilombolas compravam, então tudo isso ele perdeu. E até hoje ele não conseguiu voltar para dentro do território quilombola. A gente trabalhou muito na questão da proteção dele, hoje tem uma situação que considera tranquila, ele já tem outro trabalho aqui na cidade, graças a Deus.

Agora ele começou um trabalho de microempreendedor, a partir daquilo que ele sabia, do beneficiamento do açá. Então, a gente tem hoje na cidade onde ele está morando, em Óbidos, uma situação mais tranquila. Quando a informação não chega da forma correta para as pessoas que estão envolvidas nesse processo de titulação, causa toda essa problemática. Depois que aconteceu tudo isso que destruiu a vida dele dentro da comunidade quilombola, algumas pessoas que estavam nesse processo de ameaçar nos procuraram, conversaram com a gente pra entender o processo de titulação, pra ver como é, depois que verificaram que não iriam sair de mão abanando de dentro do território, que teria indenização, eles se desculparam, mas a vida do cara já era.

Outra situação, por exemplo; a gente tem aqui um grande projeto que é a construção de uma linha de transmissão que afeta dois territórios quilombolas, um é o meu, inclusive, e a gente tá na briga desde o leilão dessa linha de transmissão, acompanhando todo o processo, o que dá uma visibilidade na pessoa da gente, cria uma situação que precisa ter um pouco mais de cuidado. A gente sabe por exemplo que na diocese trabalha na linha de frente das questões sociais. Nós somos quatro pessoas que têm essa atividade junto com o bispo, nosso bispo é muito voltado pra essa questão social, graças a Deus, porque tem alguns que são mais de celebrar a missa, ele aqui não, ele arregança a manga mesmo. E aí a gente tem que tomar alguns cuidados, orientados por alguns parceiros nossos da área de segurança.

Se a gente está em um lugar público, por exemplo, se estiver comigo, você vai me ver de costas para a parede. Se não tiver uma parede tem sempre alguém que tá de frente comigo, resguardando minhas costas. Então, você não vai me ver muito em lugares de badalações.. E aí a gente observa que, por vezes, em frente à minha casa passa carros de vidros escuros bem devagarzinho, mas acho que todo mundo procura um jeito de se manter em uma linha de visão àqueles que você acha que tem um potencial, de alguma forma, de trazer alguma situação que de repente pode fugir de seu controle. E sabe que há um bom tempo a gente anda vigiado. Isso causa uma certa apreensão, mas não chega a ser uma preocupação, porque, como eu disse, cara a cara ninguém ainda fez, nem vai fazer, se Deus quiser, uma questão de ameaça a minha pessoa. Não sei, de repente daqui pra frente a gente tenha uma situação mais complicada em um dos territórios, é possível. A gente nunca sabe quais interesses estão por trás de algumas determinadas cabeças.

É, esse é um projeto da agência nacional de energia elétrica, que eles tão fazendo um projeto já há algum tempo de construção de linhas de transmissão, aí você imagina o mapa do Brasil, aí você tem o sul do país todo interligado com a linha de transmissão até Bahia, Nordeste... Só que pra essa região Norte quase não tem, então eles estão levando tanto do Sul, pelo lado do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e estão indo por Belém, já passaram por Manaus pra poder fecharem essa interligação de redes de transmissão de energia pra que o Brasil possa no futuro ser autossustentável em energia elétrica e energia limpa. A proposta é essa, então, é uma proposta do governo federal, que eles façam um leilão do trecho e as empresas apresentem suas propostas. O projeto daqui, por exemplo, é uma linha de 428 quilômetros, cerca de 1,6 bilhão de reais. O projeto de transmissão é pra estar pronto no final de 2022. O problema é que a linha de transmissão vai passar em cima de muitas comunidades que estão na lamparina. E aí a gente começou a brigar em relação a isso, a gente foi em audiências públicas, colocando o ponto de vista e as perspectivas das comunidades, e a empresa sempre falou e, não estava errada, que o projeto deles é de transmissão de energia, não de rebaixamento. E aí a gente passa pra um outro lado da briga que é com a rebaixadora de energia do estado do Pará, chamada Equatorial, e aí a empresa da construção da linha, abriu a possibilidade de levar alguns comunitários representantes de associações até Brasília, ao Ministério de Minas e Energia, no departamento que cuida do Programa Luz para Todos, e nós estivemos lá com os diretores e apresentamos a demanda das comunidades, e aí eles mandaram a gente voltar com o dever de casa, falaram: “Vocês vão precisar fazer um levantamento e dizer quantas casas tem nessas comunidades”. Aí a gente terminou agora. Entrou em pandemia e não conseguimos desenvolver mais isso. Aí agora a gente retornou, finalizamos semana passada todo esse departamento, são quase 7 mil unidades consumidoras que devem ser ligadas. Já tem todo um cronograma feito, que mesmo quando a gente estava fazendo o levantamento, já estava trabalhando isso. A gente tem reuniões periódicas, de 15 em 15 dias, com o Ministério de Minas, mais a Equatorial, mais as unidades e a empresa.

A gente saiu de uma perspectiva zero de energia elétrica nessas comunidades pra uma perspectiva de início de instalação em janeiro de 2023. Então, acho caminhamos bastante. Mas é na briga, na luta do dia a dia, e ali nesse sentido a gente precisa mesmo estar contrário aos grandes projetos, a gente precisa estar aberto ao diálogo, porque se olhar, por exemplo, pras grandes mineradoras daqui, Alcoa e a mineração Hydro Alunorte. Se a gente não pega os subsídios que elas podem deixar dentro da região, alguém vai pegar. Se é legal, se é lícito, tá pra comunidade receber, dá pra desenvolver o projeto, então vamos colocar isso em uma mesa, discutir como é que vai fazer, quem vai fazer, como vai trabalhar isso. Porque aí, querendo ou não, a gente se sente mais dono, se sente mais participante do processo. E é isso que a gente tem tentado fazer: abrir as mesas de diálogo e achar um caminho. O problema é que vai ter supressão vegetal, vai ter contaminação, vai ter impedimento de criações, plantações embaixo da linha e tudo mais, beleza, isso a gente já sabe que é o prejuízo, mas quais são os benefícios? E aí, é atrás disso que a gente tá brigando. As comunidades quilombolas, elas têm o diferencial porque a empresa é obrigada a fazer com as comunidades quilombolas o estudo do ACQ, depois a elaboração do PPAQ e tudo mais. Mas as comunidades ribeirinhas, não tem legislação que obrigue. E aí a gente criou uma outra briga com a empresa. Eu fui um dia encontrar com o gerente geral de meio ambiente e da empresa, fomos tomar uma cervejinha pra trocar umas ideias, aí eu disse pra ele: cara, vocês querem ser protagonistas dessa coisa toda? Eu tenho uma ideia pra vocês: consulta às comunidades ribeirinhas, faz o que ninguém fez ainda. Porque se eu imagino, por exemplo, um ser humano com um perfil profissional e ele faz algo que ninguém ainda fez, isso conta para o currículo dele. Então é a melhor coisa da empresa, se de repente coloca no currículo da Eletronorte Brasil que é a primeira empresa do Brasil a consultar povos ribeirinhos, sei lá, alguma coisa assim.

Isso fez crescer o score da empresa e eu acho que ele entrou nessa marca e eles colocaram uma empresa de consultoria pra fazer esse diagnóstico aos moldes da consulta prévia, mas não chega a ser uma consulta prévia. Mas é um processo de escuta das comunidades, dos impactos ambientais que a comunidade imagina sentir. A criação de projetos de geração de renda pras comunidades ribeirinhas, então a gente conseguiu andar bastante nisso. Então, citei um de dez pontos positivos desse processo de licenciamento ambiental da linha, esse é um dos pontos positivos. Nas comunidades ribeirinhas a gente conseguiu que a empresa de boa vontade fizesse as consultas das comunidades. E acho que isso se deve muito às possibilidades de abertura do diálogo. Acho que tanto da nossa parte como também da parte da empresa.

Mas a gente, com esta empresa aqui, a gente ainda não teve essa dificuldade de acesso à informação, de abrir uma mesa de diálogo. Inclusive o pessoal que veio fazer o estudo do componente quilombola foi exatamente a galera que foi demitida lá da Palmares pelo Bolsonaro. Aí eles criaram as consultorias deles e foram chamados pra fazer esse processo, então conhecem as comunidades.

Olhando pra essa estratégia de formação de lideranças, a gente tem aqui no estado do Pará instituída a mesa quilombola, sistema de acompanhamento dos processos de instituições. A gente vai pra dentro do Incra junto com o presidente de associações saber como tá o andamento dos processos, aí a gente tem dentro dos municípios a associação mãe, e aí a partir dela tem as associações comunitárias, e aí a partir da associação mãe e das comunitárias também faz o processo de formação, e aí não é um curso que a gente vai sentar e estudar não. A gente constrói esse processo no caminho dependendo da necessidade.

Uma coisa que nós iniciamos antes da pandemia aqui, e isso acho que é um processo de formação muito interessante, que culmina no documento das comunidades, que é o protocolo de consulta, a gente iniciou isso. Já participei de algumas informações dessa natureza e comecei a produzir esse processo de construção dos protocolos de consulta das comunidades. Iniciamos em Alenquer, iniciamos em Óbidos e em Oriximiná em algumas comunidades que ainda não tinham. Quando a pandemia chegou, a gente paralisou a construção.

Se alguém vier apresentar um projeto pra gente, como a gente quer que seja apresentado, qual é o tempo que quer pra analisar, qual é o tempo que quer pra responder, essas coisas todas do protocolo de consulta. Além disso, a gente aqui na diocese, por exemplo, disponibiliza para as comunidades da parte da pastoral social um curso de formação técnico em direito, um curso de formação de políticas públicas, inclusive está iniciando uma nova turma agora e algumas outras formações de associativismo, cooperativismo, orientações de resoluções de pequenos conflitos a partir da justiça restaurativa. Então a gente tenta fazer um mesclado de atividades em que vai fazendo com que a informação chegue, quando a informação chega às comunidades, elas conseguem estabelecer melhor esse processo de proteção do seu território, porque têm conhecimento de legislação. Um problema nosso é que a não temos defensoria pública e aí a gente tem que fazer um esforço maior.

Em relação às lideranças das comunidades, eu sou uma das pessoas que mais dá alerta durante as reuniões, por exemplo, se eu tenho uma agenda nas comunidades, eu me comunico com relação a essa agenda com o mínimo de pessoas possível na diretoria da associação. Aí a gente vai, eles articulam tudo, a gente faz a atividade, mas quando eu posto as fotos, por exemplo, da atividade na comunidade quilombola, é porque eu já voltei de lá. Então temos umas estratégias de segurança, de saber onde a gente está, algumas outras pessoas saberem onde a gente está, com quem a gente está e como a gente tá tratando as coisas.

Um dos nossos parceiros muito próximos é o Ministério Público Agrário, a gente tem contato com a promotora quase diariamente, até porque, como a gente trabalha aqui na pastoral social da diocese e também sou quilombola, eles têm uma confiança muito grande no trabalho da igreja. E aí a gente mantém também essa boa relação.

A gente tem algumas assessorias de outros estados que fazem alguns trabalhos com as comunidades quilombolas aqui. Com as associações temos reuniões a cada mês, a gente vê como estão as coisas, vai atrás das demandas e apresenta o encaminhamento, e tem também os grupos de Whatsapp, no nível municipal, regional, estadual e federal, em que as informações circulam.

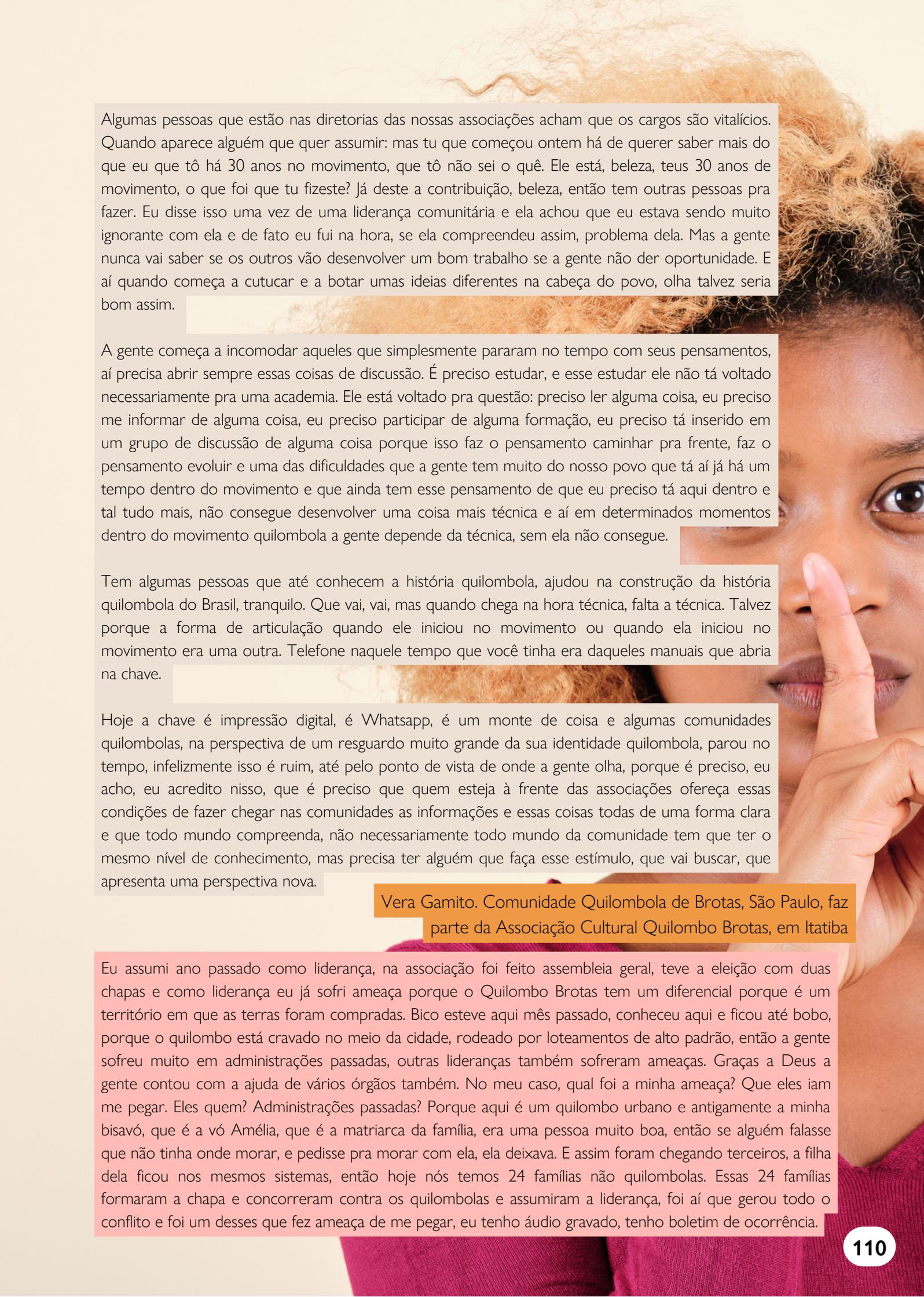
Assim, eu desligo meu Whatsapp às 22h em dias de semana, deixo zerado de mensagens, quando eu acordo 5h30/6h, normalmente vou tomar meu banho, faço um cafezinho, aí eu sento pra mandar mensagem de manhã pra galera, pra dá uma motivação pra galera ir pra frente e pra cima, e, assim, tem 600 e poucas mensagens, de grupos de quilombolas do Pará, da CONAQ, da Malungo, quilombolas perguntando, liderança pedindo informação disso e daquilo. Mas assim, os parceiros são basicamente esses, próximo mesmo é o Ministério Público Agrário, que ultimamente caminha ao lado mesmo das comunidades, fazendo aquilo que está também na competência dele. Porque às vezes a gente olha pro Ministério Público e acha que tem que ser nosso advogado, e não é assim, não é dessa forma. Advogado seria Defensoria Pública, mas a gente tenta se ajudar.

Uma das coisas que eu penso é que se a gente tivesse em um cargo desse, trazer as representações das comunidades e participar dos processos de construção das demandas das discussões, porque às vezes os nossos governantes estão muito aos moldes da Funai, que acha que tem que fazer tutela o tempo todo das comunidades indígenas. A gente tem que passar dessa época do político de estimação, a gente tem que entrar pra uma perspectiva de políticos que são formados, e aí entra mesmo o meu pensamento na questão: pra você ser um representante público, um vereador, um deputado, alguma coisa, você deveria ter no mínimo uma graduação, porque a gente está em uma legislatura agora, iniciando 2021, mas a gente passou a legislatura passada, quatro anos, em que nos dois últimos anos foram apresentados seis propostas de projetos de leis.

São 13 vereadores, mas a gente teve só 6, das 6, só conseguiram estudar e aprovar 2. Agora, no final da prestação de conta do final do mandato dos vereadores, vereador que apresentou um número de 500 não sei quantos requerimentos, 200 e não sei quantas moções públicas e tudo mais, aí um dia eu falei com um vereador assim: vereador, requerimento e moção pública qualquer cidadão pode fazer, não precisa ser vereador pra fazer.

E acho que não seria talvez uma má ideia profissionalizar a política, porque aos moldes do que a gente tem, a gente já viu no que deu. Olha pra frente e sabe no que vai dá. Agora, existe uma perspectiva de construção pra que esse cenário mude a partir dos mandatos coletivos, só que a gente não tem essa perspectiva dentro dos conglomerados políticos aí. A gente tem uns partidos de esquerda, alguns declaradamente, outros mais timidamente, e nós construímos por exemplo aqui no estado do Pará agora, inclusive na segunda ou terça-feira a gente tem o fechamento do primeiro ciclo de apresentação de candidaturas coletivas nos níveis estadual e federal puxados pela Malungo, a construção disso. E aí, nós somos cinco regionais no estado, então escolhemos cinco representantes pra estar em uma candidatura coletiva estadual e cinco representantes pra estar em uma candidatura coletiva federal. Se vai dar certo a gente só vai saber no fechamento das urnas.

O que a gente quer é apresentar uma perspectiva diferente, uma proposta diferente. A gente não tem ainda aqui na nossa região um processo formador, ou um processo formativo politicamente consolidado, não tem. A gente tem alguns ensaios e acho que tem um começo diante disso, e se a gente começa dessa forma e traz as comunidades ou as lideranças para esse processo de discussão e construção de propostas, aí a gente tem uma possibilidade, uma perspectiva nova de fazer política. Eu recebi no pleito passado convite dos cinco candidatos a prefeito daqui de Óbidos pra ser candidato a vereador.



Algumas pessoas que estão nas diretorias das nossas associações acham que os cargos são vitalícios. Quando aparece alguém que quer assumir: mas tu que começou ontem há de querer saber mais do que eu que tô há 30 anos no movimento, que tô não sei o quê. Ele está, beleza, teus 30 anos de movimento, o que foi que tu fizeste? Já deste a contribuição, beleza, então tem outras pessoas pra fazer. Eu disse isso uma vez de uma liderança comunitária e ela achou que eu estava sendo muito ignorante com ela e de fato eu fui na hora, se ela compreendeu assim, problema dela. Mas a gente nunca vai saber se os outros vão desenvolver um bom trabalho se a gente não der oportunidade. E aí quando começa a cutucar e a botar umas ideias diferentes na cabeça do povo, olha talvez seria bom assim.

A gente começa a incomodar aqueles que simplesmente pararam no tempo com seus pensamentos, aí precisa abrir sempre essas coisas de discussão. É preciso estudar, e esse estudar ele não tá voltado necessariamente pra uma academia. Ele está voltado pra questão: preciso ler alguma coisa, eu preciso me informar de alguma coisa, eu preciso participar de alguma formação, eu preciso tá inserido em um grupo de discussão de alguma coisa porque isso faz o pensamento caminhar pra frente, faz o pensamento evoluir e uma das dificuldades que a gente tem muito do nosso povo que tá aí já há um tempo dentro do movimento e que ainda tem esse pensamento de que eu preciso tá aqui dentro e tal tudo mais, não consegue desenvolver uma coisa mais técnica e aí em determinados momentos dentro do movimento quilombola a gente depende da técnica, sem ela não consegue.

Tem algumas pessoas que até conhecem a história quilombola, ajudou na construção da história quilombola do Brasil, tranquilo. Que vai, vai, mas quando chega na hora técnica, falta a técnica. Talvez porque a forma de articulação quando ele iniciou no movimento ou quando ela iniciou no movimento era uma outra. Telefone naquele tempo que você tinha era daqueles manuais que abria na chave.

Hoje a chave é impressão digital, é Whatsapp, é um monte de coisa e algumas comunidades quilombolas, na perspectiva de um resguardo muito grande da sua identidade quilombola, parou no tempo, infelizmente isso é ruim, até pelo ponto de vista de onde a gente olha, porque é preciso, eu acho, eu acredito nisso, que é preciso que quem esteja à frente das associações ofereça essas condições de fazer chegar nas comunidades as informações e essas coisas todas de uma forma clara e que todo mundo compreenda, não necessariamente todo mundo da comunidade tem que ter o mesmo nível de conhecimento, mas precisa ter alguém que faça esse estímulo, que vai buscar, que apresenta uma perspectiva nova.

Vera Gamito. Comunidade Quilombola de Brotas, São Paulo, faz parte da Associação Cultural Quilombo Brotas, em Itatiba

Eu assumi ano passado como liderança, na associação foi feito assembleia geral, teve a eleição com duas chapas e como liderança eu já sofri ameaça porque o Quilombo Brotas tem um diferencial porque é um território em que as terras foram compradas. Bico esteve aqui mês passado, conheceu aqui e ficou até bobo, porque o quilombo está cravado no meio da cidade, rodeado por loteamentos de alto padrão, então a gente sofreu muito em administrações passadas, outras lideranças também sofreram ameaças. Graças a Deus a gente contou com a ajuda de vários órgãos também. No meu caso, qual foi a minha ameaça? Que eles iam me pegar. Eles quem? Administrações passadas? Porque aqui é um quilombo urbano e antigamente a minha bisavó, que é a vó Amélia, que é a matriarca da família, era uma pessoa muito boa, então se alguém falasse que não tinha onde morar, e pedisse pra morar com ela, ela deixava. E assim foram chegando terceiros, a filha dela ficou nos mesmos sistemas, então hoje nós temos 24 famílias não quilombolas. Essas 24 famílias formaram a chapa e concorreram contra os quilombolas e assumiram a liderança, foi aí que gerou todo o conflito e foi um desses que fez ameaça de me pegar, eu tenho áudio gravado, tenho boletim de ocorrência.

Eu trabalho em outro município, saio de casa 5h da manhã e eu tenho medo. Meu marido me leva todos os dias até a rodoviária e essa pessoa ainda mora aqui dentro da comunidade, e como agora a gente tá no processo da titulação, eles vão ser desintrusados e principalmente essa pessoa, então eu tenho medo principalmente por causa dessa situação de desintrusão, tenho medo também pela minha família, porque eles estão aqui e tem pessoas que nasceram aqui e o conflito maior é que eles se voltaram contra os remanescentes quilombolas e acham que têm os mesmos direitos que a gente. Quando foi reconhecido quilombo, em 2003/2004, teve um acordo de boca que eles poderiam ficar, mas hoje eu costumo explicar pra eles; tem algum documento que foi assinado? Eles procuraram saber como é o processo de titulação, é todo um processo e chega uma hora em que perguntam se a gente quer a retirada e como houve esse conflito muito grande deles quererem a posse das nossas terras, então eles serão desintrusados.

Na administração passada de terceiros que estavam, o quilombo tem uma dívida e eles usaram isso, eles processaram quatro quilombolas que só não foram presos porque a gente correu, eles não deram tempo da gente fazer alguma coisa pra tentar pagar essa dívida e essas quatro pessoas quilombolas estão sendo processadas na justiça. Isso faz parte do conflito, das ameaças, e inclusive eu tenho pessoas que falam que essa pessoa está andando armada aqui, foi feito uma reunião com o Incra, com a Fundação Itesp também a respeito, os órgãos estão todos cientes, está tudo documentado.

Eu fiz boletim de ocorrência em uma delegacia aqui de Itatiba, o nome de quem me ameaçou é Alessandro Nunes, ele não é quilombola, ele é terceiro aqui dentro, e Gilberto Aparecido Santana, que foi presidente da associação, que é casado com uma quilombola e dava o poder pra esse Alessandro Nunes fazer o que quisesse aqui dentro da comunidade. A gente sofreu muito, andamos muito de cabeça baixa aqui, nós pedimos ajuda também ao Ministério Público, ao doutor Toxiu, que nos ajudou bastante e relatei, mandei por e-mail tudo registrado pro Incra e pra Fundação Itesp, então estão todos cientes a respeito dessa ameaça, na delegacia foi gravado áudio em CD, tá tudo arquivado, mas assim, não aconteceu nada. E fora isso eu escondi o áudio, porque eles me chamam de vagabunda, palavras de baixo calão, eles me xingam de coisas que eu tenho até vergonha de falar aqui pra você e eu escondi durante um tempo esse áudio do meu marido. Aí as pessoas perguntam: mas como você só seguiu esse áudio? Eu sempre fui uma pessoa que tive um bom relacionamento com várias pessoas aqui dentro, inclusive terceiros, e como esse terceiro estava no grupo, sabia o que estava acontecendo e me conhecendo ele não gostou, então ele me passou todas as informações que foram ditas nesse grupo, foi aí que a gente conseguiu desestabilizar eles, porque eles também tinham interesse financeiro aqui na comunidade, lavagem de dinheiro, eles estavam envolvidos com uma pessoa que estava sendo investigada pela Polícia Federal, numa operação chamada Tudo Nosso. E essas pessoas estavam entrando aqui na comunidade em forma de fazer serviços sociais, só que por traz seriam outras coisas, então essa eleição que teve ano passado, que eu ganhei como presidente, voltou pras nossas mãos. Tem outro ponto que eu gostaria de relatar: a eleição foi feita, tudo certinho, porque a associação ficou acéfala durante quatro anos, porque eles não deixavam a gente assumir, foi aí que eu consegui ganhar, só que a nossa diretoria não foi registrada ainda, porque quando teve a eleição foi dado um prazo de sete dias para o Gilberto Aparecido Fontana devolver toda documentação, passar pra diretoria que foi eleita assumir, eles vieram me entregar as documentações e as chaves, veio o Gilberto, o Alessandro e a secretária Priscila. Só que eles me entregaram e eu também fiz um documento das coisas que eu estava recebendo deles e relatei tudo em ata da assembleia que me elegeu e uma semana depois a gente teve que arrumar toda documentação pra ir registrar em cartório, chegando lá eles já tinham entregado uma ata falsa e quando se tem um documento lá, a gente não pode entregar outro. Nós ficamos sem chão, aí foi aquele corre-corre, conseguimos um defensor público, o doutor Toxiu. Ele oficiou o cartório pra saber o que estava acontecendo, o rapaz do cartório não falava pra gente "tem uma ata aqui". Outro problema que a gente passa aqui é o preconceito, nós somos muito mal atendidos no cartório, eles não nos passam informações. E foi aí que o doutor Toxiu enviou um ofício pro cartório querendo saber, aí houve a devolutiva falando que o Gilberto Aparecido Fontana havia entregado uma ata e queria impugnar a eleição. Aí começa todo um processo, eu entrei na justiça, a juíza já me deu uma sentença, eu estou como presidente da associação, só que o Gilberto Aparecido Fontana, casado com uma quilombola, recorre, ele não aceita. Então tem mais esse conflito.

Na delegacia até que eu fui muito bem atendida pelo conteúdo que eu levei, inclusive o delegado ficou espantado porque ele fala claramente "deixa que essa eu pego" e ele repete várias vezes no áudio, porque eu gosto muito de sair, de ir no pagode e ele fala "deixa a mulher do pagode de final de semana, que essa eu pego. Deixa Daniel, que essa eu pego". Na delegacia tudo bem, mas no cartório aqui de Itatiba a gente foi muito mal atendida. O dono do cartório tem ligação com essas pessoas. Tinha uma funcionária lá que frequentava a mesma tenda de umbanda da irmã do Alessandro, então ela sabia do que se tratava. Quando a gente corria pra fazer alguma coisa eles estavam sempre à frente. E muitas vezes, inclusive na assembleia da eleição, eles chamam a polícia pra gente, nós no nosso território. E o que mais me dói mesmo é a falta de respeito, porque eles foram deixados morar, não respeitam meus antepassados, nossa história. Inclusive eu tenho feito reuniões com as pessoas da comunidade, os remanescentes quilombolas, tenho explicado pra eles o valor que a gente precisa dar ao nosso território, é uma coisa que foi nos deixado, nós tivemos avós, bisavós que nasceram aqui, então temos que valorizar o que foi nos deixado, porque eles acham que é deles, mas o pior de tudo é o interesse financeiro que eles têm aqui na área. Nós temos um patrimônio muito grande de história. Minha luta mesmo é essa, eu quero preservar minha história.

Os principais empreendimentos são condomínios residenciais, mas está sendo feito um levantamento de um condomínio chamado Reserva dos Cocais, são 5 mil casas, então o levantamento está sendo feito já pra ver se tem um pacto, pra ver a compensação, fora esse que já vimos tem mais sete, todos ao redor, tem um que está colado na gente, então a gente ficou assim, pra você ver, como preservou. O Bico mesmo ficou besta com a mata preservada, você nem imagina, você chega, você olha do alto, você vê que a topografia é de um quilombo, você nem imagina que está em uma cidade.

Nessa parte estamos bem unidos, tanto é que essas informações que o Alessandro Nunes estava andando armado partiu mesmo da população, das pessoas, eles ouviram e falaram "olha, está acontecendo isso", então a gente está sempre tendo um certo cuidado, eu mesma se eu saio e volto à noite, eu tenho cuidado, eu saio 5h horas da manhã, minha prima que mora aqui em frente a gente se olha. Então a gente tem essa comunicação, e eles também têm essa preocupação, principalmente quando houver a desintrusão, eles também têm medo, sempre é a liderança que está à frente, mas a gente tem uma comissão e a gente decide tudo junto, essa é também uma maneira de nos proteger. A maioria aqui no quilombo Brotas são mulheres que estão à frente, tinha uma tia do meu pai chamada Felizmina, está até no livro. E a gente usa sempre isso, ela falava assim: "Não tenho barba na cara e nem cabelo no peito, mas tudo que um homem faz eu faço do mesmo jeito". Então a gente sempre fala isso, e tá sempre ajudando umas às outras, se protegendo dos conflitos, as ameaças e como está nesse processo da titulação, eles estão "parados", estão fazendo reuniões, eu tenho áudios, essa pessoa que me mantém informada tem nos ajudado bastante, até mesmo porque ela também precisa de proteção, o bom de se dar bem com todo mundo é que todo mundo tem se ajudado. Mas a comunidade é bem dividida mesmo, são 26 famílias remanescentes quilombolas e 24 não quilombolas.

Na delegacia até que eu fui muito bem atendida pelo conteúdo que eu levei, inclusive o delegado ficou espantado porque ele fala claramente "deixa que essa eu pego" e ele repete várias vezes no áudio, porque eu gosto muito de sair, de ir no pagode e ele fala "deixa a mulher do pagode de final de semana, que essa eu pego. Deixa Daniel, que essa eu pego". Na delegacia tudo bem, mas no cartório aqui de Itatiba a gente foi muito mal atendido. O dono do cartório tem ligação com essas pessoas. Tinha uma funcionária lá que frequentava a mesma tenda de umbanda da irmã do Alessandro, então ela sabia do que se tratava. Quando a gente corria pra fazer alguma coisa eles estavam sempre à frente. E muitas vezes, inclusive na assembleia da eleição, eles chamam a polícia pra gente, nós no nosso território. E o que mais me dói mesmo é a falta de respeito, porque eles foram deixados morar, não respeitam meus antepassados, nossa história é uma ingratidão muito grande deles acharem que têm os mesmos direitos. Inclusive eu tenho feito reuniões com as pessoas da comunidade, os remanescentes quilombolas, tenho explicado pra eles o valor que a gente precisa dar ao nosso território, é uma coisa que foi nos deixado, nós tivemos avós, bisavós que nasceram aqui, então temos que valorizar o que foi nos deixado, porque eles acham que é deles, mas o pior de tudo é o interesse financeiro que eles têm aqui na área, nós não. Nós temos um patrimônio muito grande de história. Minha luta mesmo é essa, eu quero preservar minha história.

Os principais empreendimentos são condomínios residenciais, mas está sendo feito um levantamento de um condomínio chamado Reserva dos Cocais, são 5 mil casas, então o levantamento está sendo feito já pra ver se tem um pacto, pra ver a compensação, fora esse que já vimos tem mais sete, todos ao redor, tem um que está colado na gente, então a gente ficou assim, pra você ver, como preservou. O Bico mesmo ficou besta com a mata preservada, você nem imagina, você chega, você olha do alto, você vê que a topografia é de um quilombo, você nem imagina que está em uma cidade.

Nessa parte estamos bem unidos, tanto é que essas informações que o Alessandro Nunes estava andando armado partiu mesmo da população, das pessoas, eles ouviram e falaram "olha, está acontecendo isso", então a gente está sempre tendo um certo cuidado, eu mesma se eu saio e volto à noite, eu tenho cuidado, eu saio 5h horas da manhã, minha prima que mora aqui em frente a gente se olha. Então a gente tem essa comunicação, e eles também têm essa preocupação, principalmente quando houver a desintrusão, eles também têm medo, sempre é a liderança que está à frente, mas a gente tem uma comissão e a gente decide tudo junto, essa é também uma maneira de nos proteger. A maioria aqui no quilombo Brotas são mulheres que estão à frente, tinha uma tia do meu pai chamada Felizmina, está até no livro. E a gente usa sempre isso, ela falava assim: "Não tenho barba na cara e nem cabelo no peito, mas tudo que um homem faz eu faço do mesmo jeito". Então a gente sempre fala isso, e tá sempre ajudando umas às outras, se protegendo dos conflitos, as ameaças e como está nesse processo da titulação, eles estão "parados", estão fazendo reuniões, eu tenho áudios, essa pessoa que me mantém informada tem nos ajudado bastante, até mesmo porque ela também precisa de proteção, o bom de se dar bem com todo mundo é que todo mundo tem se ajudado. Mas a comunidade é bem dividida mesmo, são 26 famílias remanescentes quilombolas e 24 não quilombolas.

Outra coisa que eu também explico é que eles poderiam ficar, mas tiveram muitas coisas no caminho, que é o processo até chegar a titulação, eles se voltaram contra os remanescentes quilombolas, é praticamente uma inversão de valores, porque eles queriam tirar os quilombolas.

Para obter informações, contamos com INCRA e vários parceiros, também o José Roberto sempre teve uma ligação muito grande com a CONAQ. Como eu assumi há um ano e meio, então o José Roberto sempre me passa bastante coisa, que o Bico vai atualizando pra ele, então tivemos bastante ajuda também da CONAQ do Incra, da Intesp e terceiros...

O Intesp nos ajudou porque o cara que faz as ameaças, o Alessandro Nunes, é uma pessoa oportunista, bom de lábia, e ele procurou esses órgãos pra inverter todos os papéis, porque quando foi feito o reconhecimento aqui do quilombo Brotas, foi feito todo errado, estavam inclusos os terceiros, e ele sempre indo nesses órgãos e o pessoal achando que ele era quilombola, e ele tendo contato direto com o pessoal do Intesp. Foi aí que, quando a gente assumiu, vimos que as coisas estavam ficando muito graves, nós chegamos a ir no Incra em São Paulo pessoalmente pra falar que não é como tava lá, que nós somos os quilombolas, os próprios órgãos não acreditavam mais na gente, de tanta coisa que ele fez de errado, ele se mostrou uma pessoa tão assim...

Tivemos que ter muito contato com o Incra, com a Fundação Intesp, pra gente provar que os quilombolas, éramos nós, então foi feito um outro levantamento bem minucioso pra mostrar quem é quem, quem é remanescente quilombola e quem não é, quem são os terceiros.

A gente foi pegando um monte de informações de outras comunidades quilombolas, a gente já está formando outros estatutos, porque o atual dá muita brecha.

Não estou inclusa no programa de proteção aos defensores dos direitos humanos, inclusive nessa reunião com o Incra, com o Intesp, foi comentado sobre as ameaças, pra saber se ele não podia ser retirado. Mas não me colocaram em nenhum programa e eu nem tenho conhecimento desse que você tá falando.

Os ameaçadores foram chamados para serem ouvidos, mas não foi dado nenhum seguimento, fui chamada na delegacia da mulher, mas não deu em nada. Primeiramente, como eu estou na cidade de Itatiba, eu acho que o prefeito da cidade teria que saber o que é um quilombo, como funcionam as leis relacionadas aos direitos quilombolas. Eu, como mulher, sou da área da saúde.

Então criar algumas leis quilombolas do município porque existe né?! É no processo da titulação que a liderança geralmente é ameaçada, os outros órgãos, como a CONAQ e principalmente o Incra, que vêm fazer a desintrusão, dar mais assessoria ao quilombola, estão mais presentes. Eu entendo que por causa da pandemia não estão trabalhando. Nós do Quilombo Brotas, já foi oficiado no cartório, então tá pra sair, e as pessoas aqui dentro já estão sabendo que serão retiradas. Então eu colocaria uma lei pra estarem presentes, no caso da polícia tem que acompanhar.

Então criar uma pasta exclusivamente bem direcionada quando tem que ter uma desintrusão, sobre a segurança. Então acho que falta mais um entendimento dos órgãos precisam conversar mais com os quilombolas, as lideranças, pra ser criado um programa relacionado à defesa, à segurança.

Eu não tenho contato nem aproximação com as organizações estaduais. Eu assumi tem tempo, estou aprendendo muito ainda, talvez até exista um programa, mas não foi passado, eu não sei. Os únicos órgãos que eu tenho contato é a CONAQ, o Incra e a Fundação Intesp. Foi feito no Ministério Público várias denúncias, mas também sem resultado nenhum.

O psicológico da gente já se abala, porque a pessoa ser ameaçada por um homem... Em um dos meus relatos na delegacia minha preocupação é: eu saio cedo pra trabalhar, saio de madrugada pra trabalhar, ainda tá escuro, então, tenho esse medo sim, meu psicológico é abalado. Teve um empreendimento aqui que a Fundação Palmares veio entregar as chaves e entregou pra anciã e a anciã era minha mãe, ela está com 83 anos, ela morava comigo, e eles deixaram as chaves com minha mãe, de uma sede nova que foi feita aqui. Os terceiros que estavam na liderança vinham direto pedir a chave pra minha mãe e, como eu saio cedo pra trabalhar, meu marido e minha filha também, minha mãe ficava sozinha. Eu tive que levar ela embora, ela não mora mais com a gente, ela ficava aqui sozinha e eu tinha medo porque eles chegaram em oito pessoas aqui na porta da minha casa pra pegar essa chave. Assim que meu pai faleceu ela veio morar comigo, hoje ela mora com meu irmão em outra cidade. Então, é um medo muito grande, uma preocupação, teve época em que eu não dormia direito. E um fator relacionado a ameaça é que eu escondi do meu marido e ele acabou ouvindo, um dia o Alessandro encarou meu marido na rua, aí os dois se pegaram, chegaram a brigar, meu marido bateu nele, ele foi na delegacia, inverteu toda história, ele ficou andando de muletas pras pessoas sentirem dó dele e assim foi...

Até hoje eu tenho muito medo, porque eu sei que a situação vai se estreitando por causa da desintração. Isso mexe comigo, eu tive uma queda de cabelo por causa de muito estresse, do medo em si. Eu tenho uma netinha que vai fazer quatro meses, minha filha tá de licença, então ela fica em casa sozinha, tenho medo, eu tenho muito medo. Eu já tô pensando em comprar câmeras, eu comprei dois cachorros de raça, de porte grande, pra ficar aqui na minha casa.

A gente vê, a gente escuta muita coisa de outras comunidades, teve irmãos que já moraram em outras comunidades, então eu tenho medo sim, e sempre peço pra Deus, quando vou abrir o portão pra sair de casa sempre olho, outro dia colocaram tábua com prego pra eu passar com o carro por cima, a sorte foi que eu vi, são esses detalhes que fazem a gente ficar mais atentos.

Não, nós somos tratados igualmente. Foi um questionamento que eu fiz já com essas palavras, como eu falo que tô aprendendo muito, como no caso das vacinas, eu tive que ir atrás, eu tive que ligar, seria uma coisa, uma programação que a gente tem o postinho aqui, eles poderiam fazer porque nós temos um local adequado, eu sinto falta disso sendo da saúde. Inclusive eu perguntei pra uma antropóloga, quais são os direitos dos quilombolas a respeito da saúde? Porque se a gente tem os direitos, então eu quero trazer pra cá, eu questionei isso, a respeito do tratamento diferencial. Não, nós somos tratados igualmente, como se não fosse uma comunidade.

Eles sabem que aqui é um quilombo, têm os agentes, eles vêm aqui, inclusive minha filha falou que ele passou, mas o que eu questiono é: quais os nossos direitos? Eles vêm, mas qual o direito quilombola? Pra eu poder cobrar, porque como falei, eu tô aprendendo muito, mas eu falo pra você: somos tratados comum.

Uma das coisas que logo que eu assumi e graças ao defensor público doutor Toxiu, o ofício que ele mandou que nós passamos a constar no Cad Único, agora a prefeitura tem uma pasta da comunidade quilombola. Com aquele documento que o defensor público enviou pra prefeitura a respeito de cestas, eles vieram fazer o Cad Único. Então agora ele sabe quem é quilombola, mas relacionado à saúde já sofremos preconceitos por falar que moramos no quilombo, então eu preciso aprender pra eu poder exigir .

Durante a pandemia eles não fizeram nem uma campanha, eles não trouxeram nem um álcool, nem uma máscara, eu que fui até a secretaria de saúde pedir cartazes para colocar na comunidade, e isso seria obrigação deles, vim até aqui.

Nós fomos vacinados em janeiro e saiu na televisão e tiveram muitas críticas "porque os quilombolas?" E é o que eu falo, tem muita gente desinformada. Foi a partir daí que o quilombo passou a ser visto, porque muita gente nem sabia.

Quando eu assumi a administração daqui, uma das coisas que fiz foi ligar na prefeitura e me identificar, isso fez o diferencial, então hoje eles sabem que existe quilombo aqui, mas aí são essas janelas que a gente precisa procurar saber pra melhorar.

Antonio João Mendes – “Antonio Crioulo” – coordenador executivo da CONAQ em Pernambuco

O boicote para que as lideranças não ocupem os espaços de decisão, seja nas estruturas governamentais, seja na direção dos conselhos. Outras questões que eu consigo enxergar são a negação de informação, a falta de investimentos em políticas públicas nos quilombos. Outra coisa são os conflitos agrários, todos os conflitos quando se trata da paralisação dos processos de regularização fundiária. Por estar na linha de frente da luta, as lideranças são as primeiras a sofrer ameaças e serem alvo dos ataques por parte de quem é contra o movimento quilombola.

Então eu enxergo essas iniciativas, mas não são só essas, na verdade, as repressões se apresentam de várias formas, inclusive na própria comunidade, nos processos de disputas internas nas comunidades por parte pessoas que querem se apropriar de bens coletivo em benefício particular.

Eu já fui ameaçado várias vezes e você também. Lembro da vez que ficamos acuados dentro da sua casa por um grupo de pessoas da comunidade que estavam a serviço dos fazendeiros? Pessoas que não compreendem o processo de construção coletiva e querem se apossar de bens coletivos para particular. Nós fomos pressionados e ameaçados, fora outros processos que a gente tem enfrentado por causa da vacina, o que mais dói perceber que é punido porque tenta lutar pelo coletivo.

Alguns casos foram denunciados na delegacia da polícia civil de Salgueiro, outros foram denúncias públicas em outras instituições, a exemplo do Ministério Público.

Apesar de nem todos entenderem a razão dos quilombolas, tem grande número de pessoas que se sentem na luta e não há nada melhor que perceber o apoio da comunidade no processo de luta. Essa força tem se apresentado principalmente nos momentos de maior conflito. Um exemplo foi agora durante a vacina, que o cara veio me ameaçar e um grupo de pessoas da comunidade foi pra cima em minha defesa e ele viu que eu não estava só.

Ao levar as demandas do povo quilombola às autoridades, os quilombolas defensores de direitos humanos prestam serviço voluntário ao Estado no sentido de contribuir com a formulação das políticas públicas da mesma forma que também prestam serviços em benefício das comunidades. Então, ao invés de perseguir, o Estado deveria garantir qualidade de vida para essas pessoas, especialmente implementando programa eficaz de proteção aos defensores de direitos humanos.

É preciso que as estruturas de proteção sejam comunitárias, que garantam a segurança. Outra coisa seria adotar políticas voltadas para proteção das lideranças que sofrerem agressão por prestarem serviços sociais, para terem a quem recorrer. Em Pernambuco tem um programa de proteção aos defensores de direitos humanos, mas funciona de forma precária, mas existe sim. Tem alguns quilombolas que são acompanhados.

Atualmente temos como parceiros principalmente organizações defensoras de direitos humanos, (Terra de Direitos, ISA, o Centro de Direitos Humanos e muitos outros), as comunidades quilombolas do estado e a CONAQ.

Joana Angélica, Quilombo Jatobá, Cabrobó, Pernambuco

As ameaças mais fortes eu sofri um dia depois que o Incra veio entregar as notificações de desintrusão dos fazendeiros. Nesse mesmo dia recebi a notícia do falecimento da minha tia e eu precisei ir apoiar a minha prima, que passava por um momento muito difícil sozinha na organização do velório.

Enquanto eu estava de viagem, um dos fazendeiros veio em minha casa, armado e agressivo, abordou a minha mãe que já é uma pessoa idosa e com começo de Alzheimer. Ele queria que ela dissesse onde eu estava. Ainda bem que naquele momento, em virtude da notícia do falecimento da tia, outros parentes estavam com a minha mãe.

Na minha ausência ele procurou o pessoal do Incra, me ligou e eu não atendi, então me passou mensagem com ameaças. Fiquei muito assustada, como se me faltasse o chão nos pés. O susto maior é porque se trata de uma pessoa que frequentava a minha casa. Eu entrei em contato com Fernando Proste, Jaqueline, Cícero e Mário de Garanhuns e eles tomaram as providências imediatas.

Atualmente Jatobá, além de ser um território quilombola, também entrou no processo de unidade de conservação ambiental estadual. Ele não concordou e saiu falando para os outros fazendeiros e parentes dele que eu estava querendo tomar as terras de todo mundo. Fizeram uma audiência pública na Câmara dos Vereadores, com a mídia local, criaram uma campanha de difamação contra mim no município de Cabrobó. O meu maior medo é porque eu conheço essas pessoas e sei do elas são capazes. A partir daí eles passaram a circular em frente de casa de moto e de carro, com a clara intenção de nos intimidar, vinham até a porteira e voltavam, aí no dia 19 Cícero chegou aqui e junto dele chegou um carro com os caras armados. Então, entramos em desespero e jogamos tudo que tinha dentro de umas bolsas saímos daqui meia noite. Passei um período fora, deixei a minha mãe para trás com saúde debilitada e depois disso ela ficou ainda mais fragilizada, em maio ela ficou com saúde muito mais comprometida. Então, eu pedi uma liminar judicial e voltei, mas o meu nome foi incluído no programa estadual de proteção aos defensores de direitos humanos.

Mas eu te digo que depois que cheguei eu não consigo dormir, vivo assustada. Os ameaçadores moram muito perto, o que separa a nossa moradia é a serra, mas eles sabem onde eu moro e podem chegar a qualquer momento sem ninguém ver. Não existe um distanciamento nem para pedir socorro à polícia e se eu tentar não vai dar tempo, porque eles estão a dois quilômetros e eu não posso contar com sistema de segurança mais próximo. A polícia de Cabrobó se negou a me dar segurança. Então as unidades mais próximas são em Petrolina ou Serra Talhada, que estão a vários quilômetros de distância.

O programa de proteção consiste em uma declaração constando que eu estou no programa de proteção, instalaram câmeras em volta de casa. Esses equipamentos já deram defeito desde o ano passado, já solicitei manutenção e ativação dessas câmeras, mas os responsáveis até agora não apareceram. O medo só aumenta a cada dia porque de vez em quando o ameaçador com seus parentes passam aqui na frente de casa.

Eu posso afirmar que não são peças boas, em outras oportunidades nós já fomos vítimas dessas pessoas, por nada eles já tiraram a vida do meu irmão em 2003. Então eu estou bem apreensiva com tudo isso, então eu, meus filhos e minha mãe vivemos praticamente presos dentro de casa. A partir das 17h as portas estão fechadas, quem chegar pode bater, gritar, se não se identificar, ninguém entra e ninguém sai.

Eu fiquei tão assustada que não saí mais para nenhuma cidade próxima, o programa dos defensores de direitos humanos tentou registrar queixa por mim, mas Cabrobó se negou a me atender.

Então, estou jogada à própria sorte, os inimigos passam na porta na hora que querem e a unidade do programa de proteção aos defensores de direitos humanos está a 600 quilômetros de distância. Eu fiquei bem chateada com a coordenadora do programa, porque ela me informou que eu seria inserida no programa, mas eu tenho que estar no território. Então eu falei "você está a 600 quilômetros, a polícia está a 200 quilômetros, outra a quase 300, então depois que eu estiver enterrada vocês tomam providências".

A polícia que vocês dizem que mais ou menos entende dessa situação é de Petrolina, que está a quase 300 quilômetros. Salgueiro não tem, Cabrobó também não, Cabrobó se negou a me dar proteção porque disse que não tem pessoas suficientes nem tem pessoas preparadas para esse tipo de ação.

Nas palavras da coordenadora do programa, "tem que pagar para ver". Então questionei: "Quando eu estiver enterrada, vocês vão tomar providências, por que os ameaçadores têm envolvimento com plantios ilícitos, já foram presos, são pessoas envolvidas no tráfico, drogas e não estão nem aí. Eles estão a três quilômetros de mim, vocês acham que as câmeras me dão proteção?" Então isso foi aumentando o meu medo e a revolta, o mais difícil é você saber que seus vizinhos prestam serviços a quem me persegue.

É como se eles tivessem câmera aqui, eles sabem tudo sobre mim. Então eu não me sinto protegida, me sinto solta, por exemplo, tem hora que tem gente circulando, mexem no trinco da minha porta, há quem diga que estou impressionada e respondo, "vem morar para você ver!"

O pior é que geralmente isso acontece nas madrugadas. A comunidade às vezes me trata como se eu nunca tivesse feito nada por ela, então com toda essa situação eu saí, me afastei de tudo mesmo. Atualmente tem outros coordenadores com outras vivências. Tem pessoas que são a favor da luta, outras são contrárias. A gente pensa que as pessoas são de confiança e de repente se descobre que possa estar ao lado do inimigo. Eu não estou me sentindo segura nem com as pessoas de casa, não consigo confiar em ninguém.

O programa de proteção funciona da seguinte forma: eles colocam câmera em volta de casa. Se acontecer alguma coisa eles recolhem o equipamento. A gravação tem duração de cinco dias, depois disso apaga tudo. Então não é uma segurança, até porque elas não estão funcionando.

Como a energia é monofásica, falta energia com frequência por isso o equipamento queimou, eu comuniquei ao programa. Então, seis de janeiro deste ano de 2021 teve uma queda de energia, a partir daí só uma câmera continuou funcionando. Dia 13 teve outra queda de energia e pronto, nenhum funciona mais, mais uma vez comuniquei e os técnicos nunca apareceram para consertar, então é complicado.

Os principais parceiros que tenho contado são Selma Dealdina, Douglas Belkchior e Antonio Crioulo, essas pessoas estão mais atentas do que o programa de proteção. Eles sempre entram em contato para saber como eu estou e sobre as novidades. Eu só estou na comunidade ainda porque a minha mãe precisa de mim. Mas pretendo sair em breve, além do mais, a situação financeira é bem complicada.

Quando eu e as crianças ficamos uma temporada em Castainho, elas estão matriculadas na escola de lá. Por conta da pandemia, as aulas não funcionam presencialmente, por isso as crianças não estão prejudicadas, quando as aulas voltarem a ser presencial eu pretendo sair daqui para eles não ficarem prejudicados. Estou negociando com minha irmã para ela assumir os cuidados com a minha mãe no tempo que eu ficar fora. Talvez eu me anime novamente para a luta. No momento você não vê fotos minhas no Facebook, bate papo, atendo telefone quando conheço a pessoa que está ligando por exemplo, você, eu só atendi porque vi a foto, tenho me resguardado o máximo que posso.

Já que eu não posso contar com esse programa, eu tenho que me virá como posso e o jeito que encontrei foi me ocultar para não dar de cara por aí com os agressores. Tenho acompanhado e participado das ações do movimento quilombola, mas sem aparecer, não me manifesto, mas estou atenta à luta.

A comunidade de Jatobá virou o local de referência; tudo da região se resolve em reunião realizada aqui, por exemplo, o Banco do Nordeste faz as reuniões aqui e os fazendeiros vêm participar. Aí nesse dia eu fico enlouquecida, saio puxando a minha mãe e as crianças para a casa da minha tia, dentro da casa dela fecho as portas e ficamos escondidas, assustada, tendo como guardiãs as minhas tias que já são pessoas idosas. Na reunião do Banco do Nordeste significou um dia de sufoco, só depois que todo mundo foi embora eu reuni coragem para voltar para cuidar de casa.

Aqui eles participam de reuniões, estão sempre bebendo nos bares perto de casa. Então eles estão muito mais presentes aqui na comunidade do que se imagina. Então imagina como eu me sinto. O cara que me ameaça anda aqui armado na hora que quer. A minha prima pegou uma carona com ele, ela viu e me avisou que ele estava armado. Então estar aqui é correr risco dia após dia. Nesse período de pandemia acontece muita aglomeração e bebedeira aqui na comunidade. Então fica tudo muito complicado.

Os programas de apoio teriam que ser mais eficientes. As lideranças passam por muitas dificuldades financeiras, eu tenho filhos, as condições da minha família não são boas, eu tenho que encontrar meios para viver de alguma forma. Atualmente sou funcionária pública, mas a partir do momento que eu sair da comunidade eu perco tudo, deixo de ser assalariada, e aí dá um nó na cabeça da gente. Nos dias que passei fora, a CONAQ tinha um fundo e me salvou durante cinco meses.

Aqui na comunidade eu estou em casa, por isso não pago aluguel. Mas se eu precisar sair com meus três filhos não terei casa. Eu tinha que fazer um cadastramento, o prefeito de Cabrobó é delegado, veio à minha casa a gente conversou. Mas nós somos um público sempre negligenciado, rejeitado. Para os governos federal, estadual e municipal nos tratam como se fôssemos empecilhos, muralhas que estão ali para atrapalhar. Eu não sei nem que palavras usar. As lideranças que lutam em defesa da comunidade são vistas como problema e não como parte das soluções. Então se um de nós fosse a pessoa lá dentro a gente daria maior atenção para essas situações. A regularização fundiária é um passo muito importante de ser avançado. Nossos representantes serão diferentes do atual presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, que só complica o que já está difícil para população que é sempre excluída e marginalizada.

Durante os governos de Lula e Dilma houve importantes avanços, conseguimos várias conquistas. Mas nesses governos que não conhecem e nem querem conhecer a realidade da nossa luta, sempre nos trataram com descaso, para os poderosos é melhor nos invisibilizar e tirar do caminho. O movimento quilombola é muito ativo, desenvolve ações muito importantes, mas tem que se preparar para essas situações relacionadas à segurança das quilombolas defensoras de direitos humanos.

Em Pernambuco, os casos mais graves ocorreram em Conceição das Crioulas, Salgueiro e Jatobá. Então são essas comunidades que estão com processo de regulamentação avançado. O movimento tem que se atentar para acionar os programas de proteção quando outros quilombos estiverem com os processos em evolução, porque quando se trata da regularização fundiária, ameaças aumentam.

Os programas de proteção têm a melhorar, antes as visitas eram de três em três meses, depois para seis e agora nem isso. Aqui o programa apareceu em setembro de 2020, de lá para cá sequer responde as mensagens, a última mensagem que o programa respondeu foi dia 3 de fevereiro. Então é como se escrevesse falando com as paredes. Dia 3 de fevereiro entrei em contato para falar sobre a manutenção das câmeras. Eles falam da importância da rede comunitária, mas eles mesmos não ligam. Jaqueline geralmente ligava uma vez por semana. Nesse contato sobre as câmeras, eles disseram "estaremos em reunião, vamos verificar suas informações e retornar", isso foi no mês dois nós estamos no mês sete, são seis meses e até agora nada. Quando os equipamentos funcionavam eu ficava mais tranquila porque pelo menos eu via quem chegava na minha porta sem abrir a porta.



Depois disso, por duas vezes eu abri a porta e tinha gente na frente da minha casa; como estava escuro eu não sei quem era, o que estava fazendo altas horas na frente da minha casa. As famílias de Jatobá foram beneficiadas com duzentas casas, mas decidimos não transformar a comunidade em vila. Entendemos que seria melhor cada família nos locais onde estavam no território. Mas mesmo assim o local de referência, onde são realizadas as atividades coletivas, é onde estão localizadas igrejas, a escola e estes espaços se constituem como local de encontros, reuniões, assembleias, atendimento médico e outras atividades, é como se fosse o centro da comunidade.

Então é um local onde circula muita gente e o medo aumenta. Eu ia dar uma entrevista para o pessoal da França sobre como eu me isolei, depois soube que eles vieram e conversaram com outras pessoas. Hoje estou em poucos grupos e acabo perdendo muitas coisas. Mas saí até dos grupos da comunidade, eu saí porque não sei mais em quem confiar. Então, enquanto eu estiver aqui, me sinto mais segura sem me expor nas reuniões ou outras atividades. Se eu puder ajudar em alguma coisa eu colaboro, mas à distância.

FONTES DE PESQUISAS

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental com Pedido de Medida Liminar (ADPF). Racismo e violência contra quilombos no Brasil. Terra de Direitos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

Vidas em luta: criminalização e violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil: volume III. Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos; organização Layza Queiroz Santos et al. 3. ed. Curitiba: Terra de Direitos, 2020.



A large, stylized black letter 'A' is centered on a dark green background. A white grid pattern is overlaid on the background. Inside the right-hand curve of the 'A', the words 'AGRICULTURA FAMILIAR' are written in white, uppercase, sans-serif font, following the curve of the letter.

AGRICULTURA FAMILIAR



AGRICULTURA FAMILIAR

FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO

*DIAGNÓSTICO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS
NOS BIOMAS CERRADO E CAATINGA: MARANHÃO, MINAS GERAIS, MATO GROSSO DO SUL,
ALAGOAS, CEARÁ, PIAUÍ E SERGIPE*



FRANCILÉIA PAULA DE CASTRO

– Quilombola, pantaneira (quilombo campina de Pedra - Poconé, Mato Grosso) engenheira agrônoma, mestra em saúde pública, consultora da CONAQ Responsável pelo Diagnóstico da Agricultura Familiar Quilombola – AFQ, realizado em comunidades quilombolas em sete estados brasileiros: MG, MS, PI, MA, SE, CE e AL, compreendendo os biomas Cerrado e Caatinga.

Este relatório apresenta o resultado final do Diagnóstico da Agricultura Familiar Quilombola (AFQ), realizado pela CONAQ em 50 comunidades quilombolas em sete estados brasileiros: MG, MS, PI, MA, SE, CE e AL, compreendendo os biomas Cerrado e Caatinga.

Consultora: Franciléia Paula de Castro

Período do relatório: junho a novembro de 2021

1. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Etapa I

Consiste em levantamento prévio de informações referentes à AFQ em amplitude estadual, pesquisas documentais iniciais e diálogos com lideranças da CONAQ e do movimento quilombola na região/estado. Foram realizadas sete reuniões virtuais para subsídios iniciais sobre o contexto dos territórios quilombolas, abordando os temas relacionados a seguir.

Reuniões estaduais com lideranças da CONAQ e movimento quilombola nos estados:

- Principais características produtivas da agricultura quilombola no estado: arranjos produtivos, contribuição para a segurança alimentar e nutricional das famílias, principais canais de comercialização e dificuldades encontradas.
- Políticas públicas existentes voltadas ao apoio à agricultura nas comunidades quilombolas.
- Organizações parceiras e que desenvolvem alguma ação de apoio à AFQ no estado (sociais e governamentais).
- Como a AFQ está organizada na região, estruturas e formas de manejo dos agroecossistemas.
- A promoção da agroecologia nas comunidades.
- Indicação de comunidades para diagnóstico para segunda fase do diagnóstico – anexo 2.

Critérios de seleção das comunidades: a seleção foi feita a partir dos contextos específicos de cada estado/bioma, considerando os diversos processos de organização (grupos formais e informais), terras próprias e terras arrendadas para agricultura, acesso a água, participação de mulheres e jovens e atividades diversificadas na agricultura.

Etapa 2

Consiste no detalhamento do diagnóstico nas comunidades selecionadas na etapa I, com entrevistas e diálogos com 50 comunidades quilombolas nos sete estados, com levantamento de informações em contexto local da Agricultura Familiar Quilombola.

ETAPA I – INFORMAÇÕES POR ESTADO



1. ALAGOAS BIOMA: CAATINGA



Participantes da reunião:

Manoel Oliveira e Valdirene Silva, Berenita.

O estado tem 70 comunidades quilombolas, destas, de 40% a 60% desenvolvem atividades ligadas à agricultura, todas localizadas na área rural do estado.

1.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

As comunidades quilombolas do estado de Alagoas em sua maioria cultivam alimentos para o consumo alimentar das famílias, como por exemplo, a produção da farinha de forma artesanal. Desenvolvem a criação de pequenos animais, como galinhas, porcos e cabras. Estima-se que 70% das comunidades produzem o necessário para o abastecimento alimentar.

Os agricultores(as) destacam a redução das chuvas, as mudanças climáticas e o aumento do desmatamento como desafios para a manutenção das atividades agrícolas nas comunidades quilombolas. A escassez de água interfere nos cultivos e afeta diretamente a manutenção de espécies alimentares.

Como consequência disso observa-se uma seleção pelos agricultores(as) de variedades mais resistentes à seca, o que tem provocado o desaparecimento de espécies alimentares como o arroz crioulo, algodão, amendoim, melancia, abóbora, maxixe e quiabo. A criação animal diminuiu devido à dificuldade no acesso à água.

O acesso à terra para agricultura está diretamente relacionado com a regularização dos territórios quilombolas. Com a pressão latifundiária na região, que faz com que as comunidades estejam em territórios estrangulados e tenham poucas áreas para a agricultura, resta a estratégia de plantio de pequenas áreas, como quintais, ou arrendamento de terras fora dos quilombos.

Outro desafio para a manutenção da agricultura é a mão de obra nas comunidades, já que as atividades são realizadas pela família, porém, há um êxodo principalmente de jovens para as cidades, comprometendo a continuidade das atividades de agricultura.

Um dos entraves para a comercialização das famílias se encontra nas etapas de escoamento da produção das comunidades até os centros urbanos, feiras e supermercados. Muitas comunidades não possuem veículos próprios para escoamento da produção, ficando vulnerável às ações de atravessadores, que normalmente pagam um preço muito baixo pela produção.

Em relação aos processos de organização, a coordenação quilombola do estado está formalizada com CNPJ e sempre tem buscado projetos e ações nas comunidades, porém apenas algumas têm associação regularizada.

O procedimento de organização dos grupos da Agricultura Familiar Quilombola ainda tem sido difícil e burocrático. Faltam informações e apoio técnico para registro das associações em cartórios, advogados e contratação de contadores.

A CONAQ estadual iniciou um processo de formação e acompanhamento para a organização social nas comunidades, mas está paralisado devido ao contexto da pandemia.

1.2 Políticas públicas

Até o momento não existem políticas públicas específicas para a agricultura quilombola no estado. O que se observa são ações fragmentadas e pontuais em alguns municípios, via secretarias municipais de agricultura com apoio dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs).

Entre essas ações destacam-se as doações de sementes (milho e feijão) pelo governo estadual. Ação que também só foi possível devido à articulação do movimento quilombola no Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral) e na Secretaria de Agricultura do governo do estado nos anos de 2010 a 2013, que atendeu algumas comunidades.

Um dos fatores que limitou a aquisição dessas sementes pelas comunidades quilombolas foi o cadastro. O programa tinha critério de cadastros exigidos para agricultores(as) familiares de forma ampla, e em muitos casos vinculava a aquisição a uma organização juridicamente constituída.

Quando o governo estadual repassa a competência de execução dessas ações para os municípios há problemas na operacionalização. No caso da distribuição de sementes nas comunidades quilombolas, muitas famílias relataram descontinuidade no plantio devido aos atrasos das entregas das sementes, chegando às comunidades fora do calendário agrícola e das chuvas.

Porém, há especificidades em municípios que operacionalizam o programa de doações de sementes e fazem estas chegarem até as comunidades. Tem quilombo com 50 famílias que conseguiu plantar até 1.020 kg de sementes por ano.

Além das sementes, algumas secretarias municipais têm apoiado de forma pontual, com disponibilidade de tratores para preparo da terra, mas na maioria dos casos é feito com o tradicional arado de tração animal.

Outra dificuldade está nos cadastros de acesso a editais e programas de compra da agricultura familiar, já que são realizados em sistemas on-line, não considerando que muitos quilombos não têm acesso à internet, ou as informações necessárias no tempo hábil exigido pelos órgãos governamentais.

Alguns grupos de mulheres manifestam interesse de acessar o mercado institucional através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Porém, poucas famílias conseguem acessar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento exigido para cadastro das famílias como fornecedoras do programa e também ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Falta apoio e orientação para conseguir a documentação exigida e, com a pandemia, as dificuldades aumentaram. As famílias que conseguiram acessar a DAP foram as beneficiadas com a construção das casas via Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). E apenas uma comunidade das 70 no estado possui a titularização da terra, a comunidade Tabacaria, em Palmeiras dos Índios.

O Incra não tem assumido a emissão de DAPS para as famílias quilombolas, então elas têm buscado apoio na Emater. Alguns STTRs também emitem DAPS, porém apenas para as famílias associadas.

O movimento quilombola considera estratégico a participação em espaços de controle social para incidir no âmbito institucional. Conseguiram em anos anteriores ações voltadas a atender demandas das mulheres quilombolas em 22 comunidades, mas aconteceu uma descontinuidade nos últimos anos com a mudança dos gestores governamentais.

1.3 Assistência técnica

As comunidades não recebem assistência técnica específica, seja do governo ou de instituições privadas. Algumas que estão associadas aos STTRs nos municípios conseguem apoio técnico, mas de maneira pontual, e na maioria das vezes não contemplam os contextos da agricultura quilombola.

1.4 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas

O tamanho das roças varia e os cultivos são diversos. Não são todas as comunidades que têm terras para agricultura, quem não tem acaba se tornando meeiros, arrendando áreas próximas. Muitas dessas áreas de plantio estão fora do quilombo, e o resultado do que se planta é dividido com quem é dono da terra.

A maioria dos agricultores(as) não utilizam agrotóxicos nas áreas de plantio, pela prioridade na manutenção de práticas tradicionais e naturais de agricultura que vêm sendo passadas de geração a geração.

É expressivo o uso da enxada, foice, arado de cavalo e boi. Mesmo que em muitos casos a reprodução dessas práticas agrícolas seja vista como atrasada e o uso de mecanização seja considerado um luxo.

1.5 Organizações parceiras

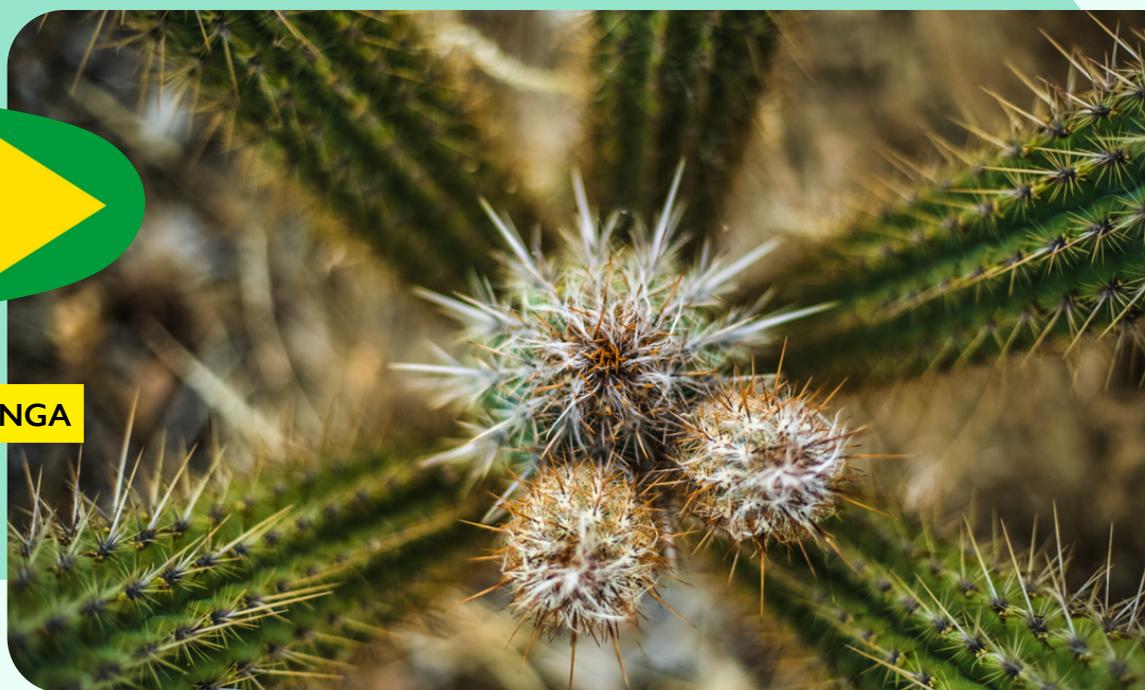
STTRs nos municípios, Movimento Sem Terra (MST), Frente Nacional de Lutas (FNL), grupos indígenas (Tingui-Botó), Movimento Negro estadual, Centro de Cultura e Estudos Étnicos Anajô. É possível ainda estabelecer diálogos com a Secretaria Estadual de Agricultura, Secretaria Estadual de Meio ambiente e o Iteral.

1.6 Recomendações preliminares

- Ações e projetos que garantam acesso à água, recuperação de nascentes e captação alternativa voltada para abastecimento das áreas de produção e criação animal.
- Enriquecimento de quintais produtivos e projetos que considerem pequenos espaços devido à pouca disponibilidade para terras de agricultura.
- Produção de insumos próprios, como ração alternativa para criação de pequenos animais, e resgate e plantio de sementes crioulas ou tradicionais do local, para romper dependência externa ou ficar refém a todo ciclo da compra das sementes.
- Investir nos grupos de mulheres que estão buscando o acesso aos programas institucionais como PAA e PNAE, apoio ao acesso à documentação exigida.
- Incentivar a participação da juventude em projetos e ações para fortalecer a atuação dos jovens nos processos de organização e produtivo nas comunidades.



2. CEARÁ BIOMA: CAATINGA



Participantes:

Clemildo Souza, Cristina e Aurila Souza.

O movimento quilombola estima que existam de 85 a 100 comunidades quilombolas no Ceará, porém, apenas 54 comunidades estão certificadas pela Fundação Palmares.

2.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

O sertão do estado do Ceará tem forte expressão do cultivo de feijão, inhame, milho e mandioca para alimentação.

Da mandioca são produzidos as farinhas, tapioca e goma, que são comercializadas e são importantes fontes de renda para os quilombos. A maioria das unidades de processamento são artesanais.

É realizada a criação de pequenos animais, como galinhas, para produção de carnes e ovos para consumo, além de porcos e muitos caprinos: cabras em sua maioria e algumas ovelhas. A criação de gado é pouco expressiva, com predomínio da produção leiteira, e em alguns lugares há criação de abelhas nativas para extração do mel, principalmente para o consumo.

Recentemente os órgãos de agricultura do estado iniciaram um trabalho em algumas comunidades para a inovação dos sistemas de produção agrícola da agricultura familiar, com a criação de abelhas sem ferrão voltadas à comercialização de mel, e a criação de tilápia pelo chamado “sisteminha Embrapa: produção sustentável e integrada de alimentos”. Isso vem sendo implementado em algumas comunidades rurais para a criação de aves nos quintais associada à criação de peixes em pequenos tanques d’água, considerando o tamanho das áreas disponíveis para plantio e criação de animais.

Existem comunidades quilombolas com maior disponibilidade e acesso à água que têm investido na produção de hortaliças, com plantios de cebolinha, tomate e coentro, entre outros.

Há sobretudo no Ceará um grande potencial frutífero, com cultivos de manga, caju, laranja e jacá. O caju é uma das frutas com boa produtividade na região, cultivado em algumas comunidades quilombolas, que têm de minifábricas de castanhas-de-caju. Porém, as famílias consideram que o caju poderia ser melhor aproveitado, para além da castanha, já que existe uma demanda grande em Fortaleza.

Na região litoral, o coco tem potencial de renda para as famílias, mas a comercialização fica concentrada na mão de atravessadores, grandes proprietários e empresas.

No Cariri, algumas comunidades quilombolas realizam o extrativismo do pequi para extração de óleo.

O pescado tem papel fundamental nas comunidades quilombolas litorâneas, os peixes, ostras e caranguejos são fonte de alimentos e renda para as famílias. Os manguezais são importantes para as comunidades quilombolas, entretanto, vêm sofrendo com a contaminação pelas empresas instaladas nessas regiões.

O artesanato é uma fonte de renda importante nas comunidades e está relacionado com o manejo da biodiversidade local. Algumas comunidades quilombolas fazem o aproveitamento da folha do coqueiro, da palha da carnaúba e produzem bolsas e chapéus, outras fazem o beneficiamento do fruto e produzem a farinha, produto que tem demanda muito grande pela indústria de cosméticos. Normalmente se utiliza a mão de obra quilombola, mas são comercializados por atravessadores, que repassam a grandes proprietários que exportam o produto já beneficiado.

A região de Serra produz muita banana, o café vem diminuindo, junto com a produção da rapadura, em declínio nas comunidades, assim como o plantio do algodão e a extração do óleo de coco de babaçu, cultivos que vêm desaparecendo devido à pressão fundiária e perda das terras.

A indisponibilidade de terras e a água para agricultura é um dos principais problemas detectados. Há relatos de que são instaladas cercas por grandes proprietários, que limitam o acesso às fontes de águas pelos quilombos.

A insegurança alimentar cresceu muito nos últimos anos com as perdas de direitos e cortes em programas sociais como o Bolsa família. No período da seca a produção de alimentos fica abaixo de 50%.

O êxodo rural e o racismo institucional enfrentado dentro dos órgãos públicos têm dificultado muito o desenvolvimento da agricultura quilombola no Ceará.

2.2 Políticas públicas

Não existem políticas públicas que sejam direcionadas para a agricultura quilombola, apenas ações fragmentadas e pontuais. Haja vista que o movimento quilombola vem exigindo na Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, nos últimos anos, pautas relacionadas à Assistência Técnica (ATER) Quilombola e a regularização dos territórios.

Recentemente foi aprovado na Assembleia Legislativa do Ceará a lei Wilson Brandão, que transforma o programa de regularização fundiária do Ceará em uma política pública. De acordo com o projeto, a Política Estadual de Regularização Fundiária Rural observará princípios e diretrizes como a cooperação e coparticipação entre governo do Ceará, União federal e os municípios; o desenvolvimento rural sustentável e solidário, além da valorização e proteção da agricultura familiar. Porém é um processo que acontece sem diálogo com o movimento quilombola.

No âmbito dos municípios, o apoio governamental às comunidades quilombolas tem apresentado nos últimos anos uma descontinuidade de ações, antes estava mais concentrado nas realizações das feiras livres, agroecológicas e da agricultura familiar, o que reduziu muito, principalmente nesse período de pandemia. Fato que tem dado margem para concentração da comercialização dos alimentos nas mãos de atravessadores.

Em alguns municípios, como Caucaia, a CONAQ tem estabelecido parceria com o Instituto Veredas da Cidadania, que desenvolve um projeto de ATER em algumas comunidades quilombolas da região, mas também não tem especificidades de ATER Quilombola.

O PAA, a princípio, era um programa voltado à produção quilombola, tinha grupos de mulheres que faziam bolos tradicionais nas comunidades e comercializavam via programa. Hoje em dia não está funcionando, diminuiu bastante o acesso e os recursos disponíveis, e muitas pessoas ficaram desacreditadas no programa.

Já o PNAE, as famílias quilombolas sempre buscaram o acesso, principalmente por verem a necessidade de melhoria na alimentação escolar do próprio território. Porém as dificuldades nos municípios para emissão das DAPs interferem diretamente na inserção das famílias quilombolas no programa. Essa dificuldade de inserção acontece tanto no PAA como no PNAE. As famílias têm buscado a Ematerce para apoio nas emissões de DAPs.

Outro gargalo em relação ao acesso ao PNAE pelos quilombolas é a não inclusão dos alimentos produzidos nas comunidades no edital de compra dos municípios. Não tem participação social na construção das chamadas públicas e não tem sido dado prioridade para a agricultura quilombola.

A presença dos atravessadores nos territórios quilombolas, com promessas de emissão de DAPs para acesso ao PNAE, utilizando de cooptação das famílias para adesão a projetos já prontos, tem provocado vários problemas e denúncias ao Ministério Público. O acesso ao PNAE acaba ficando concentrado em cooperativas externas maiores.

Observa-se que na ausência de políticas públicas para a Agricultura Familiar Quilombola e omissão do Estado, tem se criado espaços para atuação de grupos empresariais como os do chamado sistema “S” (Sebrae, SESI, Senar, Senai) nas regiões a partir das demandas dos sindicatos. Algumas famílias quilombolas participam de capacitações e palestras, mas as ações são articuladas por outras entidades e na maioria das vezes não atendem as demandas e realidades dos quilombos.

2.3 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará desenvolve o programa “Hora de Plantar” – com doação de sementes de feijão e milho híbrido. Os agricultores(as) relatam que muitas vezes as sementes não se adaptam e apresentam baixa produtividade. Alguns quilombos têm suas próprias sementes crioulas, com casas de sementes apoiadas pela Cáritas que têm um trabalho histórico na região com sementes tradicionais.

O debate político em torno da agroecologia ainda está solto, a maioria das famílias quilombolas têm consciência sobre os plantios sem uso de agrotóxicos, participam de feiras agroecológicas, mas ainda de forma pontual. A produção agroecológica está desarticulada com a ATER, o que torna a transição agroecológica mais difícil para os agricultores(as).

2.4 Organizações parceiras

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Cáritas Diocesana, Instituto Agropolos do Ceará, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (Ceppir), UFCE/UNILAB, Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado/Cooder e a Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP/ Projeto São José), Incra, Mesa Brasil/SESC - organiza a distribuição e doação de alimentos nas comunidades, Instituto Federal do Ceará (IFCE), Neabs, Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais em alguns municípios, alguns Sintrafs regionalizados, Ematerce em alguns municípios, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Veredas da Cidadania, através de um programa do Governo Federal/Ementa parlamentar tem desenvolvido projeto de ATER em alguns territórios da região metropolitana e Fortaleza.

2.5 Recomendações preliminares

- Investir nos canais curtos de comercialização, como feiras livres, feira quilombola, feiras agroecológicas, considerando a existência de grupos organizados e já acessando esses canais.
- Desenvolvimento de sistemas agrícolas que se adequem à realidade dos tamanhos das áreas disponíveis nas comunidades, que proporcionem a integram da criação de animais e cultivos diversificados.
- Os investimentos nas casas de farinhas e no aproveitamento e beneficiamento das castanhas-de-caju.
- O agroextrativismo tem potencial na região, bem como a produção de frutas e a confecção de artesanatos com matéria-prima das comunidades.
- ATER Quilombola voltada para organização de empreendimentos coletivos para atender a demanda da comercialização e eliminar a interferência dos atravessadores.



Participantes:

Welligthon, Maria Gressí, Tereza Barros.

Estima-se que existam mais de 60 comunidades quilombolas no estado de Sergipe, porém apenas 32 se encontram certificadas pela Fundação Palmares.

3.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

Sergipe possui uma quantidade considerável de comunidades quilombolas em relação ao tamanho do estado, com uma diversidade muito grande a partir de regiões geográficas diferentes.

Existem comunidades quilombolas de pesca que neste momento se encontram prejudicadas, com rios poluídos, correntes e cancelas colocados nas passagens dos pescadores. Muitas dessas comunidades têm trabalho com artesanato de barro, mas vivem da agricultura também.

No território luziense tem uma certificação que envolve mais de sete comunidades. Todas são comunidades costeiras, mas também vivem da plantação de milho, macaxeira e principalmente do pescado.

A Comunidade Porto da Areia, apesar de ser registrada como urbana, tem características rurais e vive da pesca. O rio Piauí está poluído e as famílias precisam andar longas distâncias para pegar os pescados.

Por ser uma comunidade próxima ao centro urbano, as famílias vivem de outras fontes de renda também. Mas a agricultura é um ponto forte nesse território, tanto que o movimento quilombola está buscando formas de retomar a feira tradicional que existia no município.

Nas comunidades costeiras as mulheres atuam diretamente com o pescado, limpam, tratam e vendem o peixe seco no mercado, o camarão cozido... ou seja, desenvolvem uma diversidade de atividades.

A Comunidade Maloca é um quilombo urbano no centro da capital Aracaju, vive do artesanato, de uma feira comunitária, e pretende trabalhar com agricultura urbana através de um projeto com a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro).

As comunidades Pontal da Barra, Alagamar e Aningas são costeiras e vivem do pescado, a comunidade de Alagamar vive do artesanato em palha, produzido pelas mulheres.

Descendo o baixo São Francisco, tem as comunidades que trabalham com turismo comunitário. No sertão as comunidades trabalham com as áreas de plantações, produzem e vendem. Mas muitas precisam vender mão de obra, plantam na terra dos outros “plantando e vendendo o dia”. Devido as terras serem poucas nos quilombos para agricultura.

Ainda existem comunidades que se encontram em pequenas áreas, estão cercadas por fazendas, e acabam perdendo a características de agricultura e passam fornecer mão de obra para terceiros. O movimento quilombola de Sergipe tem visitado as comunidades e dentre as demandas levantadas pelas famílias está a realização das feiras nas comunidades e ATER Quilombola.

Uma das dificuldades identificadas nas comunidades é o acesso à água. Alguns municípios entram com o fornecimento de água via caminhão pipa durante o verão. E no período de seca a prioridade é a produção de alimentos para o sustento das famílias, no inverno produzem para o consumo e comercialização fora da comunidade.

As comunidades têm um potencial muito grande para o turismo comunitário. Mas não há nenhuma iniciativa governamental que estimule essa linha.

Na Comunidade Caraíbas realizam a criação de suínos, aves e hortaliças. Tem comunidades como Campo das Folhas e Lagoa dos Campinhos em processos mais avançados no trabalho de produção de frutas nessa região litorânea, na beira do rio.

A Comunidade Serra da Guia no alto sertão, tem a cultura forte do plantio de feijão e milho e do gado leiteiro, já vem das raízes do alto sertão.

De forma geral a pesca, a agricultura familiar e o artesanato são os três principais pilares para o desenvolvimento nas comunidades quilombolas em Sergipe.

3.2 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas

A luta das famílias quilombolas é para manter a agricultura quilombola, agroecológica e sem uso dos agrotóxicos.

O grupo de mulheres no Quilombo Mocambo, em Aquidabã, segue se organizando para produção de hortaliças sem agrotóxicos. Porém, a falta de apoio técnico tem dificultado. Elas contam apenas com apoios pontuais da Emdagro.

Assim as comunidades seguem buscando saídas com inseticidas naturais e cuidando das plantações.

Existem comunidades que têm suas próprias sementes crioulas, a exemplo da Comunidade Quilombola Sítio Alto, localizada no município de Simão Dias. Mas a comunidade precisa de incentivo para manter a casa de sementes e apoio para que essas sementes cheguem até as demais comunidades. Além das sementes é preciso formação dos agricultores(as) para demonstrar a importância das sementes crioulas para a agricultura quilombola.

3.3 Políticas públicas

O movimento quilombola estava avançando em articulações com a Secretaria de Agricultura do Estado para a criação de termos de cooperação para venda direta dos produtos da agricultura quilombola. Mas a pandemia paralisou a ação, e mudanças internas no órgão fragilizaram o processo de articulação.

Está sendo construindo um novo edital do PAA estadual e as comunidades quilombolas tem expectativas para o acesso, entretanto não há experiência na execução do processo. O MST é o movimento que mais articula essa pauta por dentro das secretarias do estado, a CONAQ está buscando um diálogo para garantir o acesso de algumas famílias.

O Incra não tem fornecido as DAPs como deveria, o estado não tem uma organização que atenda as demandas dos quilombos. As DAPS têm sido emitidas em muitos municípios na categoria de agricultores(as) familiares e não quilombolas. A Emdagro é um dos órgãos que têm emitido as DAPs para as comunidades quilombolas.

O turismo comunitário é um ponto positivo que precisa ser melhor explorado, todavia precisariam partir de construção de um programa junto as comunidades quilombolas.

Quem tem feito reuniões com as comunidades quilombolas sobre o turismo comunitário tem sido os técnicos(as) do Sebrae, que na opinião das lideranças adotam métodos que não se adequam à realidade quilombola.

O governo do estado do Sergipe desenvolve o projeto “Dom Távora”, que atende nove comunidades quilombolas. Uma ação em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com objetivo de contribuir para a redução da pobreza rural, mediante apoio aos pequenos produtores, de forma que estes desenvolvam negócios agropecuários e não-agropecuários que contribuam para a segurança alimentar e permitam a inclusão pelo trabalho e pela renda de maneira sustentável.

Para o movimento quilombola, o projeto Dom Távora reproduz uma lógica impositiva. Ele envolve 103 comunidades rurais em Sergipe e apenas 9 destas são quilombolas e 1 de terreiro.

São projetos diversos, e que deveriam partir da aptidão e demandas das comunidades. A exemplo de comunidades que receberam financiamento para construção de infraestruturas e aquisição de aves, cabras pequenas, aviários, material para construção de aviários, motores para produção de ração. Acompanhado de uma ATER dos técnicos da Emdagro, que levam projetos prontos, não havendo discussão com as comunidades.

De forma geral os projetos de apoio à agricultura quilombola precisam estar alinhados com as estratégias de ATER e precisam ser dialogados e construídos com as comunidades.

Essas comunidades, através do Dom Távora, estão começando a trabalhar e desenvolver projetos e ações nas comunidades considerados inovadores.

A comunidade Brejão dos Negos conseguiu uma fábrica de extração de óleo de coco, vai começar a produzir óleo de coco, vizinha tem a comunidade de Santa Cruz, que vai produzir camarão.

E existem outras comunidades que estão trabalhando com atividades como criação de cabras e galinhas, que não eram atividades desenvolvidas nessas comunidades. Portanto, necessitam assistência técnica continuada, com foco na permanência a longo prazo dessas atividades e equipamentos que foram conquistados com o projeto Dom Távora.

Outro fator que preocupa as lideranças são as mudanças na forma de produção. Existe um grupo misto de 17 famílias de criadores de aves, que já criavam, mas de forma tradicional, galinhas caipiras, e agora receberam equipamentos para a implantação de galinheiros com 100 aves, ração e chocadeira.

O governo do estado tem abordado a criação de um “selo quilombola” para valorização dos produtos, em parceria com a universidade, mas este também é um debate pontual, desarticulado com as estratégias de comercialização e da produção.

Na atual conjuntura governamental e com a pandemia de Covid-19 está muito difícil demandar políticas públicas para Agricultura Familiar Quilombola, avaliam.

3.4 Organizações parceiras

Professores das comunidades, contadores das associações, antropóloga regional – consultora do projeto de Brejo Grande, consultores independentes, pesquisadores(as) da UFS, Seagro/Projeto Dom Távora.

3.5 Recomendações preliminares

- Investimento no turismo comunitário – criando programas a partir das demandas e realidades das comunidades.
- Escassez hídrica na região do sertão precisa entrar nas estratégias.
- Iniciativas de casa de sementes crioulas tem avaliação positiva, com demandas de ampliação para outras comunidades, aliadas a ATER voltada para o resgate dessas sementes.
- Formação em gestão e organização de empreendimentos nas comunidades, para eliminar a atuação de atravessadores. Considerando que tem comunidades que estão organizadas como associação quilombola e outras não, mas falta construir e criar coordenações específicas.



4. PIAUÍ BIOMA: CAATINGA

Participantes:

Arnaldo e Maria Rosalina.

O estado tem 98 comunidades certificadas pela Fundação Palmares, com outras demandas para reconhecimento no estado.

4.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

A base de sustentação das comunidades quilombolas no Piauí vem do cultivo do milho, feijão, mandioca, arroz, cana-de-açúcar entre outros. Os sistemas produtivos variam por região, com comunidades no semiárido e outras em áreas mais úmidas.

O maior número de quilombos está no semiárido e desenvolve a criação de animais de pequeno porte, ovinos e caprinos, galinhas e porcos. A produção de alimentos além do consumo também é comercializada nas feiras dos pequenos municípios e outros conseguiram acessar o PAA e PNAE. A dificuldade maior para a agricultura quilombola é a falta de chuva e consequentemente acesso à água para produção e criação.

A não regularização do território também é outro fator que interfere diretamente na agricultura, considerando que as comunidades estão pressionadas e perdendo suas terras para o agronegócio.

4.2 Políticas públicas

O estado e os municípios são omissos no desenvolvimento e execução de políticas públicas para apoio da agricultura familiar. Desde o preparo da terra até a comercialização as comunidades não têm apoio do Poder Público.

Algumas comunidades acessaram o PAA, comercializando produtos, e também foram beneficiadas com cestas de alimentos do próprio programa. As operacionalizações dessas políticas públicas apresentam muitos entraves, havendo um desencontro nas estratégias no âmbito federal, estadual e municipal.

As comunidades encontram na maioria das vezes dificuldades para acessar programas como PAA e PNAE. As exigências de documentações que não se adequam à realidade é um fator limitante e a não existência de assistência técnica para apoio na elaboração dos projetos e apresentação da documentação que muda constantemente são problemáticas vivenciadas.

4.3 Assistência técnica

A assistência técnica é precária e quando acontece está relacionada a projetos pontuais nas comunidades. No final do projeto, acaba a assistência e a comunidade volta a ficar desassistida e sem suporte técnico.

4.4 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas/práticas agroecológicas

A agricultura é na maioria das vezes feita de forma tradicional, mantém práticas de manejo que são passadas de geração a geração. Algumas comunidades têm casas de sementes.

O sistema de pousio é utilizado nas áreas de plantio, deixando a terra descansar por anos após os cultivos. Práticas como essas são importantes, pois as chuvas são escassas nessa região do semiárido, o que deixa os sistemas agrícolas mais fragilizados.

O manejo animal é realizado com a criação de espécies caipiras, com trocas entre as famílias nas comunidades, o que configura um intenso fluxo genético de sementes e fauna.

4.5 Organizações parceiras

Emater, Sindicato dos trabalhadores(as) rurais, Incra.

4.6 Recomendações preliminares

- Projetos e recursos destinados ao acesso a água, como perfuração de poços, demanda de algumas comunidades.
- Investir em formação de agentes técnicos na própria comunidade para apoio a acesso a políticas públicas e voltadas para a gestão de associações.
- Ações que possam fortalecer as casas das sementes crioulas nas comunidades.



Participantes:

Arnaldo e Maria Rosalina.



O estado tem 98 comunidades certificadas pela Fundação Palmares, com outras demandas para reconhecimento no estado.

4.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

A base de sustentação das comunidades quilombolas no Piauí vem do cultivo do milho, feijão, mandioca, arroz, cana-de-açúcar entre outros. Os sistemas produtivos variam por região, com comunidades no semiárido e outras em áreas mais úmidas.

O maior número de quilombos está no semiárido e desenvolve a criação de animais de pequeno porte, ovinos e caprinos, galinhas e porcos. A produção de alimentos além do consumo também é comercializada nas feiras dos pequenos municípios e outros conseguiram acessar o PAA e PNAE.

A dificuldade maior para a agricultura quilombola é a falta de chuva e conseqüentemente acesso à água para produção e criação.

A não regularização do território também é outro fator que interfere diretamente na agricultura, considerando que as comunidades estão pressionadas e perdendo suas terras para o agronegócio.

4.2 Políticas públicas

O estado e os municípios são omissos no desenvolvimento e execução de políticas públicas para apoio da agricultura familiar. Desde o preparo da terra até a comercialização as comunidades não têm apoio do Poder Público.

Algumas comunidades acessaram o PAA, comercializando produtos, e também foram beneficiadas com cestas de alimentos do próprio programa. As operacionalizações dessas políticas públicas apresentam muitos entraves, havendo um desencontro nas estratégias no âmbito federal, estadual e municipal.

As comunidades encontram na maioria das vezes dificuldades para acessar programas como PAA e PNAE. As exigências de documentações que não se adequam à realidade é um fator limitante e a não existência de assistência técnica para apoio na elaboração dos projetos e apresentação da documentação que muda constantemente são problemáticas vivenciadas.

4.3 Assistência técnica

A assistência técnica é precária e quando acontece está relacionada a projetos pontuais nas comunidades. No final do projeto, acaba a assistência e a comunidade volta a ficar desassistida e sem suporte técnico.

4.4 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas/práticas agroecológicas

A agricultura é na maioria das vezes feita de forma tradicional, mantém práticas de manejo que são passadas de geração a geração. Algumas comunidades têm casas de sementes.

O sistema de pousio é utilizado nas áreas de plantio, deixando a terra descansar por anos após os cultivos. Práticas como essas são importantes, pois as chuvas são escassas nessa região do semiárido, o que deixa os sistemas agrícolas mais fragilizados.

O manejo animal é realizado com a criação de espécies caipiras, com trocas entre as famílias nas comunidades, o que configura um intenso fluxo genético de sementes e fauna.

4.5 Organizações parceiras

Emater, Sindicato dos trabalhadores(as) rurais, Incra.

4.6 Recomendações preliminares

- Projetos e recursos destinados ao acesso a água, como perfuração de poços, demanda de algumas comunidades.
- Investir em formação de agentes técnicos na própria comunidade para apoio a acesso a políticas públicas e voltadas para a gestão de associações.
- Ações que possam fortalecer as casas das sementes crioulas nas comunidades.



5. MARANHÃO BIOMA: CERRADO

Participantes:

Célia, Celso, Ivo.

○ Maranhão possui mais de 1.300 comunidades quilombolas identificadas.

5.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

A agricultura integra parte importante da história das comunidades quilombolas no Maranhão, onde a produção das roças, além de garantir a alimentação das famílias, gera renda para 90% das comunidades. Os sistemas produtivos incluem a criação de pequenos animais como galinhas, porcos, gado pé duro, roçados em plantios diversos e a produção de farinha de forma artesanal, entre outros.

O trabalho é realizado de forma “rústica” como avaliam os agricultores(as). A mecanização é utilizada por uma porção menor de famílias nas etapas de preparo do solo, mas a maioria das comunidades trabalha em roças em sistemas de cultivos tradicionais.

Um dos desafios levantados é o de garantir que as gerações futuras mantenham o manejo tradicional agrícola presente nessas comunidades. Em muitos casos a roça de toco é vista como um “atraso”, o que tem levado algumas comunidades a manifestarem interesse em mecanizar suas áreas de produção por achar que é mais fácil e tecnológico o manejo. Mas o que está em discussão para a agricultura quilombola é como otimizar o sistema agrícola tradicional, garantindo o aumento da produção, com sustentabilidade e conservação ambiental dos agroecossistemas.

De forma geral os quilombos no Maranhão possuem poucas áreas mecanizadas, e na região do Cerrado observa-se que as comunidades têm sofrido forte pressão para mudança de modelo da agricultura. Devido ao avanço do agronegócio, com conseqüente uso de pacotes químicos e maquinários.

Há sobretudo iniciativas que tentam conciliar o uso de tecnologias agrícolas, preservação das práticas tradicionais de agricultura e conservação da biodiversidade.

Devido às fragilidades nos processos de regularização fundiária, algumas áreas quilombolas estão ocupadas por propriedades privadas que cobram pelo uso da terra.

Por outro lado, as práticas extrativistas estão associadas à sustentabilidade das comunidades. As mulheres quebradeiras de coco exercem um protagonismo no manejo do babaçu, com extração do óleo, palha. Entretanto, é uma cadeia produtiva que precisa estudar as particularidades de cada região e do bioma.

Em relação à organização social, o histórico de ocupação do território, a atuação de movimentos sociais e da Igreja Católica, e os conflitos de terras no Maranhão, com o recebimento de títulos, levaram à criação das associações nas comunidades quilombolas.

Atualmente existem comunidades em vários estágios de organização. Um grande problema observado é o de que muitas associações tiveram a sua criação relacionada ao acesso a políticas públicas, que em muitos casos está atrelado à existência de uma organização formalizada juridicamente. Mas há dificuldades na gestão desses empreendimentos.

Nos últimos anos, o movimento quilombola vem trabalhando na reorganização dessas associações, voltadas aos contextos socioculturais das comunidades e seus formatos específicos de organização social nos territórios.

Em relação a processos de agroindustrialização da produção, ainda é um debate distante da maioria das comunidades.

5.2 Políticas públicas

As ações se encontram fragmentadas nos órgãos públicos e distante das realidades dos quilombos. Observa-se ainda uma postura institucional dos órgãos públicos desarticulada. As informações sobre as políticas públicas e projetos de apoio que são criadas não chegam às bases das comunidades.

Algumas comunidades conseguiram acessar o PAA e o PNAE de forma individual. O principal entrave para acesso a esses programas é uma série de documentos exigidos e o curto prazo para elaborar os projetos. São processos burocráticos, nos quais os editais e chamamentos públicos, mesmo que sejam direcionados para PCTs, não dialogam com a realidade desses povos.

O governo do estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), lançou editais de credenciamento ao Programa de Compras da Agricultura Familiar (Procaf), que beneficia povos indígenas e associações. Mas ainda é difícil o acesso pelas comunidades, principalmente quanto as exigências de documentação para o credenciamento, que não consideram a situação dessas comunidades de não regularização dos territórios e documentos de posse da terra.

No site do governo do estado se encontram divulgadas ações com comunidades quilombolas, como os editais do Pronaf, mas na prática o acesso é mínimo. Alguns agricultores(as) quilombolas conseguiram acessar o Pronaf, mas são casos isolados. Na maioria das vezes o calendário do banco é diferente do calendário dos agricultores(as) e da produção agrícola.

Houve no estado uma iniciativa pelo governo para o plantio da mandioca pela agricultura familiar em parceria com a Ambev. Incluiu cursos da cadeia da mandioca focados em melhoramento para mercado – iniciativas da Embrapa com ações no Senar, Sebrae e Senai. Mas nada direcionado a comunidades quilombolas.

O estado tem uma política de criação do “selo quilombola”, está em fase de implantação em algumas comunidades. Todavia, tem pouca difusão, quase ninguém sabe como acessar o selo.

Tem o programa “Maranhão Quilombola”, que é um programa e articulação da Secretaria de Estado de Igualdade Racial (SEIR) em parceria com outras secretarias do estado e municípios. São eixos desse programa: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida (ECAM, 2021). Porém, na prática o programa não é operacionalizado como proposto e dentre as dificuldades está a articulação com os municípios.

5.3 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas/práticas agroecológicas

Muitas comunidades ainda cultivam suas próprias sementes crioulas, contudo, o que se observa é que se criou nos últimos anos uma relação de dependência em receber essas sementes do Poder Público Municipal.

Na maioria das vezes as sementes doadas pelo estado apresentam problemas para adaptação nas áreas de plantio, pois são sementes compradas em outras regiões e estados.

A maioria das comunidades realiza práticas tradicionais de agricultura, como a roça de toco, e são poucas as comunidades que adotam o uso de maquinários mecanizados.

Um dos fatores que leva à manutenção das práticas tradicionais de agricultura é a proteção ambiental, considerando o uso da terra.

As roças de toco são consideradas uma tecnologia milenar com práticas ancestrais, a prova disso é a produção e fertilidade mantida ao longo dos tempos de ocupação dos territórios pelas famílias quilombolas.

5.4 Organizações parceiras

Parceiro próximo: Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Parcerias pontuais e diálogos: Sindicatos dos Trabalhadores(as) Rurais, Sociedade de Direitos Humanos, Quebradeiras de Coco (MIQCB), e em alguns municípios a Secretaria de Igualdade Racial, Coordenação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Coneruq), Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), Comissão Pastoral da Terra (CPT). No estado as parcerias são temporárias, devido à mudança de gestores.

O movimento agroecológico é parceiro no estado, porém há fatores que limitam o debate, pois ainda traz uma visão uniforme da agroecologia, não reconhecendo contribuições específicas de comunidades tradicionais e quilombolas, que fazem agroecologia há muito tempo.

5.5 Recomendações preliminares

- Ações voltadas à identificação e reconhecimento de práticas tradicionais de agricultura nas comunidades.
- Ações sobre gestão quilombola dos empreendimentos coletivos e de organização para a produção e comercialização da agricultura familiar.
- Desenvolvimento de tecnologias sociais para otimização dos sistemas produtivos nas comunidades.
- Incentivar o agroextrativismo como eixo produtivo em potencial no estado.

6. MINAS GERAIS BIOMA: CERRADO



Participantes:

Sandra Maria da Silva Andrade

6.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

.Em Minas Gerais, os sistemas produtivos incluem cultivos principais de mandioca, banana, cana-de-açúcar, entre outros, tendo como destino principal a alimentação das famílias. Os alimentos produzidos são trocados entre as famílias nas comunidades, e/ou comercializados em feiras dos municípios.

Entretanto, boa parte da comercialização se encontra nas mãos de atravessadores, que pagam preços baixos. A exemplo do artesanato das comunidades, como jarros de barro e de capim dourado, comprados por um preço muito barato nos quilombos e vendidos por alto preço no exterior

Algumas comunidades trabalham com artesanato, turismo comunitário e rural, mas salientam que é necessário construir projetos a partir da gestão das próprias comunidades, com autonomia nos processos.

A agricultura nas comunidades inclui a criação de porcos, plantio de hortaliças, feijão, milho, batata-doce, entre outros alimentos. Existem ainda comunidades que são referência na produção de açúcar mascavo, com agroindústria e criação de gado para leite.

As comunidades demandam por investimentos em equipamentos e tecnologias, para melhoria das condições do trabalho. Desejam se estruturar com equipamentos, mas sem perder a tradição e a cultura.

As áreas e cultivos se encontram limitados nessas comunidades, devido à perda de território. Algumas comunidades produzem hortaliças, entretanto a manutenção das áreas de produção se encontra ameaçada pelo avanço do agronegócio no entorno.

Na região do rio Doce, muitas comunidades querem investir na agricultura, mas, devido à invasão de grandes proprietários de terra e empresas que se instalaram no território, estão impossibilitados do acesso à terra e aos bens naturais, como fontes de água, essenciais para a agricultura.

O acesso à água é fator preocupante, um problema na região do Jequitinhonha. Devido ao assoreamento dos rios que abastecem o estado e o uso irresponsável de empreendimentos do agronegócio que captam muita água, a exemplo do setor de mineração.

6.2 Políticas públicas

O movimento quilombola continua ativo na busca de apoio para as comunidades quilombolas, porém, com as mudanças de gestão no estado, houve grandes retrocessos. A exemplo de parcerias que aconteciam com a Emater, que foram muito importantes, mas descontinuadas nos últimos anos.

Algumas comunidades quilombolas tinham projeto de compra da produção dos alimentos através do PAA, mas se encerraram devido ao desmonte desses programas sociais pelo Governo Federal e estadual.

Houve um esforço muito grande das famílias para acesso a programas como PAA e PNAE, estabeleceram parceria com a Emater para emissão das DAPs, mas na maioria das comunidades a documentação se limitou à participação nos programas de compra da agricultura familiar.

No último governo conseguiram ter apoio direto a demandas de pequenos projetos das comunidades que eram voltados à criação de pequenos animais, agricultura, costura e artesanato. Com as mudanças governamentais, atualmente as comunidades estão sobrevivendo a partir dos esforços próprios.

Também há dificuldade em se conseguir apoio para as comunidades quilombolas em um estado com fortes características ruralistas e racistas. Mesmo assim, a CONAQ e lideranças quilombolas participam de espaços de controle social, como os conselhos de povos e comunidades tradicionais, na busca por apoio e parcerias.

Atualmente tem um projeto com o Ministério Público do Estado (MPE) e a Secretaria de Desenvolvimento Social para atender as demandas das comunidades, porém, apenas uma das mais de mil comunidades entrou nesse projeto, devido aos critérios estabelecidos no projeto de uma vaga para cada segmento. Observe-se que o estado tem vários segmentos que se identificam como Povos e Comunidades Tradicionais (PCT).

6.3 Assistência técnica

A ATER faz falta para as comunidades, principalmente no apoio para acessar mercados e políticas públicas.

Muitas associações quilombolas se encontram inadimplentes. As comunidades estão tendo maiores dificuldade em manter as associações regularizadas, principalmente nesse contexto de crise na geração de renda.

Não houve um processo de discussão da gestão desses empreendimentos, as comunidades criaram as associações para acessar alguma política pública, e não houve um acompanhamento e orientações sobre a gestão administrativas dessas associações.

Outra preocupação é a entrada do sistema “S” nas comunidades, que geralmente leva projetos prontos, pacotes tecnológicos que tiram a identidade da Agricultura Familiar Quilombola.

Consideram ainda importante as políticas públicas de apoio à educação para a juventude, com formação em diversas áreas, incluindo a agricultura.

6.4 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas/práticas agroecológicas

O agroextrativismo é uma atividade muito presente nas comunidades, com aproveitamento de frutos do Cerrado, como baru, pequi e macaúba. Mas ainda está muito centrado nos processos de coleta e não de processamento, devido à falta de estruturas nas comunidades.

Os sistemas agrícolas tradicionais nas comunidades são um ponto forte para a manutenção da biodiversidade, a exemplo das famílias quilombolas que são apanhadores(as) de flores sempre vivas. Elas tiveram em 2020 o reconhecimento de Sistema Agrícola Tradicional (SAT) de manejo do Cerrado, como um patrimônio mundial reconhecido pela FAO.

A agroecologia é considerada um nome novo para práticas que sempre estiveram presentes nas comunidades quilombolas. Não usavam agrotóxicos e produziam de forma natural. Infelizmente hoje não está sendo possível a manutenção dessa relação agricultura/natureza. A chegada de grandes empreendimentos do agronegócio tem sido uma ameaça, o que altera os modos de vida e muda o território.

6.5 Organizações parceiras

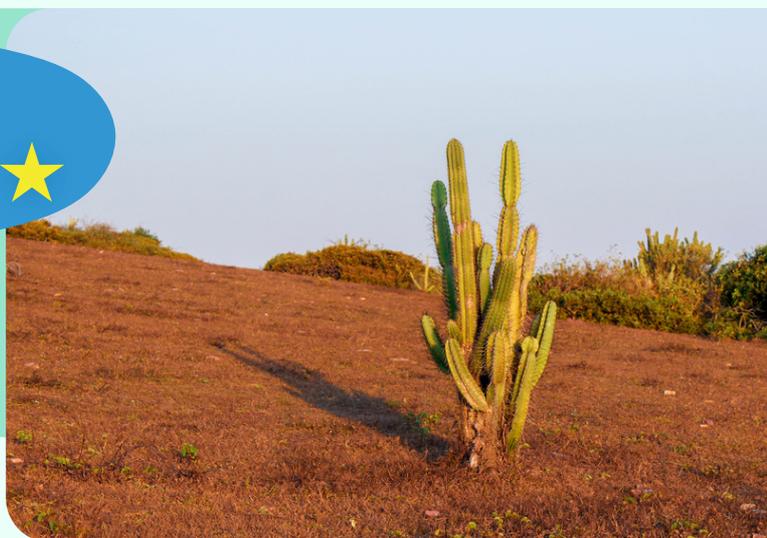
Federação N'Golo, Cáritas, Emater, STTRs, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Contag e ECAM.

6.6 Recomendações preliminares

- Buscar apoio e projetos com organizações parceiras para a regularização das associações quilombolas que se encontrem inadimplentes.
- Buscar formas para registro e possibilidade das associações quilombolas administrarem recursos financeiros com ajustes fiscais que se adequem à realidade.
- Emissão de notas fiscais para as vendas dos produtos, pois para venda em mercados como o PNAE muitas associações, por serem sem fins lucrativos, ficam impossibilitadas de emitir nota fiscal.



7. MATO GROSSO DO SUL BIOMA: CERRADO



Participantes:

Adalto, Jorge Malaquias, Vania, Vera Lucia e Lucinéia.

7.1 Caracterização da Agricultura Familiar Quilombola

Os sistemas produtivos nas comunidades quilombolas em Mato Grosso do Sul estão organizados na produção de hortaliças, plantio de roças de feijão, mandioca, milho, derivados da cana-de-açúcar, bananas, criação de animais como porcos, galinhas, gado para corte e leite e produção de farinha de forma artesanal. Comunidades quilombolas ribeirinhas também vivem da pesca.

Há relatos de comunidades quilombolas que eram rurais, mas, devido à pressão fundiária, se tornaram comunidades periurbanas ou urbanas, como a Comunidade Tia Eva, que perdeu suas áreas destinadas à agricultura. Hoje a comunidade reproduz práticas nos quintais com plantio de espécies frutíferas, ervas medicinais e hortas, passando a ser prestadora de serviços em Campo Grande. Mas ainda mantém o empreendedorismo afro por grupos de mulheres.

Outras comunidades investiram na criação de galinhas poedeiras e gado de corte para comercialização no frigorífico da região, por meio da inscrição estadual de alguns agricultores(as). A produção de hortaliças é vendida para cooperativas locais, na Ceasa e também na própria comunidade e feiras livres dos municípios. A produção também é comercializada em grandes mercados da região. Algumas comunidades conseguiram acessar o PNAE e PAA.

Como a região tem potencial turístico, há muita procura direto nas comunidades pela produção quilombola. Já a produção artesanal, como farinhas, melado e rapadura, tem canais de comercialização consolidados na capital e em outros municípios, em supermercados e feiras.

A produção leiteira nas comunidades é um ponto forte, porém os produtores ficam reféns dos preços baixos dos atravessadores. E a produtividade oscila muito com o período da seca. As famílias não possuem estruturas para beneficiar o leite e precisam entregar para os laticínios da região para ser comercializado.

As comunidades desejam desenvolver processos que possibilitem organizar melhor a comercialização dos seus produtos. O “selo quilombola” é uma promessa do governo.

O associativismo ficou mais voltado para as cadeias produtivas do que como um espaço de organização, e em alguns casos envolve famílias não quilombolas que moram na região.

Os tamanhos das áreas das comunidades são pequenos para criação de animais maiores como gado. As mulheres assumem em muitos casos as tarefas da produção de alimentos, considerando que muitos homens saem da comunidade para trabalhar em fazendas vizinhas. A exemplo do grupo de mulheres da Comunidade Furnas do Dionísio, que trabalham com produtos derivados de cana e comercializam em festivais e feiras. E tem iniciado um resgate do artesanato nas comunidades através da confecção de peneiras de palha.

A falta de água é um fator que preocupa, devido aos períodos de seca cada vez mais prolongados. A escassez de água é relacionada também ao desmatamento e ao avanço do agronegócio no estado com plantios de soja, pastagem e cana próximos aos rios.

7.2 Políticas públicas

Não há políticas públicas ou programas específicos para agricultura quilombola, pois muitas vezes as comunidades não são nem consideradas quilombolas pelo Estado.

Muitas famílias buscaram a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) para emissão da DAP para acesso a políticas públicas como PAA e PNAE. Entretanto, algumas não conseguiram atender as solicitações de documentação. Outras relatam que tiveram que fazer o CAR particular, buscaram declarações de reconhecimento no Incra para abertura da inscrição estadual e acesso ao PNAE.

A falta de titularização dos territórios tem impossibilitado o acesso a políticas públicas.

O acesso ao PNAE via associação também apresentou problemas devido à emissão da nota fiscal. Assim, em muitos casos o acesso se deu de forma individual, via inscrição estadual de produtor. Existe uma comunidade que conseguiu acessar o PNAE e fornecer produtos processados por meio de agroindústria comunitária existente na comunidade, com produção de pães, pamonhas, doces, queijo, farinhas, mel e hortaliças para atender 28 escolas municipais e estaduais e firmaram parcerias com a ação social.

A garantia do preço fixo desses programas é importante, considerando que não tem oscilação durante o ano, que dá garantia e estabilidade para os agricultores(as) se planejarem, mas infelizmente o PAA reduziu muitos nos últimos anos.

Estão em busca do acesso ao “selo arte”, criado em 2019 pelo governo do estado via Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar. O Selo Arte de Mato Grosso do Sul visa possibilitar que produtos artesanais de origem animal, mesmo tendo apenas a certificação sanitária do município, possam ser comercializados em todo o Brasil.

No município de Maracaju existe o programa de inspeção sanitária que se tornou referência no estado e no Brasil. O Serviço de Inspeção Municipal de Produtos Alimentícios Artesanais da Agricultura Familiar e Urbana (Simpaf) é o único programa no país que tem uma lei que certifica os produtos alimentícios artesanais da agricultura familiar para que possam ser comercializados de forma legal. Com isso, o município pode comprar esses alimentos e fornecer na merenda escolar. Em relação ao Pronaf, há interesse dos agricultores(as) para acesso, mas encontram dificuldades e falta de apoio técnico na elaboração dos projetos e documentação.

7.3 Assistência técnica

Possuem parcerias técnicas com algumas prefeituras, a exemplo da Prefeitura de Maracaju. Sebrae tem uma iniciativa de criação do selo municipal quilombola para comercialização dos produtos em alguns municípios. O Senar vem realizando cursos sobre operacionalização financeira através das demandas via Sindicato dos Produtores Rurais. Universidades têm realizado projetos de extensão sobre reflorestamento de áreas degrad

7.4 Biodiversidade e manejo dos agroecossistemas/práticas agroecológicas

Atualmente existem cinco projetos em Mato Grosso do Sul financiados pelo DGM Brasil e Banco Mundial voltados para a agroecologia e para a recuperação de nascentes e áreas degradadas.

Um dos impactos observados é o plantio de soja, pastagens e milho transgênicos próximos às comunidades, com desmatamento e pulverização de agrotóxicos. Isso tem aumentado a incidência de insetos e doenças nas roças das comunidades.

7.5 Organizações parceiras

Sebrae, sindicatos rurais, Senar, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, prefeituras municipais, Banco Mundial, Universidade da Grande Dourados, Movimento Negro Estadual, associações das comunidades.

7.6 Recomendações preliminares

- Incluir ações e projetos para agricultura urbana, considerando comunidades que perderam seu território e vivem nas periferias das cidades.
- Potencial turístico da região – favorece a venda de produção diretamente nas comunidades.
- Há demanda e expectativa em torno de uma certificação da produção quilombola, com selo para valorização e inserção nos canais de comercialização.
- Buscar projetos e parcerias para incentivar processos em rede e em coletividade das comunidades.



REALIZAÇÃO



CONAQ

APOIO

